



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Interdisciplinar
em “Território e Expressões Culturais no Cerrado”



VALDIR PEREIRA DE SOUZA

PATRIMÔNIO DO MILHO INTEIRO:

formação socioespacial, urbanização e ruralidade em Caldazinha (GO) (1937 - 2015)

Anápolis

2022

VALDIR PEREIRA DE SOUZA

PATRIMÔNIO DO MILHO INTEIRO:

formação socioespacial, urbanização e ruralidade em Caldazinha (GO) (1937 - 2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades. Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Idelma Vieira D'Abadia

Coorientadora, Prof^a. Dr^a. Janes Socorro da Luz

Anápolis

2022

Ficha catalográfica

XXXX Souza, Valdir Pereira de.

Formação Socioespacial de Caldazinha: [manuscrito]: Uma abordagem histórica e cultural no contexto das ruralidades / Valdir Pereira de Souza – 2021.

98f. : il.

Orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Idelma Vieira D'Abadia.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janes Socorro da Luz

Dissertação (Mestrado) Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2022

Bibliografia:

Inclui lista de imagens, tabelas, gráficos e abreviaturas.

1. História de Goiás – Urbanização – Formação Socioespacial.
2. Cultura – Identidade cultural – Ruralidades. 3. Espaço Urbano. I. Título.

CDU XXXXXX

VALDIR PEREIRA DE SOUZA

PATRIMÔNIO DO MILHO INTEIRO:

formação socioespacial, urbanização e ruralidade em Caldazinha (GO) (1937 - 2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades. Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Idelma Vieira D'Abadia

Coorientadora, Prof^a. Dr^a. Janes Socorro da Luz

Defendida e aprovada em 29 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Maria Idelma Vieira D'Abadia
Presidente da banca e orientadora – UEG/PPG-TECCER

Prof^a Dr^a. Janes Socorro da Luz
Coorientadora – UEG/PPG-TECCER

Prof. Dr Ademir Luiz da Silva
Avaliador interno – UEG/PPG-TECCER

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lumas
Avaliadora externa

Profa. Maria de Fátima Oliveira
Suplente

Anápolis, setembro de 2022

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos à minha família pelo apoio e contribuições para que eu pudesse concluir com êxito meus estudos no Mestrado: esposa – Marciaine Felintro Maia de Souza; filhas – Beatriz Felintro de Souza e Bianca Felintro de Souza.

A meus amigos pelo incentivo e contribuições na construção e correção desta dissertação de Mestrado: Prof. Dr. Ademar Santos de Araújo e Prof.^a Esp. Madalena Pereira da Silva.

À minhas Orientadoras: Prof.^a Dr.^a. Maria Idelma Vieira D'Abadia e Prof.^a Dr.^a. Janes Socorro da Luz, pelas contribuições e orientações durante todo o tempo de duração do curso e correções da redação final desta dissertação.

Aos professores participantes da Banca Examinadora pelas contribuições e aprovação desta dissertação: Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva e Prof.^a Dr.^a. Divina Aparecida Leonel Lumas.

À Coordenadora do PPGSS TECCER – UEG, Prof.^a Dr.^a. Poliene Soares dos Santos Bicalho, pelo apoio e contribuições.

A todos os professores das disciplinas pela excelência na aplicação das aulas durante a realização do curso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 01: Crescimento demográfico em Goiás (1736-1809).....	21
Gráfico 02: Evolução populacional em Goiás por domicílio (1940-1980)	31
Gráfico 03: Evolução da população goiana por domicílio (1991-2010)	33
Gráfico 04: Evolução da população em Goiás (1940-2010)	34
Gráfico 05: Demonstrativo do crescimento demográfico por domicílio.....	54
Gráfico 06: Composição etária em porcentagem da população (2000).....	55
Gráfico 07: Composição etária em porcentagem da população (2010).....	55
Gráfico 08: Demonstrativo do IDHM de Caldazinha (1991-2010).....	56
Gráfico 09: Expectativa de vida da população de Caldazinha (2000).....	58
Gráfico 10: Expectativa de vida da população de Caldazinha (2010).....	58
Gráfico 11: Quantitativo de alunos do Ensino Fundamental 1ª fase (2020)....	60
Gráfico 12: Quantitativo de alunos do Ensino Fundamental 2ª fase (2020)....	60
Gráfico 13: Quantitativo de alunos no Ensino Médio (2020).....	61

IMAGENS

Imagem 01: Carro de boi transportando pedras para o cercamento do cemitério de Caldazinha.....	48
Imagem 02: Primeiras construções de alvenaria em Caldazinha-GO. (1942) data provável.....	49
Imagem 03: Ruína da Estação Honestino Guimarães município de Caldazinha-GO (2006).....	50
Imagem 04: Igreja Católica construída no povoado de Caldazinha.....	51
Imagem 05: Colégio Estadual Horácia Lobo, Caldazinha-GO (1970) data provável.....	52
Imagem 06: Juntas de bois carreiros no centro do povoado de Caldazinha (1940) data provável.....	53
Imagem 07: Ciclismo na Trilha da Mata Feia, Caldazinha 2021.....	64
Imagem 08: Fotografia aérea da cidade de Caldazinha.....	65
Imagem 09: Carro de boi, carroça na fazenda Bom Jardim, Caldazinha.....	68
Imagem 10: Jovens carreiros, medalhistas de bronze OLP – 2019.....	78
Imagens 11 e 12: Carreiros de Caldazinha ruma à Trindade-GO (2019).....	80

Imagem 13: mutirão para aração da terra na Fazenda Bom Sucesso em Caldazinha-GO (2020)	82
Imagem 14: Pizzaria e lanchonete no centro de Caldazinha (2022).....	84
Imagem 15: grupo de fiandeiras de Caldazinha (2018)	86
Imagem 16: Estátua de Nossa Senhora D'Abadia em Caldazinha.....	87
Imagem 17: procissão em louvor à Nossa Senhora D'Abadia em Caldazinha (2019)	88

MAPAS

Mapa 1: Evolução e alteração do traçado da Estrada de Ferro em Goiás (1909-2015)	24
Mapa 2: Demonstrativo do crescimento da população da RMG em 2010.....	40
Mapa 3: Município de Caldazinha (IBGE).....	44

QUADROS

Quadro 1: RGM, caracterização socioeconômica dos municípios (2011).....	38
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Indicadores de migração Interestadual (IBGE 2010).....	35
Tabela 02: Dados demográficos da Região Metropolitana de Goiânia (2000-2010).....	39
Tabela 03: Demonstrativo de alunos matriculados em Caldazinha (2010).....	59
Tabela 04: Demonstrativo de alunos matriculados em Caldazinha (2020).....	59
Tabela 05: Demonstrativo taxa de ocupação em Caldazinha 2000 a 2010....	62
Tabela 06: PIB de Goiás, da Região Metropolitana de Goiânia e de seus municípios (2009-2010).....	62
Tabela 07: Municípios da RGM: estimativa da população e movimentos pendulares acima de 15% do total de habitantes (2010).....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CCI – centro de Convivência do Idoso

CEHL – Colégio Estadual Horácia Lobo

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

EMPSRO – Escola Municipal Professor Sebastião Rodrigues de Oliveira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMB – Instituto Mauro Borges

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMT – Organização do Mundo do Trabalho

PPP – Projeto Político Pedagógico

RGM – Região Metropolitana de Goiânia

RESUMO

O território goiano, até o início do século XVIII, era pouco conhecido e explorado economicamente, somente com a descoberta do ouro em Goiás pelos bandeirantes, a região foi ocupada por migrantes onde fundaram os primeiros povoados. Posteriormente, em meados do século XX, o processo migratório em Goiás, impulsionado pela política de ocupação e adensamento populacional do Centro-Oeste, empreendido pelo governo central da República durante o Estado Novo, foi responsável pelo surgimento de grandes aglomerados urbanos em Goiás, inclusive, da nova capital do Estado, a cidade de Goiânia. Uma vez que, a campanha “Marcha para o Oeste” acarretou um fluxo migratório inter-regional para o território goiano, o Estado deu um salto em relação ao contingente demográfico e modernização. Com a modernização do campo, nos anos de 1970, o Estado de Goiás experimentou um novo surto migratório, decorrente do êxodo rural, que causou um esvaziamento do campo e inchaço nas cidades. Por sua vez, o município de Caldazinha no início do século XX, na esteira da implantação da Estrada de Ferro em Goiás, era uma pequena cidade localizada a Leste de Goiânia, Capital do Estado. A cidade nasceu de um sonho de moradores da região que pretendia fundar um povoado para fugir do isolamento em que viviam e das dificuldades de locomoção e acesso às cidades mais próximas. No ano de 1937, em terras doadas por fazendeiros da região à Igreja Católica do vilarejo, até então, conhecido por “Patrimônio do Milho Inteiro”. Somente em 1992, o vilarejo foi elevado à categoria de Município. Com a avanço da urbanização em Goiás, ocorreu uma acentuada diferenciação entre o campo e a cidade, por diversos motivos, no meio rural, os meios de produção e costumes estão fortemente ligados às atividades agrícolas relacionadas ao serviço braçal e o meio urbano por uma rede mais complexa de fatores, caracterizados por uma maior diferenciação e artificialidade das relações sociais. Portanto, à medida que a população urbana se sobrepôs à rural, novas formas de relações sociais foram estabelecidas entre os indivíduos, e novos elementos identitários foram gradativamente construídos, caracterizando uma nova identidade cultural que os unem e os diferenciam no ambiente. Conseqüentemente, a identidade construída socialmente em Caldazinha mantém-se sob forte influência da ruralidade.

Palavras-chave: urbanização, ruralidades, cultura, identidade, Caldazinha.

SUMMARY

The Goiás territory, until the early eighteenth century, was little known and economically explored, only with the discovery of gold in Goiás by the pioneers, the region was occupied by migrants who founded the first villages. Later, in the middle of the 20th century, the migratory process in Goiás, driven by the policy of occupation and population densification of the Midwest, undertaken by the central government of the Republic during the New State, was responsible for the emergence of large urban agglomerations in Goiás, including the new state capital, the city of Goiânia. Since the "March Westward" campaign brought an inter-regional migratory flux to the Goiás territory, the State took a leap in relation to demographic contingent and modernization. With the modernization of the countryside, in the 1970s, the State of Goiás experienced a new migratory surge, resulting from the rural exodus, which caused an emptying of the countryside and swelling in the cities. In turn, the municipality of Caldazinha in the early twentieth century, in the wake of the implementation of the Railroad in Goiás, was a small town located east of Goiânia, Capital of the State. The city was born from a dream of the region's inhabitants who intended to found a village to escape the isolation in which they lived and the difficulties of locomotion and access to nearby cities. In 1937, on land donated by farmers in the region to the Catholic Church in the village, until then known as "Patrimônio do Milho Inteiro". Only in 1992, the village was elevated to the category of municipality. With the advance of urbanization in Goiás, there was a marked differentiation between the countryside and the city, for several reasons: in the rural environment, the means of production and customs are strongly linked to agricultural activities related to manual service, and the urban environment by a more complex network of factors, characterized by a greater differentiation and artificiality of social relations. Therefore, as the urban population overlapped the rural one, new forms of social relations were established among individuals, and new identity elements were gradually built, characterizing a new cultural identity that unites and differentiates them in the environment. Consequently, the socially constructed identity in Caldazinha remains under the strong influence of rurality.

Keywords: urbanization, ruralities, culture, identity, Caldazinha.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E URBANIZAÇÃO EM GOIÁS: formação das cidades impulsionadas pela estrada de ferro no Sudeste goiano	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL EM GOIÁS.....	17
1.2 SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ARRAIAIS EM GOIÁS.....	19
1.3 DADOS HISTÓRICOS DA ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS.....	22
1.4 DINÂMICA MIGRATÓRIA EM GOIÁS E A MARCHA PARA O OESTE.....	25
1.5 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS..	30
1.6 MIGRAÇÃO EM GOIÁS ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2015	34
1.7 REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA.....	36
2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO DE CALDAZINHA: construção da identidade imbricada no contexto das ruralidades	41
2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE IDENTIDADE.....	41
2.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CALDAZINHA.....	44
2.3 A ORIGEM DE CALDAZINHA E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS EM GOIÁS.	45
2.4 POPULAÇÃO DE CALDAZINHA PÓS-1992.....	53
2.4.1 Estrutura etária da população	54
2.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	56
2.4.3 Longevidade	57
2.4.4 Educação	58
2.4.5 Renda	61
2.5 ECONOMIA DO MUNICÍPIO.....	63
2.6 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES DE CALDAZINHA....	66
2.7 RURALIDADES, DIFERENCIAÇÃO ENTRE O VELHO E O NOVO RURAL..	68
3 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RURALIDADES EM CALDAZINHA: novas perspectivas diante da diferenciação campo-cidade	71
3.1 DIFERENCIAÇÃO ENTRE O MEIO URBANO E O RURAL.....	71

3.2 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM CALDAZINHA.....	74
3.3 ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO.....	79
3.4 A VIDA NO CAMPO.....	80
3.5 A VIDA URBANA.....	82
3.5.1 O lazer e a vida noturna em Caldazinha.....	84
3.6 GRUPO DE FIANDEIRAS DE CALDAZINHA.....	85
3.7 TRADIÇÃO RELIGIOSA EM CALDAZINHA.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui-se uma investigação sobre a formação socioespacial do Município de Caldazinha, desde seu surgimento, em meados de 1937, até o ano de 2015, imbricado no processo migratório de ocupação e desenvolvimento urbano em Goiás. Nesse processo evidencia-se a ocupação territorial e urbanização no Município de Caldazinha, inserindo-a na criação da Região Metropolitana de Goiânia. Tendo por finalidade sua contribuição para a análise e compreensão da dinâmica das cidades pequenas no Estado de Goiás, tendo em vista, o contexto histórico dos processos migratórios que impulsionaram a ocupação e urbanização do território goiano.

O estudo, também, volta-se para a conceitualização e compreensão das relações entre as velhas e as novas ruralidades que permeiam o espaço urbano, bem como, suas inferências nas manifestações culturais que expressam o modo de vida dos habitantes da região. A presente pesquisa busca uma releitura dos elementos culturais norteadores dos hábitos e práticas cotidianas dos moradores do Município de Caldazinha. Busca-se exemplificar os conceitos de ruralidades, que permeiam o espaço urbano de Caldazinha e suas contribuições para a construção da identidade de seus habitantes.

Nessa perspectiva, pretendemos delinear os diferentes vieses que perpassam o termo ruralidade, tendo em vista, que já foi objeto de muitos questionamentos e discussões sobre a visão tradicional do mundo rural e suas dicotomias com o espaço urbano. Embora tenha sido tema de inúmeras abordagens acadêmicas, porém, ainda não há uma definição clara dessas diferenciações que caracterizam os atores sociais que habitam essas localidades. Contudo, pretendemos buscar respostas a esses questionamentos, mesmo tendo clareza de que é um tema inesgotável e não abarca todos os esclarecimentos nesta pesquisa.

No contexto da ruralidade, aprofundamos as temáticas sobre cultura e identidade, pois, é importante analisar a distinção conceitual desses termos e, ao mesmo tempo, investigar os elementos convergentes dos conceitos propriamente ditos. Entretanto, a cultura e a identidade enfatizam as atitudes e ações dos indivíduos e refletem suas relações sociais engendradas na sociedade. Nessa perspectiva, consideramos a importância de fazer apontamentos conceituais individualizados entre

cultura e identidade, tendo em vista, a necessidade de compreender tais conceitos na sociedade, buscando o entendimento contextualizado da realidade social.

Portanto, para entender os conceitos de identidade cultural é imprescindível o entendimento prévio de identidade e cultura e a convergência reflexiva desses dois conceitos. Quando pensa-se a cultura nas diversas formas em que ela se apresenta nas manifestações sociais, percebe-se que há uma interligação direta com a definição da identidade, porque os indivíduos em suas relações sociais, estão diretamente ligados a um ou mais tipos de culturas, que, inicialmente, se dá por meio do convívio familiar, com a comunidade, e, posteriormente, através dos diferentes meios de socialização interpessoais.

A pesquisa tem como objetivo geral, compreender a formação socioespacial no contexto histórico e cultural do Município de Caldazinha e sua relação com a construção de identidades dos habitantes ao longo de seu desenvolvimento e objetivos específicos:

- ✓ Analisar a formação sociohistórica da ocupação e povoamento em Goiás que favoreceram o surgimento de Caldazinha, imbricados no processo migratório no território goiano;

- ✓ Conceituar e interpretar os fenômenos sociais que impulsionaram a formação socioespacial do Município de Caldazinha;

- ✓ Descrever as manifestações culturais que têm contribuído para o modo de vida e construção da identidade dos moradores da região no contexto das ruralidades;

Fundamenta-se no método qualitativo, na busca por compreender e interpretar os fenômenos sociais e culturais a partir da análise dos dados obtidos durante a pesquisa de campo. Portanto, a investigação de dados teóricos e empíricos na pesquisa qualitativa é um excelente recurso metodológico que facilita a compreensão e explicação dos fenômenos analisados durante o estudo.

Conseqüentemente, a pesquisa qualitativa se pauta em uma investigação e interpretação das informações obtidas por meio da história oral e relatos em que os fenômenos estudados permeiam o universo simbólico, que validam a percepção do pesquisador sobre o objeto em estudo e que possibilita ao colaborador ter maior coparticipação na produção dos resultados esperados. Nessa perspectiva, uma abordagem qualitativa contribui para a construção do conhecimento, considerando

seu contexto histórico e social em que a realidade seja vivenciada pelo pesquisador e pelo pesquisado.

A pesquisa qualitativa fundamenta-se no pressuposto teórico-metodológico na interpretação subjetiva da realidade social para dar respostas às reflexões simbólicas e particulares na coleta de informações e análise dos dados obtidos. Seu campo de percepção se preocupa com o universo de significados e aspirações dos fenômenos sociais que permeiam o espaço vivido.

A coleta de dados teóricos desenvolveu-se por meio de leitura e fichamento de obras literárias e trabalhos científicos que abordam a temática em estudo. A pesquisa de campo visa obter informações por meio de conversas informais com os moradores da região que concordaram de forma voluntária e espontânea a colaborarem com a pesquisa, de forma direta e pessoal ou via remoto, por meio da rede de internet. A fim de propiciar aos colaboradores maior liberdade de expressão em suas narrativas e evitar constrangimento, não foram elaborados questionários para aplicação durante a coleta de informações. Os dados coletados deram-se por meio de envios de gravações feitas pelos próprios colaboradores e enviadas via WhatsApp. Tais procedimentos adotados pelo pesquisador visam atender aos princípios éticos que norteiam a realização de pesquisa que envolva a utilização de dados comprometedores à sua integridade física, dignidade moral e intelectual obtidos diretamente com seres humanos. Os participantes colaboradores tiveram resguardados todos os seus direitos, em conformidade com as resoluções nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510/16, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

A dissertação está fundamentada teoricamente em referenciais bibliográficos que apresentam os temas abordados no projeto de pesquisa. Cada capítulo contém informações complementares esclarecedoras dos dados coletados na pesquisa de campo. A organização argumentativa e teórica do trabalho está subdividida em três capítulos. No primeiro, estão apresentados os primórdios da ocupação territorial em Goiás e os conceitos de migração que ocorreram neste espaço, bem como os programas de incentivo à ocupação e desenvolvimento da região. Posteriormente, analisamos as características socioeconômicas do Estado, com ênfase na dinâmica demográfica que favoreceu o processo de urbanização em Goiás. Na sequência, análise e explanação sobre o fenômeno do êxodo rural na região, evidenciando a industrialização e modernização da agricultura e a formação das cidades no Sudeste

Goiano, ocasionadas pelo desenvolvimento e a implantação da Estrada de Ferro no território, a partir da primeira metade do século XX. Nessa lógica da discussão, enfatizamos a formação da Região Metropolitana de Goiânia e suas contribuições para o adensamento populacional em Goiás.

O segundo capítulo, inicialmente, analisamos a história do surgimento do Município de Caldazinha, contextualizando-o no rol dos demais que compõem a Região Metropolitana de Goiânia. Em seguida, relatamos as dimensões sociais que a identidade exerce sobre os indivíduos em uma determinada sociedade e como os elementos culturais formam a identidade social ao longo do tempo. E, por fim, apresentamos uma abordagem explicativa dos tipos de culturas que permeiam os espaços sociais e como elas se manifestam nos hábitos cotidianos dos indivíduos, enfatizando as ações que modificam ou constroem as relações sociais na comunidade.

O terceiro capítulo, objetiva-se definir e contextualizar as manifestações culturais imbricadas na ruralidade que permeiam o espaço urbano de Caldazinha, bem como, analisar e apresentar elucidações da dicotomia campo-cidade. Posteriormente, uma retomada da discussão dualista da cultura rural/urbana, tendo em vista, os referenciais teóricos que buscam explicações para essas bifurcações. Na sequência, discutimos os tipos de ruralidades e seus elementos constitutivos que caracterizam a cultura em Caldazinha, analisando os impactos da modernização do campo diante da preservação da cultura rural tradicional que molda o estilo de vida dos moradores do município ao longo da história e a relação entre a urbanização e a ruralidade que permeia o espaço urbano e como ela interfere na vida cotidiana dos moradores locais.

Em uma análise qualitativa, objetiva-se diferenciar o mundo rural e o mundo urbano a partir do desenvolvimento dos processos de urbanização das sociedades humanas. Na medida em que a população foi se urbanizando, foi adquirindo novos hábitos que singularizam suas práticas sociais cotidianas. No entanto, é preciso analisar e estabelecer as variáveis diferenciais para explicar as causas do aparecimento de outras diferenças no contexto histórico e cultural

1 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E URBANIZAÇÃO EM GOIÁS: formação das cidades impulsionadas pela Estrada de Ferro no Sudeste goiano

Neste capítulo serão aprofundados os fatos históricos que culminaram com a ocupação e adensamento populacional do Estado de Goiás. Através de uma retrospectiva historiográfica do território goiano, desde sua configuração socioespacial, ocorrida a partir do século XVII até o presente momento, relatando os fatos históricos mais marcantes que resultaram na ocupação do território goiano, bem como, a migração inter-regional que contribuiu para a dinâmica demográfica atual do Estado. Serão evidenciados os fatores determinantes que resultaram na criação de cidades na Região Sudeste do Estado e o acelerado processo de urbanização das cidades na região Metropolitana de Goiânia, decorrente da política de incentivo ao crescimento populacional e desenvolvimento do território goiano.

De acordo com Romanelli e Abiko (2011) a partir da primeira metade do século XX, a industrialização foi se intensificando no território brasileiro e em Goiás e, conseqüentemente, se tornando o setor mais importante para economia, na mesma época, o processo de urbanização no Brasil foi ficando cada vez mais intenso e mudando o cenário agrário-exportador para uma economia urbano-industrial, surgindo assim uma hierarquia, na qual, o meio urbano passou a dominar o meio rural. Porém, mesmo o meio rural tendo sua economia, cultura e atividades laborais fortemente influenciados pelo meio urbano, ainda mantém atividades tradicionais, características do meio rural até os dias de hoje, conservando, assim, uma segregação entre os dois meios.

Muitas das diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano foi se tornando mais claras a partir do desenvolvimento da urbanização das sociedades humanas. Na medida que as populações rurais foram transferindo suas residências para os centros urbanos, sua cultura sofreu profundas transformações e suas relações sociais se tornaram mais complexas. No entanto, é preciso analisar e estabelecer variáveis diferenciais para explicar as causas do aparecimento de outras diferenças.

Para chegar-se a uma compreensão mais abrangente da construção do espaço geográfico do Estado de Goiás ao longo do tempo, é imprescindível realizar uma busca histórica de como e porque ocorreu a ocupação e o povoamento do território goiano. Conforme os registros da história de Goiás, na medida que a região foi sendo desbravada por migrantes paulistas que adentraram o sertão em busca do

aprisionamento de indígenas e, posteriormente, para a exploração das minas de ouro, o território goiano foi sendo ocupado por pessoas de diferentes lugares da Colônia que fixaram moradias definitivas nas áreas de mineração. A partir daí, iniciou-se os primeiros povoados que culminaram com a formação de cidades em Goiás.

A composição inicial da população goiana se deu por meio da miscigenação entre os indígenas que aqui viviam, os colonizadores paulistas e portugueses que vinham em busca das riquezas minerais e os africanos escravizados, moldando assim, a mistura étnica e cultural da população de Goiás. Contudo, essa convivência nem sempre foi tão pacífica. Na medida em que avançava a conquista e ocupação do território goiano, os povos indígenas foram sendo subjugados e sua cultura suprimida. Muitos índios foram exterminados, escravizados ou expulsos para regiões mais remotas da colônia. Nesse contexto, aborda-se a formação do território goiano em decorrência da ocupação das áreas mineradoras recém-descobertas no interior do país.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL EM GOIÁS

Desde a chegada dos primeiros europeus em solo brasileiro, em 1500 até o final do século XVII, a região central da Colônia, onde situa-se o Estado de Goiás atualmente, era ocupada por diversos povos indígenas e o território era pouco conhecido e explorado economicamente. A partir da entrada das primeiras bandeiras paulistas no território goiano, uma nova configuração socioespacial foi sendo estabelecida na região. O desmembramento da Capitania de Goyaz da Capitania de São Paulo, em meados do século XVIII, preconizou um novo rearranjo no território e favoreceu o seu povoamento, decorrente do adensamento das correntes migratórias que vieram para Goiás.

Durante os dois primeiros séculos de ocupação portuguesa na Colônia, indígenas Goyazes ocupavam o território goiano e, também, a outras regiões da Colônia. Somente em 1722, com a descoberta do ouro em Goiás, uma nova configuração socioespacial foi estabelecida no cenário colonial, onde o território goiano, até então desconhecido, “entrou para a história como as Minas dos Goyazes”. (ESTEVAM, 1997, p.11).

Com a descoberta das minas em Goiás, no século XVIII, o território central passou a ser uma área de atração populacional, devido ao início da exploração das minas por migrantes de outras capitanias. Naquele período, a colônia passava por

violentos conflitos internos, e isso acarretou a expulsão de muitos moradores das regiões conflituosas que, estimulados pela coroa portuguesa, buscaram novos assentamentos em regiões mineradoras onde pudessem viver.

Conforme ponderações de Estevam, (1997), a Guerra dos Emboabas nas Minas Gerais, ocorrida entre os anos de 1707 e 1709, que envolveu no conflito, paulistas e os emboabas (portugueses e imigrantes de outras regiões do Brasil) pelo domínio da exploração da região das minas, foi o precursor da ocupação e povoamento do território goiano. Pois, os mineradores paulistas expulsos das Minas Gerais procuravam novas áreas para as atividades mineradoras, a partir daí, empreenderam expedições, denominadas bandeiras, para explorar o sertão no Planalto Central Brasileiro. Essas bandeiras adentraram o território goiano em busca de novas jazidas de pedras preciosas engendrando aí, a ocupação e o povoamento de Goiás.

Os pioneiros foram coloniais oriundos de São Paulo. Servidos de escravaria, que adentraram o território depois de expelidos das Minas Gerais pelos reinóis. Como pano de fundo destacou-se a presença do Estado português que, no interesse de angariar novos "descobertos". Incentivou a procura de ouro no planalto central engendrando a ocupação e o povoamento de Goiás. Tais foram, em suma. Os fatores históricos condicionantes da pioneira ocupação regional. (ESTEVAM, 1997, p. 12).

De acordo com Palacin (2001), a ocupação e povoamento de Goiás, devido à sua grande extensão territorial e as dificuldades de acesso ao Planalto Central, ocorreu de forma lenta e pontual. As expedições oriundas de São Paulo com destino ao interior do território ocorreram nos séculos XVII e XVIII e foram responsáveis pela criação dos primeiros núcleos urbanos no interior de Goiás. No final do século XVII, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido por Anhanguera, partiu de São Paulo rumo ao interior da colônia, onde encontrou vestígios de ouro na região do Rio Vermelho próximo à Serra Dourada. Anos mais tarde, em 1722, outra expedição liderada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, chega às margens do Rio Vermelho, onde encontrou ouro em abundância na região.

Com a descoberta do ouro, Bartolomeu Bueno estabeleceu o primeiro arraial de moradores nas proximidades das minas auríferas em Goiás – Arraial da Barra, atual Buenolândia (06/07/1726). A descoberta de ouro no Rio Vermelho, principalmente de aluvião, ouro depositado superficialmente e transportado pela correnteza do rio em seu leito, foi responsável por fomentar a migração e ocupação do território goiano. Enquanto as atividades mineradoras se intensificavam na região,

novos aldeamentos se formavam em torno dos núcleos auríferos, ocasionando um aumento populacional no território.

Sobre essa primeira fase do crescimento populacional do território goiano, Bertran salienta que:

Os primórdios da ocupação demográfica de Goiás aconteceram primeiramente em função do surto da mineração do ouro. Mas é preciso entender que mais tarde o aumento se daria pelas condições geográficas do território. (BERTRAN, 1978, p. 36).

Para Palacin (2001), o primeiro núcleo urbano estabelecido no território goiano foi o Arraial de Santana, no início do século XVIII, localizado próximo à nascente do Rio Vermelho. Também no mesmo período, fundou-se o Arraial de Meia Ponte, atualmente, a cidade de Pirenópolis. Esses aglomerados urbanos transformaram-se em vilas e, posteriormente, em cidades. O Arraial de Santana abrigou muitos migrantes oriundos de diversas regiões da colônia, e em meados do século XVIII, foi denominado de Vila Boa de Goiás, transformando-se, posteriormente, na Cidade de Goiás, antiga capital do Estado.

1.2 SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ARRAIAIS EM GOIÁS

Estevam (1997), destaca que os primeiros arraiais surgidos em Goiás foram erguidos no centro da capitania, entre os anos de 1725 e 1731. A partir daí, surgiram muitas minas margeando o rio Tocantins, tornando o território goiano em uma área de atração populacional; conseqüentemente, mineradores de outras capitanias da colônia migraram para Goiás e se estabeleceram na região.

No século XVIII, os arraiais em Goiás se estendiam por quase todo o território. Os localizados ao norte, foram delimitados e nomeados de São João da Palma, Arraiais, Natividade, Traíras e Cavalcante e ao sul de Vila Boa (capital), Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar e Crixas. Os arraiais situados mais ao sul da capitania aproximaram-se mais das decisões administrativas e desenvolveram atividades intensamente urbanas, devido a maior densidade demográfica em relação ao norte e ao afastamento das áreas mineradoras, constituindo-se, então, em um polo preeminente da capitania.

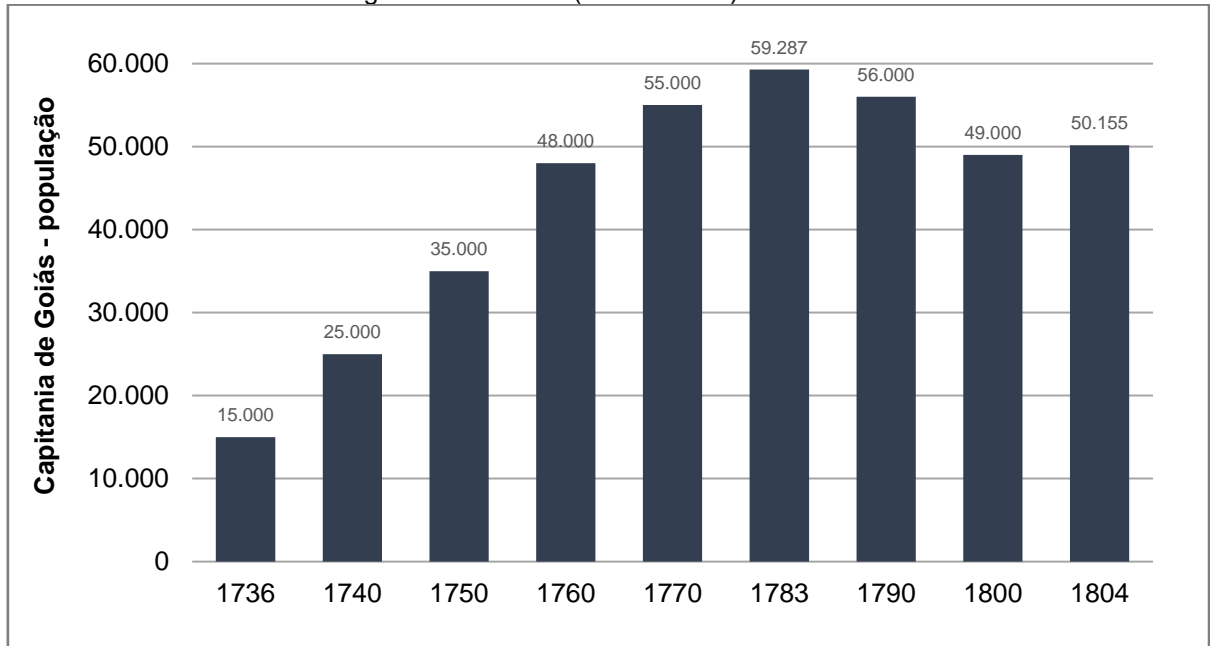
Devido à atividade mineradora exercida por parte dos habitantes de Goiás, a população tendia a ser nômade, pois, quando as jazidas chegavam ao esgotamento, os mineiros buscavam outras áreas para explorarem. Somente a partir da metade do século XVIII, é que os arraiais em Goiás se consolidaram, sendo incorporados pela

mineração. No período, o contingente demográfico em Goiás representava em torno de 35.000 pessoas, “das quais 16.800 escravos, contados através do senso de capitação” (ESTEVAM, 1997, p. 14).

A população goiana até o século XVIII, não apresentava estabilidade nos assentamentos de moradias. Contudo, com a escassez das atividades mineradoras, intensamente exploradas por mais de três décadas e a inexistência de novas jazidas, muitos mineradores da região procuraram aquietar-se, favorecendo, assim, assentamentos mais sólidos de arraiais no território goiano. Na capital Vila Boa, a vida urbana tornou-se pujante, a partir de então, vários prédios públicos foram construídos, transformando a capital goiana, no principal polo administrativo e econômico da província. A partir da segunda metade do século, houve considerado crescimento populacional em Goiás. (Ibidem, 1997).

Evidentemente tal população tendia a não se apresentar estável. Contudo, depois de mais de trinta anos de seguida extração, os mineradores pareciam aquietar-se razoavelmente em função da inexistência de "novos descobertos" como sugere o assentamento dos diversos arraiais. Pode-se captar uma certa vida urbana através das sólidas construções públicas erigidas na capital (Vila Boa) e em alguns aglomerados. Embora as cifras sejam imprecisas, houve considerável crescimento demográfico em Goiás a partir da segunda metade do século. A população atingiu cerca de 60.000 pessoas na década de 1780 indicando que o território, apesar de raramente ocupado, consolidara sua primeira etapa de assentamento definitivo. (ESTEVAM, 1997, p. 15).

Para Palacin (2001), durante a primeira metade do século XVIII, mais precisamente em 1736, a população de Goiás era constituída de 15.000 habitantes, dos quais 10.263 eram escravos, já em 1738, a região contava com 13.806 escravos, distribuídos por diversas áreas de mineração. Portanto, no ano de 1783 a população absoluta de Goiás se aproximava de 60.000 habitantes e o contingente de escravos, contando com crianças e adolescentes, era cerca de 20 mil indivíduos. No entanto, em 1804, o censo indicou que havia em Goiás 50.000 habitantes, uma diminuição de quase 20% da população. Mesmo com uma densidade demográfica desigual, o período marcou o primeiro surto de ocupação e assentamento definitivo no território goiano.

Gráfico 1: Crescimento demográfico em Goiás (1736 a 1804)

Fonte: PALACÍN, 2001, p. 60 Gráfico (hipotético)

Mendes e Ferreira (2012), relatam que na década de 1780, a mineração declina em Goiás, isso fez com que a população local buscasse novas formas de sobrevivência na capitania ou migrassem para o litoral da colônia, o que provocou uma diminuição populacional no território goiano. Portanto, uma parcela considerável da população que permaneceu em Goiás dedicou-se às atividades agropastoris de subsistência ou a formação de grandes fazendas de criação de gado, pois, a pecuária era a atividade econômica mais factível para desenvolver na região. Uma vez que dispensava a utilização de muita mão-de-obra e investimentos de capital.

(2017, p. 220) conclui que “a estrada de ferro simbolizou para Goiás mais do que uma simples infraestrutura de circulação. Ela foi a ligação com a metrópole e tudo o que esta pode representar”. Portanto, a estrada de ferro além de influenciar a cultura goiana e a modernização da economia local, também, alterou substancialmente a dinâmica socioespacial da região e foi um marco na história da criação de muitas cidades distribuídas pelo Estado de Goiás.

Mendes e Ferreira (2012), apontam que a expansão do transporte ferroviário em Minas Gerais, no início do século XX, marcou uma nova etapa da ocupação e povoamento em Goiás. Até o ano de 1910, a economia goiana baseava-se, principalmente, na pecuária com a criação de gado bovino, enquanto a agricultura consistia no cultivo de produtos de subsistência e o transporte se dava por meio de carros de bois e tropas de mulas. A partir de 1917, com a chegada da ferrovia paulista na fronteira entre os Estados Minas Gerais e São Paulo, portos e estradas de terra

foram construídas, o que facilitou o comércio e a circulação de pessoas e mercadorias entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Devido às melhorias no transporte com a construção da ferrovia, ocorreu aumento da produção e uma diversificação dos produtos de consumo. Ainda segundo os autores, em 1920, 81,8% da população goiana dedicava-se às atividades primárias, como agropecuária e mineração, porém, apenas 13,9% tinham posse de terras. Nesse período, as terras eram pouco valorizadas, contudo, grande parte era dominada por fazendeiros que exerciam proeminentes influências na política goiana

O desenvolvimento da atividade pecuária desencadeou uma intensa concentração de terras. Nesse contexto de ocupação da Província goiana, não existia um mercado consumidor de produtos alimentícios, a sociedade se caracterizava por uma economia rural. Somente a grande fazenda tinha condições de comercializar os seus excedentes (o gado era o principal produto). Essas propriedades eram compostas de um pequeno exército de sitiantes, vaqueiros, camaradas e jagunços vinculados ao proprietário por uma relação de dependência. O proprietário era a expressão de um coronel que centralizava e privatizava todos os poderes locais. (MENDES e FERREIRA, 2012, p. 06).

Em Goiás, a economia era voltada para atividades rurais e os coronéis dominavam o cenário político colocando-se como mediadores entre a população do interior e as Instituições do Estado. O território goiano apresentava um atraso no cenário socioeconômico e isso beneficiava a oligarquia dos coronéis, que exerciam controle e poder sobre a população local. Portanto, a política oligárquica do coronelismo em Goiás estava estruturada no predomínio e influência do mundo rural sobre o urbano. Uma vez que havia autossuficiência na produção de alimentos nas grandes propriedades rurais e a falta de comunicação e isolamento da população goiana tornava a vida urbana subordinada à rural. Contudo, o distanciamento de Goiás das demais regiões do Brasil tornava inviável a comercialização dos produtos agrários excedentes e as relações socioeconômicas em Goiás foram impulsionadas somente a partir da implantação das ferrovias que davam acesso aos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Pois, favoreceu a valorização das terras goianas e a ampliação da agricultura em Goiás.

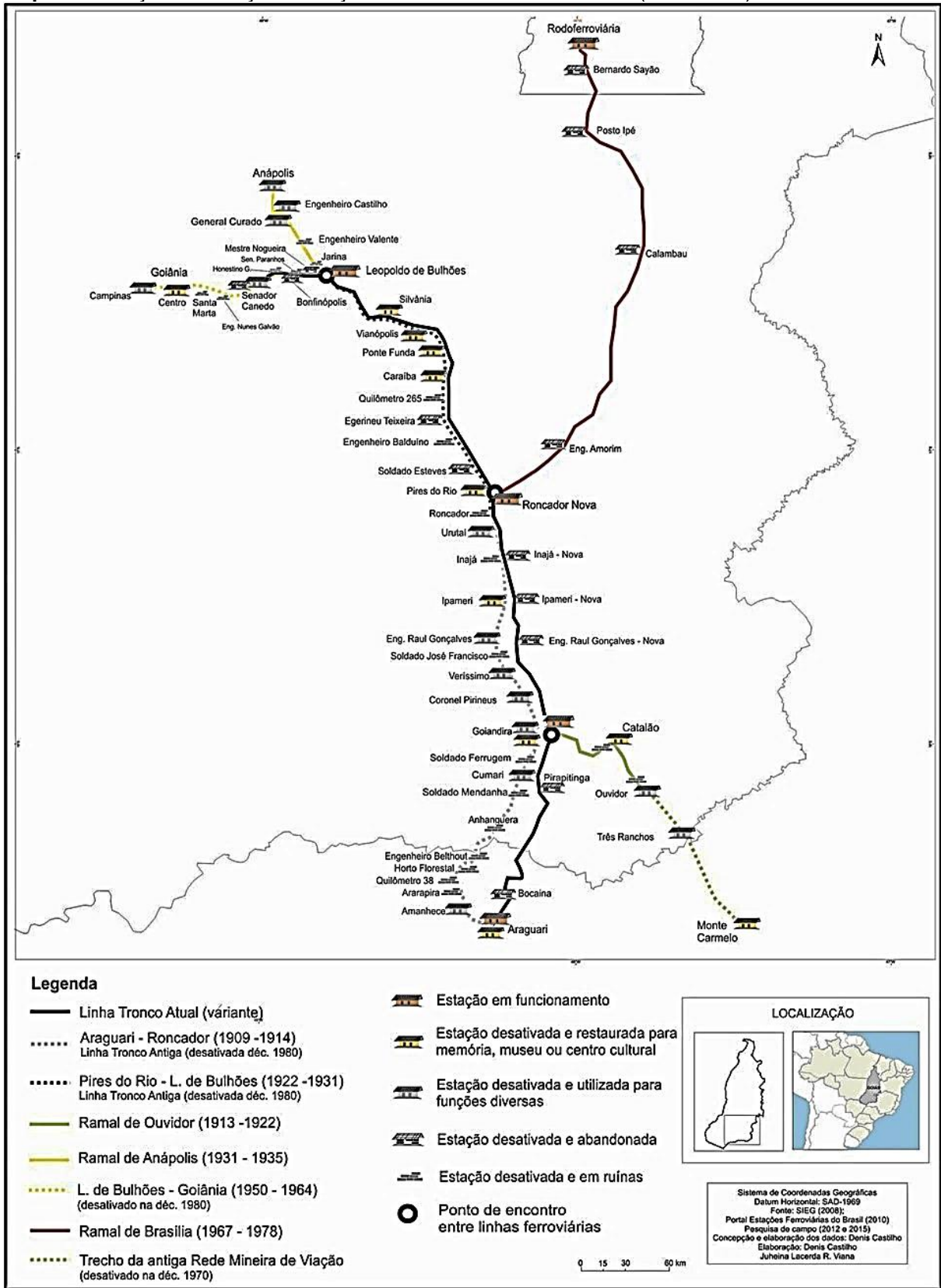
1.3 DADOS HISTÓRICOS DA ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS

Segundo Rodriguez (2011), na medida em que o Estado de Goiás ia se desenvolvendo economicamente e intensificando seu processo de adensamento populacional, houve a necessidade de ampliar sua integração com o resto do território brasileiro. Através do Decreto do Governo Imperial, em 1873, o presidente da

Província Antônio Cícero de Assis, foi autorizado a contratar a construção da Estrada de Ferro que ligaria a cidade de Goiás a demais regiões do território. Contudo, em razão da falta de recursos financeiros, essa tentativa foi malsucedida. Somente em 1890, por meio do decreto 862 de 16 de outubro de 1890, o plano de construção da linha férrea foi concretizado. Seis anos depois de decretado a implantação do projeto ferroviário, o Triângulo Mineiro recebeu os primeiros trilhos da Estrada de Ferro Mogiana. E ficou acordado que a cidade de Araguari seria a sede da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e Navegação, de onde partiria a malha ferroviária até a capital de Goiás.

O marco inicial dos trabalhos da construção da Estrada de Ferro no território goiano, data-se em 27 de maio de 1911, dois anos depois de ter sido iniciado na cidade de Araguari. Em 1912, os trilhos da linha férrea alcançam 80 quilômetros de extensão, partindo da cidade mineira de Araguari e chegando muito próximo da cidade goiana de Goiandira. No ano de 1913, dá-se início à construção dos trilhos da linha férrea no território goiano, avançando 233 quilômetros de ferrovia. Até 1952, a linha férrea percorria, aproximadamente, 480 quilômetros de extensão, chegando à cidade de Goiânia. Ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro, 30 estações foram construídas para dar suporte ao embarque e desembarque de passageiros, carregamentos e descarregamentos de cargas (RODRIGUEZ, 2011) conforme se observa no mapa 1.

Mapa 1: Evolução e alteração do traçado da Estrada de Ferro Goiás (1909-2015)



Fonte: Marinho (2017). (Fora de escala).

No mapa 1, estão representadas as dimensões da Estrada de Ferro no território goiano, com destaque para as principais cidades que margeiam a linha férrea. De

acordo com o Guia Geral de Estrada de Ferro (1960), a estação de Goiânia foi inaugurada em 1950, na Capital do Estado de Goiás. De onde partiu a linha férrea passando por Senador Canedo, cortando a área que se tornaria o Município de Caldazinha, Bonfinópolis e interligando ao Município de Leopoldo de Bulhões. A construção da estrada de ferro influenciou o surgimento e consolidação desses povoados, contribuindo para o adensamento demográfico da região. Com avanço da malha ferroviária, muitos acampamentos de trabalhadores surgiram ao longo do percurso, para onde partiam migrantes de outras regiões para trabalharem na ferrovia. Desses acampamentos, foram surgindo pequenos núcleos urbanos que resultaram na formação das cidades por onde passou a linha férrea (LIMA, 2010).

Nesse contexto histórico, Caldazinha se configurou no território goiano em um momento que o Brasil enfrentava uma série de turbulências políticas e convulsão social decorrentes do golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo pelo governo central da República. A história do Município está entrelaçada a de outros municípios que, também, compõem a Região Metropolitana de Goiânia. A partir da década de 1930, muitos municípios surgiram na Região e se consolidaram demograficamente ocasionados pela construção da Estrada de Ferro em Goiás, como, por exemplo, Senador Canedo, Goiânia 1933; Bonfinópolis 1938 e Caldazinha 1937. Portanto, a formação socioespacial e urbanização do Município de Caldazinha está associada à criação de outros municípios que surgiram no entorno de Goiânia nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Cruvinel (2017), o processo migratório em Goiás aconteceu de forma irregular e com a escassez do ouro no final do século XIX, Goiás parou de atrair novos imigrantes mineradores, o que levou à estagnação dos movimentos migratórios no estado. Essa situação desfavorável, causada pela escassez do ouro, manteve-se até a década de 1930 e só foi alterado quando o então Presidente da República, instituiu a campanha “Marcha para o Oeste”.

1.4 DINÂMICA MIGRATÓRIA EM GOIÁS E A MARCHA PARA O OESTE

Carvalho (2018), pontua que a Marcha para o Oeste foi um plano de colonização empreendido pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937 a 1945) que buscava a conquista do Oeste através da ocupação demográfica e o desenvolvimento da região. Visava a colonização das áreas desabitadas e a modernização da economia no Planalto Central Brasileiro e tinha como objetivo

principal a integração nacional. Foi instituído no ano de 1938, através de uma política desenvolvimentista de incentivo à interiorização do povo brasileiro. O território goiano, até então, era dominado pelas oligarquias dos coronéis e havia um esvaziamento demográfico no território, o que não era condizente com a política conservadora ultranacionalista e de controle social de Vargas. O governo de Getúlio Vargas pretendia criar um Estado forte e sob seu comando, conduzir a nação rumo ao desenvolvimento e ao progresso nacional.

A conquista do Oeste sob sua guia levaria a integração do território como também ao desenvolvimento de áreas até então “desocupadas”. A colonização destas áreas demograficamente “vazias” era colocada também como solução para as tensões sociais que vinham se desenrolando nos grandes centros urbanos. A ocupação do campo além de esvaziar estas tensões seria também responsável pela formação da classe de pequenos proprietários capitalistas, que levariam adiante o projeto desenvolvimentista industrial posto em pauta pelo governo. (CARVALHO, 2018, p. 04).

Naquele período, as grandes cidades brasileiras enfrentavam muitos problemas, tanto de ordem social quanto econômica, e as tensões sociais eram gritantes. Com o avanço da grande guerra que assolava o resto do mundo, o Brasil sofria com os impactos, principalmente, na economia e havia uma inquietude da população brasileira. Nessa perspectiva, Getúlio Vargas viu a possibilidade de amenizar as tensões sociais com a diminuição do contingente demográfico dos grandes centros urbanos, e ao mesmo tempo, conduzir o preenchimento dos espaços vazios no sertão brasileiro. Desde então, deu início à campanha migratória rumo ao Oeste.

A propaganda foi um instrumento utilizado pelo governo e teve um importante papel no convencimento das pessoas que viam a possibilidade de melhorar suas condições com o desbravamento e conquista do território. A conquista do Oeste foi operacionalizada por meio de medidas que visavam criar melhorias no sertão para atrair moradores de outras regiões do Brasil, através da “abertura de estradas, a instalação de colonos, o contato e integração pacífica de comunidades indígenas, a instalação de pequenas escolas rurais e pequenos hospitais para o atendimento da população rural” (CARVALHO, 2018, p. 04).

Corroborando dessa ideia o autor Pádua (2007), o qual avalia que durante a implantação da política de ocupação de desenvolvimento do sertão brasileiro através da Marcha para o Oeste, em Goiás, não ocorreram mudanças socioeconômicas que proporcionassem melhorias nas relações produtivas e nem na vida social dos habitantes goianos. A população ainda vivia num processo de ruralização e

estagnação econômica. A região ainda era atrasada, devido à política comandada pelos grupos oligárquicos que dominavam o Estado. A economia se baseava prioritariamente, na atividade agropastoril, onde reinava o domínio dos Caiados.

Nessa perspectiva, Campos (1987), salienta que:

Antes da construção de Goiânia, o coronelismo dominava o Estado de Goiás, onde os poderes e recursos públicos eram usados para fins privados; e através de um partido político dominante, os coronéis defendiam e preservavam seus interesses pessoais e de classe. Assim, havia a necessidade de uma mudança, pois o território goiano estava atrasado em relação a outras regiões brasileiras. (CAMPOS, 1987, p. 50).

A antiga capital do Estado estava em declínio e já não atendia mais a demanda populacional, por serviços e expansão urbana de uma capital. Em Goiás, vários problemas foram alavancados pelo governo de Pedro Ludovico para justificar a transferência da capital, tais como: problema de escassez no abastecimento de água potável e rede de esgoto, terreno acidentado que não possibilitava a expansão urbana e o crescimento demográfico que se observava no território goiano, clima desfavorável devido à baixa latitude e habitações em péssimas condições de moradias. Esse conjunto de problemas provocava um esvaziamento da antiga Capital de Goiás, que havia perdido cerca de 20% de sua população (PÁDUA, 2007).

Dessa forma, pelo Decreto Estadual nº 3.359, de 18 de maio de 1933, foi delimitada a área para sediar a nova capital de Goiás, onde foi iniciada sua implantação no mesmo ano. A construção de Goiânia acarretou a vinda de muitas pessoas para o território goiano. Campinas foi, então, o local escolhido para a construção da nova capital de Goiás, devido à sua localização geográfica e topografia que favorecia a implantação. Essa nova configuração espacial no território goiano, atraiu pessoas de outras regiões que migraram para Goiás e fixaram residências na nova capital goiana e a crescente valorização dos terrenos de Goiânia propiciou um grande crescimento econômico no município (ESTEVAM, 1997).

Outro argumento sobre as mudanças populacionais ocorridas em Goiás é dado por Pádua (2007), ao afirmar que a capital do estado começou a representar, geograficamente, uma elevada demanda migratória, mesmo sendo no início de sua existência. Pelo motivo das terras e matas que circundavam a capital serem muito férteis, Goiânia se tornou uma região de elevada atração populacional e o atrativo migratório ocasionou a ocupação de grandes faixas de terras em Goiânia e nas proximidades. As terras foram gradativamente conhecidas, tornando-se, então, cativante aos olhos dos produtores rurais que se alojaram pelos campos goianos. Em

1930, através de propaganda oficial do governo, houve um crescimento econômico no estado de Goiás, que colaborou com a vinda de muitos imigrantes de outros estados. No ano de 1935, ocorreu muitas ocupações nas redondezas da nova capital.

Para a construção de Goiânia houve uma campanha do Governo Federal visando arregimentar operários suficientes para a empreitada. Foram aproximadamente 4 mil trabalhadores vindos principalmente de Minas Gerais, São Paulo e do Nordeste. Com Goiânia edificada, mais imigrantes foram atraídos para a cidade, diminuindo a migração nas cidades vizinhas e na região do Mato Grosso de Goiás, onde fora instalado a colônia agrícola. Com isso, a migração ficou concentrada apenas na nova capital do estado, triplicando sua população entre 1940 e 1950. (CRUVINEL, 2017, p.9).

De acordo com Estevam (1997), com a construção de Goiânia, a partir de 1933, houve uma campanha a nível nacional para atrair investimentos para a nova capital do Estado e como as terras goianas sofreram uma gradativa valorização, atraíram investidores de outras regiões do Brasil para Goiás e muitos fazendeiros se transferiram para o município de Goiânia. Em 1942, a cidade de Goiânia já estava bem estabelecida, contudo, o Estado ainda se apresentava pouco desenvolvido. A construção da nova capital representava renovação e confiança no futuro, porém, mesmo com o adensamento populacional na região, observa-se que ela não cumpriu o seu papel, o de promover o desenvolvimento e modernização do Estado de Goiás.

Entre os anos de 1935 e 1940, houve um aumento acelerado do povoamento do município de Goiânia, que atingiu 48.165 habitantes em 1940. Sendo a Região Centro-Sul de Goiás, a que mais cresceu demograficamente, enquanto outras regiões apresentaram diminuição do número de habitantes, alguns municípios na abrangência da estrada de ferro também apresentaram considerável crescimento demográfico. Muitos núcleos urbanos surgiram no centro-Sul goiano e houve significativo aumento de abertura de uma rede de estradas que ligaria Goiânia aos demais municípios vizinhos. Essa nova dinâmica socioespacial do entorno da capital, contribuiu para a explosão demográfica da região (ESTEVAM, 1997).

Pádua (2007), relata que nas décadas de 1940 e 1950, projetos federais impulsionaram novas correntes imigratórias para Goiás, tendo um aumento significativo de colonos em assentamentos no território. A primeira colônia criada pelo governo foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e com essa medida, foi responsável pelo assentamento volumoso de pessoas no território goiano e a corrida imigratória em Goiás. Com o crescente aumento da população rural no início dos anos de 1940, lotes de terras eram distribuídos gratuitamente na área da CANG para que os novos proprietários tivessem a oportunidade de expandirem seus negócios.

Em 1950, a população rural representava 79,77% da população goiana, manteve-se em crescimento no mesmo ritmo do Estado até 1970, atingindo nesse período, 1.701.569 habitantes, o que correspondia a 57,9% do total. A partir desta data, o número de habitantes do meio rural começa a declinar, chegando a representar 37,77% em relação à população do Estado. Observa-se que nas últimas décadas, a população rural continua em declínio, porém, num ritmo mais lento e pouco expressivo. Na década de 1950, teve um crescimento em massa de imigrantes na região, saltando de 50 mil para 150 mil habitantes em 1960. (PÁDUA, 2008).

Para Cruvinel (2017), após a construção de Goiânia, a construção de Brasília vai marcar um novo fenômeno migratório em Goiás. Em função dessa, iniciada em 1956 até sua inauguração em 1960, uma nova rede de migração surgiu no Estado de Goiás, provocando um rápido crescimento da população urbana e uma queda do crescimento da população rural no Estado. Os construtores de Brasília dinamizaram e incrementaram o povoamento do Distrito Federal. Logo em seguida, vieram os servidores públicos e os membros da estrutura governamental.

De acordo com Lavinias (1986), percebe-se que os acontecimentos que marcaram a década de 1970, foram fundamentais para compreendermos a nova estrutura produtiva e a urbanização pela qual passou a região Centro-Oeste, especialmente o território goiano. É neste período que se faz sentir os efeitos da modernização agrícola e da chamada revolução verde. A região, com um todo, constituía-se em uma área de fronteira agrícola extremamente relevante para a economia nacional e, nesse período, foi muito afetada pelas mudanças que atingiram o campo, através da modernização da agricultura e das novas tecnologias empregadas na produção.

A partir de 1970, o Estado de Goiás passou por um amplo processo de modernização produtiva e econômica. As áreas de Cerrados, principalmente na região Centro-Oeste, sofreram alterações importantes em sua estrutura produtiva. As principais causas destas mudanças foram a modernização das técnicas produtivas da agricultura e pecuária e a incorporação da lógica produtiva das indústrias no campo (MELO e SOARES, 2006, p. 39).

Ao considerar o que dispõem os autores na referida citação, impactos significativos foram gerados por essa modernização para as relações sociais no espaço rural. O processo de modernização foi intenso na agricultura, ocasionando abalos estruturais nas relações sociais, pois, o campo se modernizou e muitos pequenos proprietários perderam suas terras ou seus postos de trabalhos. Com isso, ocorreu um grande fluxo migratório rumo aos centros urbanos. Verifica-se nesse

período, um crescente êxodo rural e um aumento significativo do processo de urbanização em Goiás.

1.5 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS

A urbanização no Brasil ocorreu de forma gradual, observando-se um crescimento a partir da década de 1980, quando a taxa atingiu 68,86% (SANTOS, 2005). Diversos fatores contribuíram para essa nova configuração do espaço habitado, dentre as quais podemos destacar: a partir da década de 1970, houve um acelerado incremento da modernização e maquinificação nas atividades produtivas no campo, o que causou a dispensa da mão de obra camponesa e uma intensa migração do trabalhador rural para os centros urbanos. Outro fator preponderante foi a crescente implantação de polos industriais nas cidades atrelada ao crescimento demográfico verificado no país a partir da segunda metade do século XX, decorrente de uma elevada natalidade e de decedente índice de mortalidade. Esses fatores foram de grande relevância para consolidar o processo de urbanização no Brasil.

É notável que mesmo após tantos anos que a urbanização começou dominar o espaço, em sua maioria, as cidades são compostas por uma quantidade inferior a 10000 habitantes. No Brasil, existem vários pequenos aglomerados de pessoas, com cultura e costumes semelhantes a população rural, principalmente, os menores povoados distantes das grandes metrópoles. Nesses povoados, há predominância de práticas em torno da agricultura, pesca e venda desses produtos para garantir fonte de renda. Entretanto, até mesmo essas práticas modificaram-se com a modernização dos equipamentos agrícolas, diminuindo o uso exclusivo da mão de obra, todavia, esse modo de vida é passado de geração para geração.

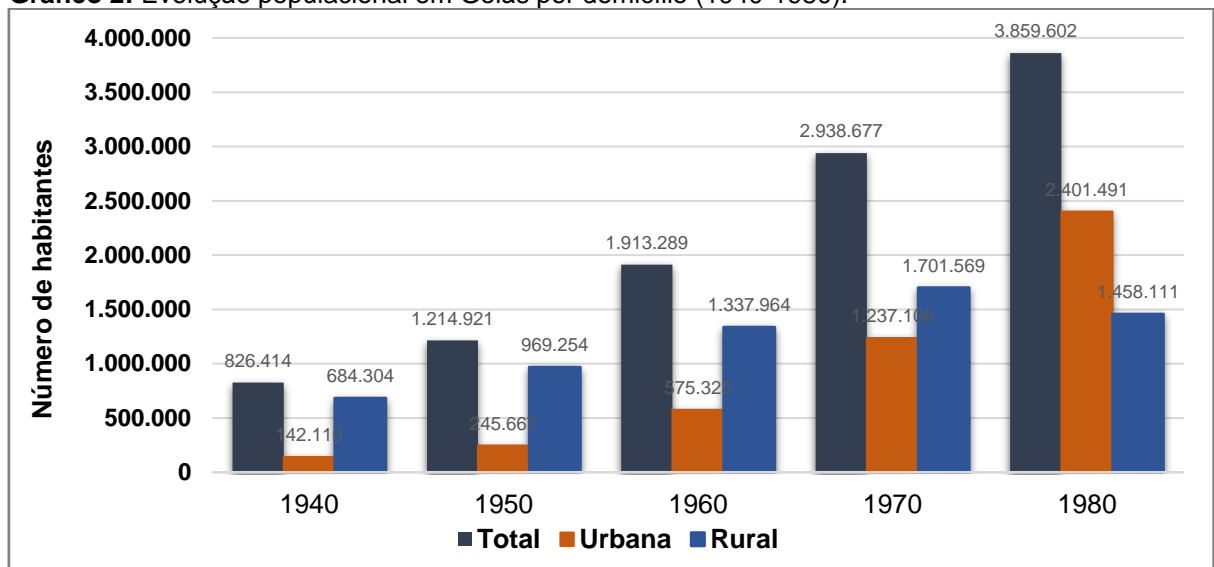
De acordo com Estevam (1997), nos anos de 1970 e 1980, ocorreu profundas transformações nas relações de trabalho no Estado de Goiás, no qual havia uma parcela considerável da população rural composta por meeiros e posseiros, cuja situação foi alterada para prestadores de serviços. Essa nova configuração social dificultou a essas pessoas o acesso à terra, criando uma nova categoria de assalariamento rural. Na medida em que aumentava a proletarização da força de trabalho rural em Goiás, o assalariamento temporário tornava-se muito importante nas relações capitalistas de produção. Em 1977, o número de trabalhadores agrícolas assalariados que não possuíam carteira de trabalho atingiu 91,92% em Goiás.

Com o avanço do capital nas grandes propriedades, houve uma reorganização trabalhista, em que as tradicionais relações de parcerias foram modificadas e algumas categorias sociais foram suprimidas. Com o surgimento da proletarização rural, emergiram novas categorias de trabalhadores, numa relação de semiescravidão, constituídas por diaristas, vaqueiros e boias-frias.

O avanço do capital articulou formas de trabalho "plenamente constituídas" com situações de "semiescravidão", contando ainda com a presença de pequenos produtores que se assalariaram temporariamente. De outro, a modernização da agricultura ostentou um caráter "insuficiente" porque "além do assalariado temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura 'enquanto embrião da formação do proletariado rural (ESTEVAM, 1997, p. 148).

Nesse contexto, surgiu uma nova organização socioeconômica em Goiás, formada pelas empresas agrícolas nos moldes da produção capitalista. Essa nova modalidade produtiva adotada pelos proprietários de grandes extensões de terras contribuiu para redução das pequenas propriedades rurais, aumento do êxodo rural e favoreceu uma redistribuição socioespacial da população goiana e um exacerbado processo de urbanização, com o esvaziamento do campo e um crescimento da população urbana. No gráfico 2, nota-se que entre os anos de 1940 e 1950, o crescimento demográfico urbano em Goiás foi bem expressivo, ficando em 6% ao ano enquanto a população rural cresceu a uma taxa de 3,47%, ficando abaixo do crescimento da população do Estado, que teve um crescimento de 3,91% ao ano. Nas décadas seguintes, a população goiana, tanto urbana quanto rural, segue em crescimento positivo. Somente a partir de 1970, se observa queda na taxa demográfica da população rural em Goiás (ESTEVAM, 1997)

Gráfico 2: Evolução populacional em Goiás por domicílio (1940-1980).



Fonte: PÁDUA, 2008, p. 30.

A década de 1970, marcou uma inversão na dinâmica populacional em Goiás, período em que a população urbana superou a rural. Conforme Pádua (2008), durante a década de 1970 a 1980, considerando a dinâmica demográfica em Goiás, a população urbana teve um crescimento de 94%, enquanto a população rural decresceu em 16,6%. Muitos moradores da zona rural deixaram o campo e migraram para as grandes cidades, provocando uma macrocefalia urbana¹ e, conseqüentemente, o aprofundamento da segregação socioespacial². Outro fator relevante que contribuiu para o acelerado processo de urbanização em Goiás, foi a construção de Brasília, ocasionando um aumento do fluxo migratório inter-regional, em que muitos imigrantes saíram de outros estados para residirem no entorno da nova Capital Federal. Conforme aponta o gráfico 3.

A década de 1980, representou uma nova fase de desenvolvimento econômico para Goiás, com a criação e expansão dos parques industriais e melhorias nos índices de mão de obra mais qualificadas. Assim, todas essas benesses contribuíram para o crescimento demográfico e expansão urbana, uma vez que as principais cidades goianas se tornaram centros de atração populacional.

Por outro lado, o adensamento populacional decorrente da urbanização, também provocou muitos problemas sociais e estruturais nas cidades, como falta de escolas, estradas, pavimentação, energia elétrica, saneamento básico, emprego, habitação etc. (PÁDUA, 2008).

Na medida em que as cidades goianas foram se desenvolvendo, surgiram também muitos problemas socioeconômicos, com o empobrecimento de uma parcela considerável da população e o surgimento de grandes áreas periféricas nas cidades, destinadas à moradia dos mais pobres. Observa-se que a população goiana, entre os

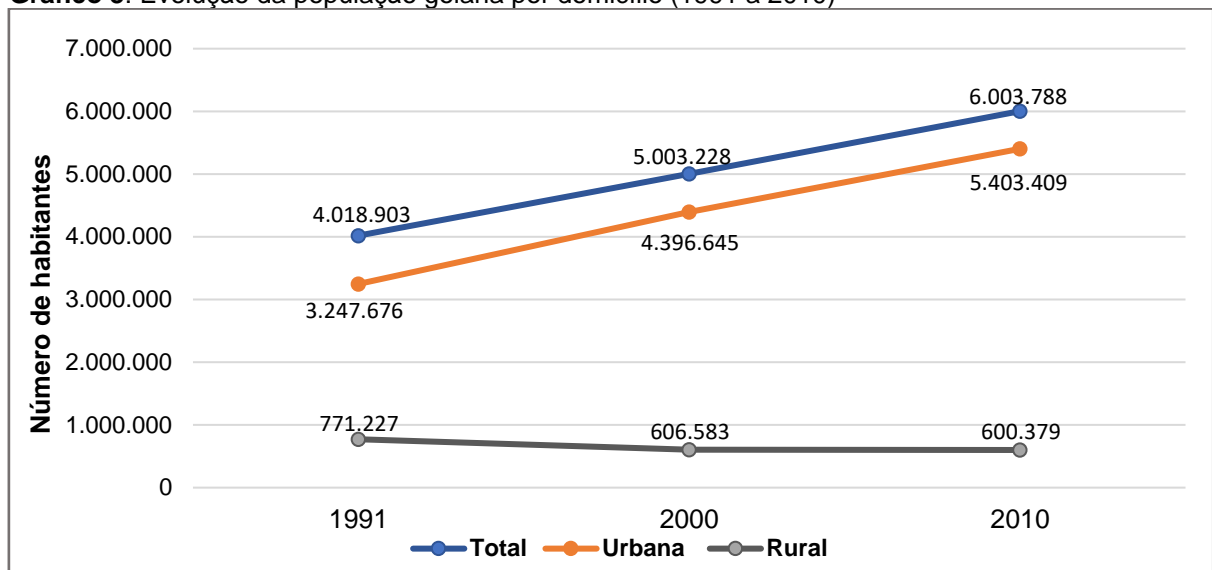
¹ Massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/urbanismo>.

² Processo que fragmenta as classes sociais em espaços distintos da cidade. Nesse sentido, o cotidiano das pessoas que habitam esses lugares é marcado pela insegurança, violência, moradias precárias, falta de infraestrutura e acesso aos serviços básicos e ao lazer. In: CAVALCANTI, Lana de Souza, Segregação socioespacial no ensino de geografia: um conceito em foco. ACTA Geográfica: Boa Vista, RR. Edição Especial, 2017. pp.140-159. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4775/2419>.

anos de 1940 e 1980, cresceu, significativamente, em 367% em 40 anos. Conforme se observa no gráfico 4. Isso deveu-se não só ao fato da migração campo-cidade, durante a década de 1960, sobretudo, pela modernização do Estado, consolidado com a construção de Goiânia em 1933 e Brasília em 1960, que atraíram novos imigrantes para estas áreas (PÁDUA, 2008).

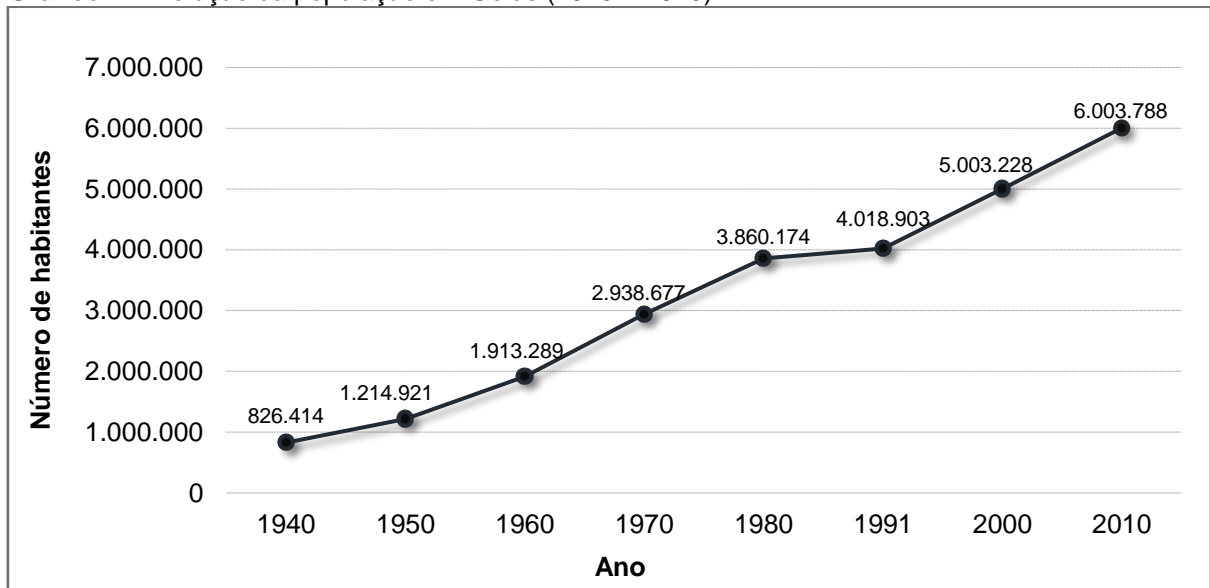
A partir de 1991, o contingente populacional em Goiás vem crescendo cerca de 2% ao ano, porém, superando o crescimento médio da população nacional. Enquanto o crescimento da população urbana segue o mesmo ritmo do Estado, a população rural vem diminuindo em números absolutos (PÁDUA, 2008).

Gráfico 3: Evolução da população goiana por domicílio (1991 a 2010)



Fonte: PÁDUA, 2008, p.39; IBGE, 2010

Na medida em que os grandes centros urbanos passavam por melhorias de infraestrutura e se desenvolviam economicamente através da industrialização, o campo sofria com a inserção de novas tecnologias no setor produtivo, o que causou a substituição do trabalhador braçal pelas máquinas agrícolas, levando muitas famílias rurais a migrarem para as cidades em busca de sobrevivência. O aumento da taxa do crescimento demográfico observado em certas regiões de Goiás, como na região metropolitana de Goiânia e no entorno de Brasília, é resultado da migração intra e inter-regional verificada desde o ano de 1960. Portanto, a construção de Brasília influenciou de forma significativa o desenvolvimento de Goiás. A nova Capital Federal incrementava suas atividades econômicas de modo que se criava uma rede de cidades através do eixo comercial entre Goiânia, Anápolis e Brasília, o que favoreceu maior fluxo de bens, serviços e pessoas na região.

Gráfico 4: Evolução da população em Goiás (1940 – 2010)

Fonte: PÁDUA, 2008, p. 37.

Pádua (2008), considera que a população em Goiás cresceu, em média, 7% ao ano, durante as décadas de 1940 a 1980, já entre os anos de 1980 e 1991, observa-se que o crescimento demográfico foi pouco expressivo e manteve certa estabilidade, equivalendo a 1,44% ao ano, com um aumento de 158.729 pessoas em números absolutos. Um fator importante a ser considerado é que em 1989, houve o desmembramento do Estado de Goiás com a criação do Estado do Tocantins e essa divisão provocou uma redução da população goiana, porém, mesmo assim, a taxa de crescimento demográfico foi positiva.

Ao comparar os dados demográficos em Goiás entre os anos de 1940 a 2010, verifica-se que houve um crescimento de 626,5% da população. Dentre os principais diversos fatores que contribuíram para essa explosão na dinâmica demográfica em Goiás, estão a construção Goiânia e de Brasília, que impulsionaram a ampliação da rede urbana através da abertura de rodovias que interligaram a nova Capital Federal às demais regiões do país e esse crescimento demográfico se mantém nos anos seguintes.

1.6 MIGRAÇÃO EM GOIÁS ENTRE 2005 E 2015

Após uma análise dos dados do Censo Demográfico de 2010, referenciados por Cruvinel (2017), conforme dados demonstrados na tabela 1, evidenciou-se que de 2005 a 2010, o maior número de imigrantes vindos para Goiás é oriundo do Distrito Federal (82.564), Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.017) e

Tocantins (31.176). De acordo com o autor, alguns dos principais indicadores comparativos da migração interestadual apresenta os seguintes dados:

Tabela 1: Indicadores de migração interestadual (IBGE-2010)

Unidade da Federação	Saldo Migratório	População	Taxa líquida de Migração (%)	Taxa de Emigração (%)	Taxa de Imigração (%)
Goiás	207.829	6.003.788	34,62	26,00	60,62
Distrito Federal	14.550	2.570.160	5,66	68,43	74,09
Maranhão	-164.981	6.574.789	-25,09	41,17	16,07
Bahia	-237.134	14.016.906	-16,92	33,27	16,35
Minas Gerais	-14.105	19.597.330	-0,72	19,93	19,21
Tocantins	8.652	1.383.445	6,25	55,70	61,95

Fonte: CRUVINEL, IMB, p. 12, 2017.

Para Cruvinel (2017), o estudo do Censo evidenciou que Goiás é o estado que apresentou o valor mais elevado para taxa líquida de migração, 34,62 migrantes por mil habitantes. Nessa perspectiva, verifica-se que Goiás se tornou a área com maiores potencialidades de absorção dos fluxos migratórios no Território Nacional. Além disso, a população de Goiás apresenta maior capacidade de reposição do quantitativo de habitantes em função do total de imigrantes que entra no estado e o número de emigrante que deixa o território goiano.

Em 2015, Minas Gerais era o estado com maior número de migrantes residentes em Goiás, sendo que 17,6% representavam a migração acumulada no estado. Bahia, Maranhão, Distrito Federal e Tocantins, juntamente com Minas Gerais se destacam representando 63,4% da migração acumulada. Observa-se que nesse período, a quantidade de migrantes residindo em Goiás há mais de 10 anos, perfazia um total de 60% acumuladamente. (CRUVINEL, 2017).

Devido ao elevado custo de vida em Brasília, Goiás se torna o centro de atração populacional, sendo favorecido pelo custo de vida menos elevado e oportunidades de empregos nos setores público e privado (Queiroz e Santos, 2015). Outros estados dos quais os migrantes procuram atratividade em Goiás são: Maranhão (12,05%), Bahia (10,21%) e Minas Gerais (9,09%). Mesmo Goiás sendo o Estado da Federação que mais recebeu imigrantes nas últimas décadas, não se posiciona entre os estados mais populosos da União, tendo em vista que, ocupa uma posição de 12º lugar no Ranking em números absolutos de habitantes. Conforme censo demográfico do IBGE (2010), o Estado de Goiás contava com 6.003.788 habitantes, com estimativa de 7.206.589 pessoas para o ano de 2021 (QUEIROZ e SANTOS, 2015).

1.7 REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - RMG

Através da Resolução da Presidência (PR) Nº 11, de 5 de junho de 1990, o Estado de Goiás foi dividido em 18 microrregiões geográficas, tendo a Região de Goiânia a mais populosa e que abarca o maior número de municípios. Desde o ano de 1980, quando foi criado o Aglomerado Urbano de Goiânia, inicialmente com 10 municípios, impulsionando o processo acelerado de urbanização e expansão da rede urbana, a região vem incorporando novos municípios e ganhando destaque de abrangência nacional. Através da Lei Complementar nº 27 de 30/12/1999, foi criada a Região Metropolitana de Goiânia, ampliada em 2010, com adesão de novos municípios, a RMG sofreu alterações significativas em sua configuração socioespacial e passou por um processo desenfreado de crescimento demográfico, com uma população absoluta de 2.173.141 habitantes em 2010 (IBGE, 2010).

Nesse sentido, Pinto (2009) sinaliza que as primeiras regiões metropolitanas surgidas no Brasil se fundamentaram em uma base conservadora em que o modelo de planejamento centralizado dispensava uma cooperação e representação política entre os municípios participantes. Essa centralização das ações políticas juntamente com a concentração urbana favoreceu o surgimento de grandes áreas conurbadas nas regiões metropolitanas, portanto, desde 1960, muitos problemas urbanos foram sendo observados nessas regiões relacionados ao crescimento desenfreado. Nessa perspectiva, o autor aponta que para restringir esses problemas, as cidades necessitam criar órgãos governamentais na região metropolitana que possam canalizar os esforços para coordenar os serviços públicos compartilhados entre elas. Pois, os aglomerados urbanos, somente com uma área fortalecida economicamente e com uma polarização regional efetiva, vai se configurando como uma região metropolitana de fato.

A região metropolitana caracteriza-se por um conjunto de aglomerações urbanas em torno da cidade grande, com a qual desenvolvem uma série de relações, que passam a constituir um sistema socioeconômico próprio que, no conjunto, é mais importante do que a simples soma de suas partes. [...] O que releve notar é que esses complexos humanos abrangem extensas áreas, sem apresentar solução de continuidade no espaço urbanizado, num fenômeno de conurbação, onde o maior empolga o menor, ou, quando menos, o faz diretamente dependente, entrelaçando os problemas, fazendo-os carentes de solução comum. (AZEVEDO, 1961 apud PINTO, 2009, p.26)

Portanto, as regiões metropolitanas brasileiras, devido a sua abrangência, socioespacial, necessitam de apoio das instituições para solucionar a problemática incidente sobre as cidades que as integram. A estratificação social presente nas

metrópoles brasileiras produz um tipo de segregação espacial que precisa ser equacionada pelas autoridades públicas municipais, a fim de solucionar os problemas socioeconômicos gerados pela macrocefalia nesses espaços urbanizados. Os problemas urbanos decorrentes da expansão territorial das metrópoles e da conurbação com as cidades vizinhas, em que, as menores são influenciadas pelas maiores, só vão ser solucionados com o enfrentamento coletivo através de políticas públicas conjuntas que busquem a governabilidade e o desenvolvimento comum.

A RMG é composta por 20 municípios exponencialmente urbanizados e com forte conurbação entre algumas cidades e Goiânia, as quais, apresentam elevado grau de relação econômica com a capital. Dados da Organização do Mundo do Trabalho (2013), demonstra que de toda a população da Região Metropolitana de Goiânia, 98,02% vive na zona urbana e somente 1,98% em área rural. Ao analisar os indicadores demográficos da população da RGM nas últimas décadas, percebe-se um expressivo aumento populacional, com crescimento médio das taxas anuais entre 2000 e 2010, ao redor de 2,23%. Uma vez que, a população saltou de 1.743.297 no ano de 2000 para 2.173.141 habitantes em 2010 (IPEA, 2015).

Conforme relatório disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015), a Região Metropolitana de Goiânia foi implementada através da Lei Estadual Complementar nº 78, de 25 de março de 2010, a qual integrou novos municípios ao zoneamento metropolitano. De acordo com o IBGE, 2010, a RGM abrange uma área territorial de 7.315 km² e abriga uma população absoluta de 2.173.141 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 293,8 hab/km². De toda a população absoluta residente em Goiás, 36,2% encontra-se na Região Metropolitana de Goiânia, e de toda a população da RMG, 60% são moradores da Capital (IBGE, 2010).

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, **Caldazinha**, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. (LEI Nº 78, 2010).

Os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Goiânia estão integrados à capital por uma rede de transporte coletivo responsável pelo atendimento à demanda dos usuários que utilizam esse meio para se deslocarem para o trabalho. A implantação do Eixo Anhanguera em 1976, marcou o início do transporte coletivo

na RGM, introduzindo novos conceitos de organização e circulação da rede de transporte em Goiânia. Atualmente, o corredor Eixo Anhanguera, no sentido Leste-Oeste, integra as cidades de Senador Canedo a Trindade. Conforme a Metrobus (2020), cerca de 200 mil passageiros utilizam esse meio de transporte na linha Anhanguera diariamente.

De acordo com o estudo do IMB (2011), os dados sociais e econômicos da RGM, apresentados no relatório, a região é a menos afetada pela carência entre os municípios goianos. Entretanto, esta informação é modificada quando analisada no contexto geral dos 246 municípios do Estado, que estão subdivididos no estudo em seis grupos no qual os municípios da RM ficaram distribuídos conforme o quadro 1.

Quadro 1: RGM, caracterização socioeconômica dos municípios (2011)

Grupos	Municípios	Características
Grupo 1	Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.	São os municípios que mais recebem investimentos privados, além de possuírem prefeituras com melhores condições financeiras para a implementação de políticas públicas compensatórias.
Grupo 3	Nerópolis, Inhumas, Santo Antônio de Goiás, Bela Vista de Goiás, Goianira, Brazabrantes e Caturai.	São municípios que apresentam relativa qualidade de vida de seus habitantes.
Grupo 4	Nova Veneza e Goianópolis.	São municípios que mostram um relativo dinamismo econômico, visto que apresentam em muitos casos uma agricultura dinâmica, com produtos de alto valor agregado. Em alguns já existe um processo de industrialização.
Grupo 5	Trindade, Hidrolândia, Caldazinha , Abadia de Goiás, Terezópolis de Goiás, Bonfinópolis, Aragoiânia e Abadia de Goiás.	São municípios com baixo dinamismo econômico e um grau considerável de carências sociais. As prefeituras não têm condições próprias de implementar políticas públicas compensatórias.

Fonte: Instituto Mauro Borges, 2011

Em relação à disponibilidade do trabalho, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2010, no Estado de Goiás foram ofertados 49% do total de empregos gerados na região Centro-Oeste (213.287 postos), equivalente a 104.331 empregos formais. Em 2009, teve um aumento de 8,63% nos empregos formais, passando de 1.209.310, para 1.313.641, em 31 de dezembro de 2010, ficando acima da média nacional, que foi de 6,94%. O Estado de Goiás se destacou em quase todos os setores da economia, pois, aumentou o nível geral de emprego, exceto o setor de serviços industriais de utilidade pública, que apresentou uma redução de 540 postos de trabalho, variando relativamente à negativa de 5,67%. Enquanto isso, na agropecuária foi de 76.847, em

2009, para um aumento no estoque de empregos formais de 81.696, correspondendo a 6,31% no ano de 2010. Observa-se que o emprego se concentra no setor de serviços na maioria dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia (OMT, 2013).

No campo da oferta de emprego, o setor de prestação de serviços concentra grande parte da mão de obra nos municípios da RGM, sendo que a cidade de Goiânia é o maior polo urbano de Goiás e absorve 35,1% de toda a demanda pendular da Região Metropolitana. Na maioria dos municípios, o rendimento médio mensal varia entre 950,00 e 1.160,00 Reais. (IPEA,2015). Considerando que na maioria dos municípios da RGM há uma predominância da população urbana em relação à rural. Veja tabela 2:

Tabela 2: dados demográficos da Região Metropolitana de Goiânia (2000 – 2010)

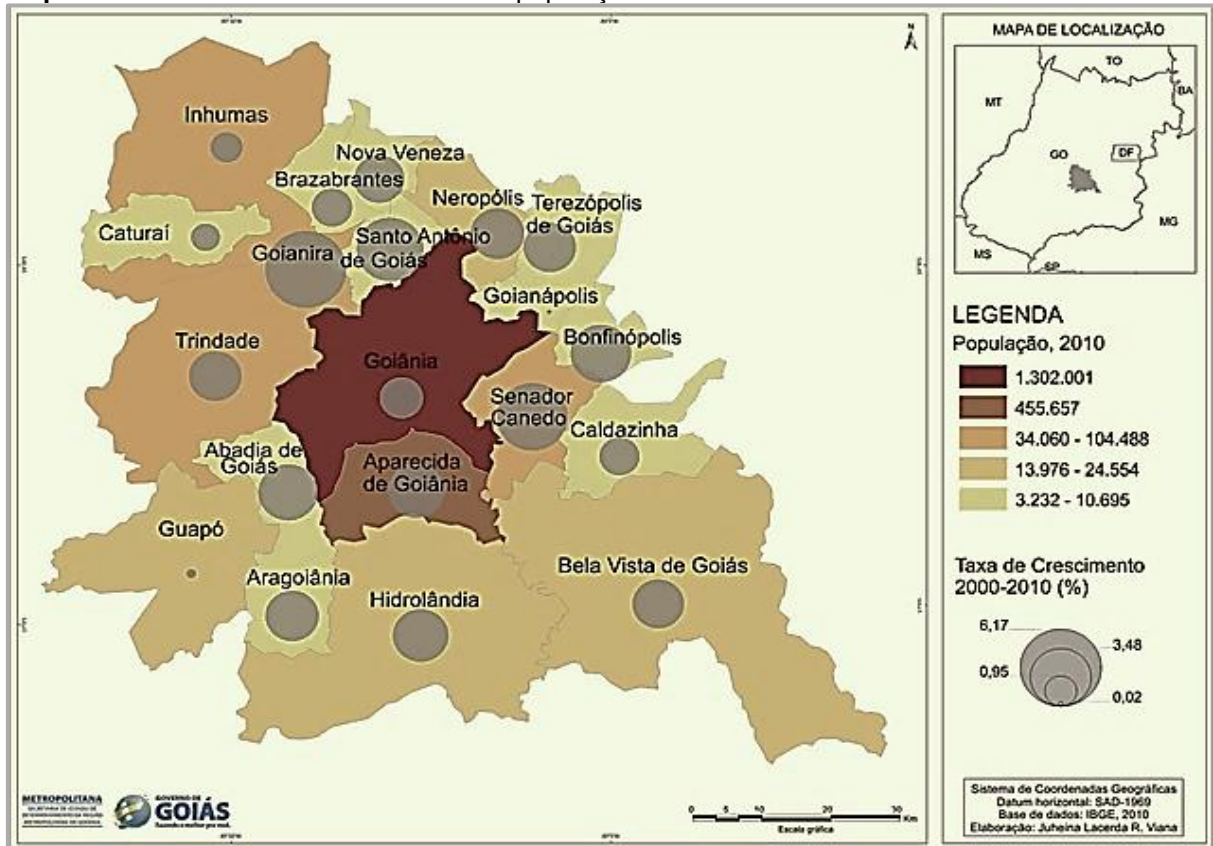
Município	Área (km ²)	2000			2010		
		População total (hab.)	População urbana (%)	População rural (%)	População total (hab.)	População urbana (%)	População rural (%)
Abadia de Goiás	146,778	4.971	60,52	39,48	6.868	73,85	26,15
Aparecida de Goiânia	288.342	336.392	99,75	0,25	455.735	99,90	0,10
Aragoiânia	219,55	6.424	66,34	33,66	8.375	66,02	33,98
Bela Vista de Goiás	1.255,42	19.178	59,70	40,30	24.554	73,13	26,87
Bonfinópolis	122,29	5.337	91,69	8,31	7.536	93,17	6,83
Brazabrantes	123,072	2.772	62,16	37,84	3.240	67,25	32,75
Caldazinha	249,7	2.859	41,76	58,24	3.325	57,68	42,32
Caturai	207,264	4.330	71,99	28,01	4.670	78,27	21,73
Goianópolis	162,435	10.671	91,88	8,12	10.681	90,60	9,40
Goiânia	732.801	1.093.007	99,34	0,66	1.301.892	99,62	0,38
Goianira	209,037	18.719	96,50	3,50	34.061	98,22	1,78
Guapó	516,844	13.863	70,84	29,16	14.002	81,09	18,91
Hidrolândia	943,896	13.086	59,88	40,12	17.398	60,09	39,91
Inhumas	613,225	43.897	91,07	8,93	48.212	93,50	6,50
Nerópolis	204,217	18.578	92,87	7,13	24.189	95,94	4,06
Nova Veneza	123,4	6.414	83,47	16,53	8.129	86,43	13,57
Santo Antônio de Goiás	132,805	3.106	82,55	17,45	4.690	90,79	9,21
Senador Canedo	245,283	53.105	94,99	5,01	84.399	99,61	0,39
Teresópolis de Goiás	106,913	5.083	71,14	28,86	6.562	86,51	13,49
Trindade	710,713	81.457	96	4	104.506	95,79	4,21
RMG Total Geral	7.315	1.743.297	98,37	1,63	2.173.141	98,02	1,98
Estado de Goiás	340.242	5.003.228	87,88	12,12	6.003.788	90,29	9,71

Fonte: OMT (2013); IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

A partir da observação do quadro demográfico da Região Metropolitana de Goiânia, percebe-se que ocorreu um crescimento expressivo da população de alguns municípios do entorno da Capital, aos quais podemos destacar: Goianira, com aumento de 6,79% ao ano; Senador Canedo, 5,29% e Santo Antônio de Goiás, de 4,72%, (CRUVINEL, 2017), esse crescimento demográfico dos municípios vizinhos

contribuiu para o adensamento populacional da Região Metropolitana de Goiânia. Nota-se que o município de Caldazinha teve um crescimento incipiente entre os anos de 2000 e 2010 em relação aos demais municípios da RGM. Conforme aponta o mapa 2:

Mapa 2: Demonstrativo do crescimento da população da RGM em 2010.



Fonte: SINDSEMP, 2018. (Fora de escala).

Nessa perspectiva, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015), destaca que o crescimento da população urbana da RMG continua ascendente, mesmo a uma taxa menor à verificada anteriormente, comparada a outras regiões do país, sua taxa demográfica manterá valores elevados. A expectativa é que no entorno de Goiânia, o crescimento demográfico continue se intensificando em relação à Capital. “A metade dos municípios da RMG possui um elevado grau de urbanização, com taxas acima de 90%” (IBGE/IPEA, 2015, p. 8). Contudo, uma parte dos municípios da RMG registra menores taxas de urbanização, variando em torno de 75% em decorrência de sua predominância em atividades rurais, entre eles destacam-se: Abadia de Goiás; Aragoiânia; Bela Vista de Goiás; Brazabrantes; Hidrolândia e Caldazinha.

2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO DE CALDAZINHA: construção da identidade imbricada no contexto das ruralidades

O núcleo urbano do Município de Caldazinha está localizado entre o rio Caldas e o ribeirão Sozinha e, devido a sua posição geográfica, a cidade foi renomeada por Caldazinha. É uma pequena cidade integrada à Região Metropolitana de Goiânia, onde a cultura rural exerce uma forte influência sobre a população urbana, norteadando o seu modo de vida e seus hábitos cotidianos. Desde sua origem, a população do Município preserva uma cultura muito peculiar, as tradições, os hábitos e os costumes dos pioneiros fundadores da cidade ainda são resguardados pelos habitantes da região, tanto do meio rural quanto do urbano. Entretanto, as ruralidades que permeiam esses espaços sociais remetem os elementos identitários do passado na vida dos moradores no momento presente e contribuem para a construção de suas identidades.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE IDENTIDADE

A definição de identidade é bastante ampla e pode estar ligada diretamente ao conjunto de ações e atitudes individualizadas, numa somatória de vários aspectos e características próprias de um contexto. O conceito de identidade está ligado diretamente no pensamento das diferenças em um mundo tão fragmentado e globalizado. Para delinear identidade deve-se levar em consideração o próprio jogo de relações das quais a própria identidade está submetida, em outras palavras, o conceito de identidade pensa a própria identidade do sujeito enquanto transitória, fluída, nunca pronta ou acabada.

Nessa perspectiva, Castells define o termo identidade como: “a fonte de significado e experiências de um povo”. O idioma, a cultura e hábitos cotidianos é que diferencia os povos em cada sociedade e constrói sua identidade.” (CASTELLS, 2018, p.54). O autor enfatiza que as instituições dominantes também podem formar as identidades na medida em que os atores sociais as internalizam e essas construções se dá através das relações sociais processadas pelos indivíduos, grupos e sociedades através dos diversos campos do conhecimento construídos socialmente no tempo e no espaço.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos

indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espço (Castells, 2008, p. 23).

A identidade é um processo em construção cotidiana através das experiências vividas pelos indivíduos que compartilham de costumes, hábitos e um mesmo estilo de vida próprio. Pode ser moldada pela ação coletiva dos sujeitos que partilham significado em comum, onde a modelagem da identidade pode receber colaborações de diversas experiências identitárias.

O pensador Bauman (2005, p. 38) nas palavras de Perucelli (2019), salienta que “a identidade nasceu da crise do pertencimento, no qual o Estado buscava a obediência de seus indivíduos”. Entretanto, a identidade nacional passa a ser imposta na sociedade e quem governa decide a nacionalidade, e também um destino da nação, mas que permanece incompleta, devido ao poder de exclusão, e da distinção da fronteira entre os cidadãos, dependendo diretamente da classe social na qual esteja inserido. Conforme aponta Hall (2003).

Os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados. (HALL, 2003, p. 142).

Hall (2003), delineia que existe uma crise de identidade, parte do processo de mudança nas estruturas e processos das sociedades, em que o sentido vai se perdendo conforme os indivíduos “estáveis” do mundo social vão sendo influenciados pelas sociedades modernas. Neste contexto, Hall (2006) define que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar (Hall, 2006, p. 13).

Nessa perspectiva, percebe-se que a identidade não é uma representação pronta e acabada, porque está sempre passando por mudanças, devido à perda ou inserção de elementos constitutivos. Neste contexto, há uma descentralização do sujeito social nas sociedades modernas. Dessa forma, HALL (2003), conceitua cultura como sendo mais antropológica e enfatiza o aspecto de cultura que se refere às práticas sociais. (PERUCELLI, 2019).

Para Castells (2008), a identidade é construída socialmente e ocorre em um contexto de poder, o autor descreve que essa distinção no processo de construção identitárias ocorre três formas distintas, sendo:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade; Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24).

De acordo com as ideias de Castells, podemos estabelecer que a identidade define as individualidades do sujeito social. Entretanto, esses elementos que criam as identidades dependem das ações coletivas permeadas pela convivência social. Ou seja, a identidade não é construída individualmente, mas sim coletivamente, por mais que ela seja algo de caráter pessoal.

Desse modo, a identidade pode ser entendida como tudo aquilo que se relaciona com o conjunto de significados simbólicos que uma pessoa possui de si mesma, e sobretudo, de sua essência enquanto indivíduo. Essa concepção de identidade inerente ao indivíduo está intrinsecamente ligada à determinadas fontes de significados que são construídas socialmente, como os hábitos cotidianos, as relações produtivas, a nacionalidade ou classe social, e esses elementos são os pilares para a construção de sua identidade. E nesse processo construtivo, o indivíduo ao estabelecer sua identidade diante do contexto social em que está inserido, também acarretará na construção e desconstrução da identidade do outro. (PERUCELLI, 2019).

Portanto, para entender os conceitos de identidade cultural é imprescindível o entendimento prévio de identidade e cultura e a convergência reflexiva desses dois conceitos. Quando pensamos a cultura nas diversas formas em que ela se apresenta nas manifestações sociais, percebemos que há uma interligação direta com a definição da identidade, porque os indivíduos em suas relações sociais, estão diretamente ligados a um ou mais tipos de culturas, que, inicialmente, se dá por meio do convívio familiar, com a comunidade, e, posteriormente, através dos diferentes meios de socialização interpessoais.

Enfim, para se chegar ao entendimento do conceito de cultura, é preciso estabelecer uma linha de compreensão conceitual de que a cultura é resultado de um conjunto de elementos sociais que os indivíduos produziram ao longo do seu processo

civilizatório e que essa cultura decorre das identidades sociais que cada indivíduo sustenta dentro do contexto sociocultural em que vive.

2.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CALDAZINHA

O Município de Caldazinha compõe a Região Metropolitana de Goiânia, foi integrado à RGM, através da Lei Complementar Estadual de nº 78, de 25 de março de 2010. Está localizado a Leste da Capital do Estado, com sede na coordenada: 48° 59' 43" Longitude Oeste e 16° 42' 17" Latitude Sul. Com altitude média de 795m. O núcleo urbano do Município de Caldazinha está distante 32 km (trinta e dois quilômetros) de Goiânia e 154 km (cento cinquenta e quatro quilômetros) da Capital Federal, Brasília. A GO-403 liga o município de Caldazinha à Senador Canedo e aos demais municípios do Estado. (IBGE, 2021).

Caldazinha possui uma área total de 250,9 km² (duzentos e cinquenta vírgula nove quilômetros quadrados), faz limite com os municípios de Bonfinópolis, Senador Canedo (O), Bela Vista de Goiás (S), Leopoldo de Bulhões (NE), Silvânia (L). Conforme dados do IBGE (2010), o município abriga uma população absoluta de 3.325 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 13,25 hab/km², dos quais 1.918 são moradores da área urbana e 1.407 vivem na zona rural.

A população rural no município é composta por pequenos e médios proprietários de terras que praticam a agricultura familiar de subsistência. No entorno do núcleo urbano do município, há uma grande quantidade de chácaras destinadas à moradia e lazer. O clima da região é tipicamente tropical, apresentando um período seco, entre os meses de abril a setembro, e outro chuvoso, entre os meses de outubro a março. As chuvas são bem distribuídas ao longo do período chuvoso e as condições climáticas são favoráveis às atividades agrícolas na região.

A vegetação que cobre a área do município de Caldazinha é predominantemente de Cerrado, com pequenas manchas de matas de galerias e as matas ciliares que cobrem as margens dos mananciais. Porém, boa parte da cobertura vegetal da região foi desmatada para a formação de pastagens e para prática da agricultura. Tendo como principal atividade econômica, a pecuária, criação de gado leiteiro e agricultura, com o cultivo de arroz, mandioca e milho. O comércio local participa na economia de forma incipiente, absorvendo pouca mão-de-obra dos trabalhadores economicamente ativos no município.

O salário médio mensal dos trabalhadores em Caldazinha, segundo dados do IBGE (2019), era de 1,9 salários mínimos. Comparando a quantidade de pessoas ocupadas em funções remuneradas em relação ao número de habitantes da cidade correspondia a 10,6% e na comparação com outros municípios, ocupava a 104ª posição no ranking em Goiás. Caldazinha apresenta um altíssimo déficit de postos de trabalho, e, devido a essa carência de empregos na cidade, muitas pessoas precisam buscar emprego na Capital, Goiânia. Somente uma pequena parcela dos moradores locais possui empregos na cidade, composta por funcionários públicos municipais e/ou estaduais, outra, é composta de pessoas que exercem atividades rurais. Conforme dados do Instituto Mauro Borges (2012), a população pendular de Caldazinha atinge 16,6% e essa mobilidade migratória insere a cidade numa nova dinâmica urbana, tornando-a em uma cidade dormitório.³

No entanto, a atividade agrícola exercida por milhares de trabalhadores rurais dificulta essas pessoas de residirem nos aglomerados urbanos, devido à precariedade ou mesmo ausência de transportes adequados para levarem esses trabalhadores para o trabalho no campo. Isso faz com que eles passam a residir permanentemente nas proximidades das terras cultivadas. Como a maioria dos trabalhadores rurais não são donos das terras que ocupam, eles passam a ser empregados temporários ou assalariados permanentes nas propriedades rurais.

2.3 A ORIGEM DE CALDAZINHA E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS EM GOIÁS

No contexto da urbanização brasileira, é possível diferenciar o meio urbano em pequenos e grandes municípios. Wanderley (2004), define os pequenos municípios de duas maneiras, aqueles que possuem população inferior a 20.000 habitantes e os pequenos municípios que têm entre 20.000 e 50.000 habitantes. Ambos concentram as atividades administrativas, econômicas e políticas, entretanto, outros recursos como serviços médicos são insuficientes, principalmente, nos pequenos municípios com população inferior a 20.000 habitantes, já as atividades socioeconômicas ficam por conta da agricultura. Dessa forma, é possível concluir, que até mesmo o meio urbano possui suas peculiaridades de acordo com o tamanho da sua população e

³ Termo utilizado para designar cidade em que habita uma grande quantidade de moradores que trabalham ou estudam em uma cidade vizinha próxima. Esse tipo de cidade se encontra geralmente no interior de regiões metropolitanas, ligadas por processos de *conurbação*. ENDICI – Enciclopédia Discursiva da Cidade. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php>.

meio em que está localizado, pois, cidades mais próximas geograficamente das metrópoles têm costumes e economia equivalentes, já as pequenas cidades, conhecidas como interior, compartilha de uma mesma cultura rural e têm comportamentos semelhantes.

Geralmente, é nos municípios pequenos, com menor densidade populacional, que a população rural é mais significativa. Em vista que as cidades pequenas apresentam um déficit social muito grande, a falta de emprego e moradia faz com que a maioria dos seus habitantes busquem trabalhos em cidades vizinhas ou outros meios de sobrevivência através de atividades predominantemente agrícolas, o que contribui para a transferência e permanência das famílias nas fazendas onde vivem e trabalham. Esse cenário duplo, pode ser considerado um “continuum” rural-urbano, já que o meio rural está intimamente ligado com o meio urbano, sem que haja limites bem definidos entre eles (CORRÊA, 2011).

A ocupação e povoamento territorial do espaço geográfico que atualmente pertence ao Município de Caldazinha está intimamente ligada ao processo migratório que deu origem à formação urbana de vários povoados que, posteriormente, tornaram-se cidades pequenas e de médios portes, localizadas na Região da Estrada de Ferro no Sudeste goiano. Antes de Caldazinha se tornar um distrito de Bela Vista de Goiás, a região já era habitada por pequenos e médios fazendeiros que praticavam atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Conforme relatam os pioneiros da cidade, foram os próprios moradores da região que deram início ao povoamento de Caldazinha.

O colaborador “A” (2021), relata que por volta da segunda metade da década de 1930, seu pai, um fazendeiro e boiadeiro da região, durante uma viagem com seu funcionário para a cidade de Orizona, seu companheiro foi picado por marimbondo no caminho e depois desse episódio, ele disse que estava cansado, que não aguentava mais o trabalho duro que estava submetido, então convidou seu patrão para juntos, formarem um Patrimônio na região, porque queria colocar uma casa de comércio para tocar. Depois da tomada de decisão, ambos resolveram pôr os projetos em andamento. O pai do colaborador “A” fez a doação de um alqueire de terras juntamente com outros proprietários que também doaram partes das propriedades para formação do povoado. A partir daí, os moradores próximos a área destinada à formação do povoado fizeram a roçagem do terreno e convidaram um padre para dar

suas bênçãos ao local. Após iniciado o povoamento, a casa de comércio foi criada com o nome de Casa Marques, sendo a primeira casa de comércio no povoado.

Contra-pondo-se às narrativas do colaborador “A”, Nogueira (1996), ressalta que antes da criação do Patrimônio do Milho Inteiro, não havia estradas na região, para se deslocarem para as cidades pais próximas, os moradores utilizavam somente cavalos e carros de bois, quando alguém morria nas redondezas, era transportado para cidades mais próximas em cavalos ou pau-banguê para ser sepultado. Nesse contexto, houve a necessidade de criar um cemitério para facilitar o enterro dos mortos pelas famílias que moravam na região, o que favoreceu o surgimento do povoado.

Caldazinha desde os primórdios de sua criação em meados de 1937, não conta simplesmente fatos, eleva-se à força íntima e conquistadora de sua gente. Em um pedaço de chão estreito e limitado, em terras de fazendeiros da região de “Milho-Inteiro”, ela foi criada, em virtude da necessidade de um cemitério de que precisavam as famílias daquele lugar para enterrar seus mortos que, para isso, eram transportados em lombos de animais ou pau-banguê às cidades vizinhas. (NOGUEIRA, 1996, p. 13).

Segundo Nogueira (1996), na década de 1930, iniciaram-se os trabalhos da construção da estrada de ferro no Planalto Central Brasileiro, que ligava o Estado de Goiás a Minas Gerais, passando pela região, que se tornaria o Município de Caldazinha. Naquele período, muitos trabalhadores, vindos de várias partes do território brasileiro, instalaram-se nos acampamentos às margens do Ribeirão Sozinha, próximo ao povoado, onde os “turmeiros”⁴ (grifo nosso) passaram a ter contatos com os moradores da região. Esses habitantes eram, predominantemente, fazendeiros e trabalhadores rurais que, tinham pouco contato com os moradores das cidades e mantinham sua cultura tradicional através de práticas retrógradas e da rusticidade dos afazeres cotidianos.

Para o colaborador “A” (2021), logo que foi demarcado o terreno para ser o futuro Patrimônio, deu-se início à construção do cemitério local, onde os moradores providenciaram a “limpagem” (grifo nosso) da área e utilizaram pedras que foram transportadas por carro de boi para fazer o cercamento do lugar.

⁴ Bras. S. MG Indivíduo que faz parte de uma turma de trabalhadores de estradas ou de obras rurais. Disponível em: <https://www.osdicionarios.com/c/significado/turmeiro>.

Imagem 1: Carro de boi transportando pedras para o cercamento do cemitério de Caldazinha (1937)



Fonte: cedida por Lázaro Marques (2021)

O colaborador “A” (2021), narra que desde o seu surgimento, o povoado ficou conhecido por “Patrimônio do Milho Inteiro” devido a uma estória de um acontecimento que envolveu uma caravana de viajantes que passavam pelo local do povoado e, ao cruzar uma roça de milho perto de um riacho, pegaram algumas espigas para comer. No trajeto, um dos viajantes percebera que havia perdido um facão e ao ser questionado pelos companheiros onde havia ocorrido a perda do objeto, relatou que tinha sido na roça onde haviam comido o milho inteiro. Daí em diante, todas as vezes que se referiam ao lugar, diziam “milho inteiro”, (grifo nosso) nome o qual foi dado ao povoado e, também, ao riacho que margeia a cidade de Caldazinha atualmente.

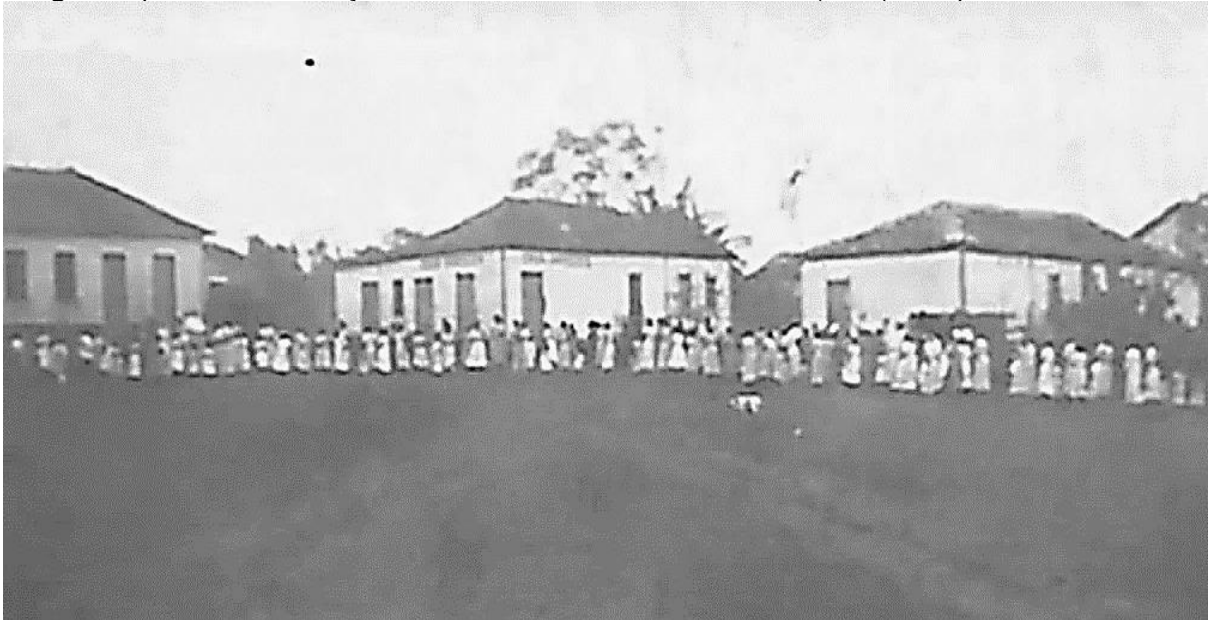
Desde o surgimento do Patrimônio do Milho Inteiro, muitos moradores vieram para o povoado e construíram seus ranchos para moradia, com utilização da folha de sapé para a cobertura. No início do povoamento, não havia demarcação dos loteamentos, cada morador fechava uma determinada área de acordo com seus interesses. Então, formaram-se muitas chácaras no povoado, onde os moradores plantavam arroz, feijão e milho para sua subsistência. Em meados de 1937, foi doada uma gleba de terras para a Igreja Católica, em favor da Santa Nossa Senhora D’Abadia, padroeira da cidade, para a construção da igreja. No local, foi construído um rancho de pau a pique e folha de bacuri para ser a primeira igreja do povoado, onde o Padre Francisco de Salles Plecat celebrou a primeira missa.

Nessa perspectiva, corroborando com as palavras do colaborador “A”, o colaborador “B”, afirma o seguinte:

Eu tinha cinco anos quando conheci Caldazinha, a primeira missa celerada na localidade foi por volta de 1942, na qual eu participei, eu me lembro ainda que fizeram uma igreja de folha de bacuri para celebrar a primeira missa. Não existiam casas construídas no lugar, somente ranchos, então, as pessoas fizeram um roçado e queimaram o lugar para limpar o mato. O padre que celebrou a missa veio de uma cidade vizinha e foi hospedado em uma fazenda nas proximidades. Ele utilizava uma camionete Ford para se locomover até o vilarejo. Ainda me lembro que fizeram uma estrada para dar acesso à fazenda onde o padre foi hospedado pelos moradores da propriedade. (COLABORADOR “B”, 2021).

Colaborador “A” (2021) descreve que o povoado foi iniciado ao redor da igreja, muitos ranchos foram erguidos. No início, as moradias eram feitas de pau-a-pique e cobertas por folhas de bacuri. Com o passar do tempo, as velhas construções foram substituídas por barracos de adobe com coberturas de telhas e ruas foram abertas no povoado. A velha “casa de comercio” (grifo nosso) localizada no centro do povoado foi derrubada e uma nova construção de alvenaria foi erguida no lugar. Na imagem 2, percebe-se ao centro, a Casa Marques, o principal centro comercial da cidade na época.

Imagem 2: primeiras construções de alvenaria em Caldazinha - GO (1952) data provável



Fonte: Trilhas do Cerrado Caldazinha, <https://www.trilhadocerrado.com.br/>, 2021

Naquela época, não existia transporte no povoado do Milho Inteiro, os moradores utilizavam o carro-de-boi no trabalho do dia a dia e o cavalo para irem às festas locais. Quando necessitavam ir à capital precisavam se deslocar até o posto Honestino Guimarães, a sete quilômetros do povoado, para pegar o trem de ferro que partia no período da manhã e retornava à tarde. A Estação Honestino Guimarães foi

uma das estações da ferrovia inaugurada em 1950, no então município de Bela Vista de Goiás, atualmente, Município de Caldazinha. Foi demolida por completo, restando apenas os pilares de concreto que davam sustentação à construção.

Imagem 3: Ruína da Estação Honestino Guimarães, Município de Caldazinha – GO. (2006)



Fonte: Roberto Fonseca Dias, GOOGLE, 2021.

Outro meio de transporte utilizado pelos moradores locais eram os caminhões leiteiros, que faziam o trajeto entre Caldazinha e Goiânia. Assim que o povoado se desenvolveu, foi colocada a primeira “jardineira” (grifo nosso) para transportar os passageiros do Patrimônio até a cidade de Goiânia.

Contam os moradores de Caldazinha (2021), que no período em que os turmeiros estiveram acampados às margens da ferrovia, eles provocavam muitos atritos e confusões no Patrimônio. Nos finais de semana, quando esses trabalhadores vinham para o povoado, aconteciam muitas brigas e mortes. Os habitantes locais tinham muito medo deles e evitavam sair de casa nos finais de semana. Naquele período, não havia policiamento no povoado e nem cadeia pública. Quando aconteciam prisões, os detentos ficavam amarrados em uma árvore na praça da igreja, centro do Patrimônio, até que autoridades policiais os levassem para a capital ou para Bela Vista de Goiás. De acordo com os moradores da cidade, a imagem 4 retrata, em primeiro plano, o professor Sebastião, pioneiro na educação em Caldazinha e um dos colaboradores da construção da igreja, e ao fundo, a árvore onde os presos eram amarrados enquanto aguardavam ser removidos para cadeias mais próximas.

Imagem 4: Igreja Católica construída no povoado de Caldazinha (1970) data provável



Fonte: cedida por Luiz Macário, 2021

De acordo com o colaborador “A” (2021), no início da formação do povoado, não existia escola na região. Algumas famílias contratavam professores itinerantes que ensinavam seus filhos na própria residência. Como foi aumentando o adensamento populacional no patrimônio, foi construída a primeira escola de pau-a-pique e coberta de folha de bacuri. Com o passar do tempo, com o desenvolvimento da cidade, uma igreja de alvenaria foi construída e esse espaço passou a ser utilizado como escola no povoado. Anos mais tarde, surgiram outras escolas no povoado, muitos professores vinham de outras cidades para lecionar em Caldazinha. Muitos alunos iam para as cidades mais próximas para estudar, e para resolver esse problema educacional no povoado, em 1964, foi fundado o Colégio Estadual Horácia Lobo, com atendimento de alunos de 1º e 2º graus. Percebe-se, nesse período, que a Cidade de Caldazinha já adquiria aspectos de cidade urbanizada. A imagem 5 refere-se aos primeiros anos da construção do referido Colégio na cidade de Caldazinha.

Imagem 5: Colégio Estadual Horácia Lobo, Caldazinha - GO (1980) data provável



Fonte: domínio público, Google (2021)

Nogueira (1996), destaca que desde o surgimento do Patrimônio do Milho Inteiro, no final da década de 1930, o povoado pertencia ao município de Bela Vista de Goiás e através da Lei Municipal de nº 175, de 10 de novembro de 1957, o povoado foi renomeado de Distrito de Caldazinha. Somente em 1992, através da Lei Estadual de nº 11.699, de 29 de abril de 1992, Caldazinha foi desmembrada de Bela Vista de Goiás e elevada à categoria de município. Conforme o disposto no Artigo 1º da referida Lei. “Fica transformado em Município, com o topônimo de CALDAZINHA, o atual Distrito do mesmo nome, do Município de Bela Vista de Goiás, deste Estado, dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações” (LEI 11.699, 1992).

Desde a fundação do povoado do Patrimônio Milho Inteiro até a emancipação do Distrito de Caldazinha em 1992, a cidade apresentava muitos problemas de infraestrutura e a população local passou por muitas dificuldades no município. O Colaborador “A” (2021), relata que os moradores levavam uma vida muito difícil no povoado, faltavam transportes, segurança, saúde, educação, trabalho etc. A cidade era pouco desenvolvida, não dispunha de infraestrutura adequada. A economia local baseava-se, principalmente no plantio de arroz, milho e feijão; e o único transporte utilizado pelos moradores era o carro de boi. Na imagem 6, está representado o principal meio de transporte da época e o centro da cidade, no início de sua formação.

Imagem 6: juntas de bois carreiros no centro do povoado de Caldazinha - GO (1945) data provável



Fonte: Trilhas do Cerrado, <https://www.trilhadocerrado.com.br/>, 2021

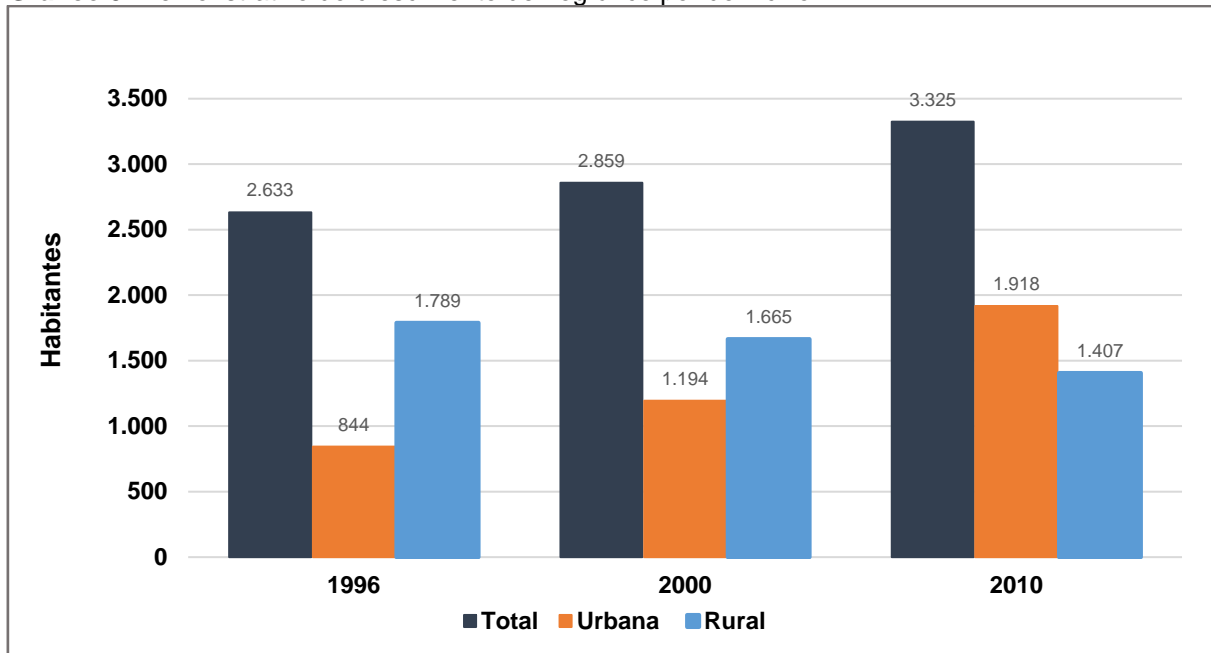
Em decorrência desses problemas, o município apresentou baixa taxa de crescimento demográfico da população urbana. Somente depois da criação do município que se ascendeu a taxa de urbanização em Caldazinha. Com o melhoramento da infraestrutura urbana, muitos moradores da zona rural migraram para a cidade em busca de oportunidades de emprego e melhorias na qualidade de vida. Nas últimas décadas, a taxa de urbanização cresceu 162,68%. (FERREIRA, 2014).

2.4 POPULAÇÃO DE CALDAZINHA PÓS-1992

O Município de Caldazinha apresentou baixo crescimento populacional desde sua emancipação política. Em 1992, a quantidade de moradores de outras localidades que migraram para o município foi incipiente e o aumento da população urbana se deu, principalmente, por causa da transferência de pessoas do campo para a cidade. Conforme a contagem do IBGE (1996), o Município de Caldazinha contava naquele período com 2.633 habitantes, 1.789 pessoas residiam na zona rural e 844 na zona urbana. No ano 2000, houve um aumento do número de Habitantes no município para 2.859 pessoas, dentre as quais, 1.194 pessoas residiam na cidade e 1.665 no meio rural. Somente no ano de 2010, percebe-se uma inversão na dinâmica demográfica de Caldazinha: houve um crescimento razoável do número de habitantes no município e a população urbana superou a rural. Das 3.325 pessoas residentes no Município de

Caldazinha, 1.918 viviam na cidade e 1.407 na zona rural. Conforme demonstrado no gráfico 5:

Gráfico 5: Demonstrativo do crescimento demográfico por domicílio

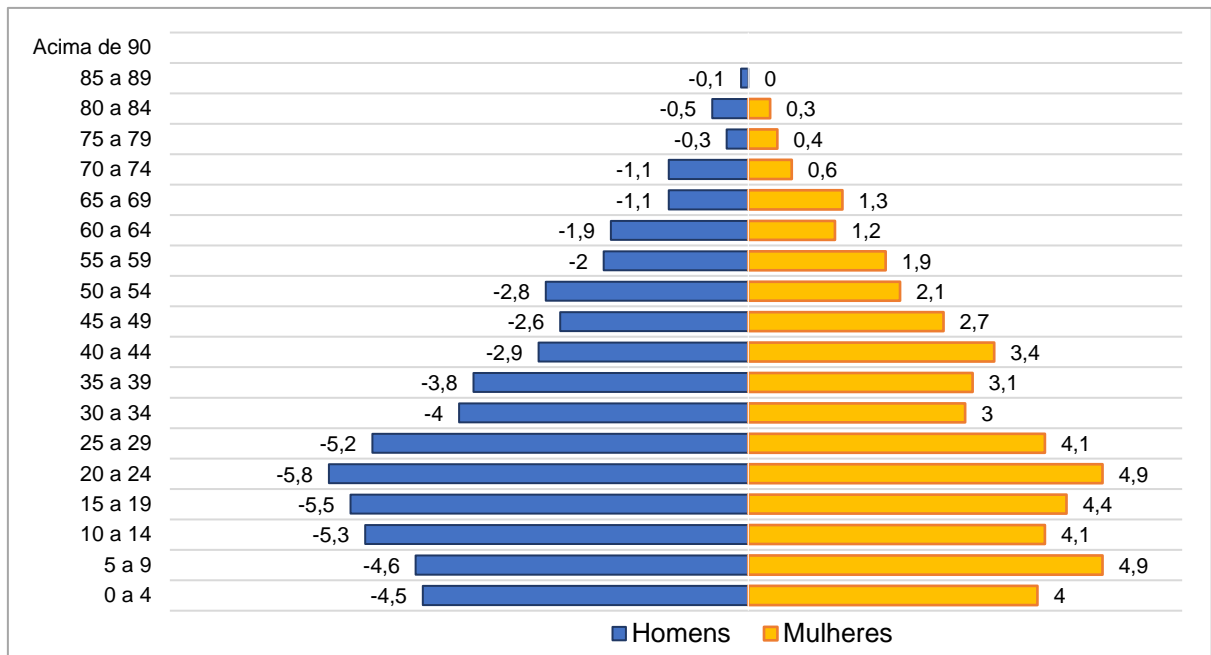


Fonte: IBGE, (1996); (2000); (2010).

O crescimento demográfico da população de Caldazinha, entre 1996 a 2000 foi de 2,14% e entre 2000 e 2010, foi de 1,62% ao ano. Enquanto a população urbana teve um crescimento médio a uma taxa de 7,67% ao ano entre 1996 e 2010, a população rural decresceu, em média, 1,93% ao ano. No ano 2000, a população urbana correspondia a 41,76% enquanto a rural era de 58,24%. Em 2010, a população urbana representava 57,68%, já a rural 42,32%. No ano de 2000, a população feminina no Município representava 46,2% enquanto a masculina era de 53,8%. Em 2010, a parcela feminina era de 49,2% e a masculina de 50,8%.

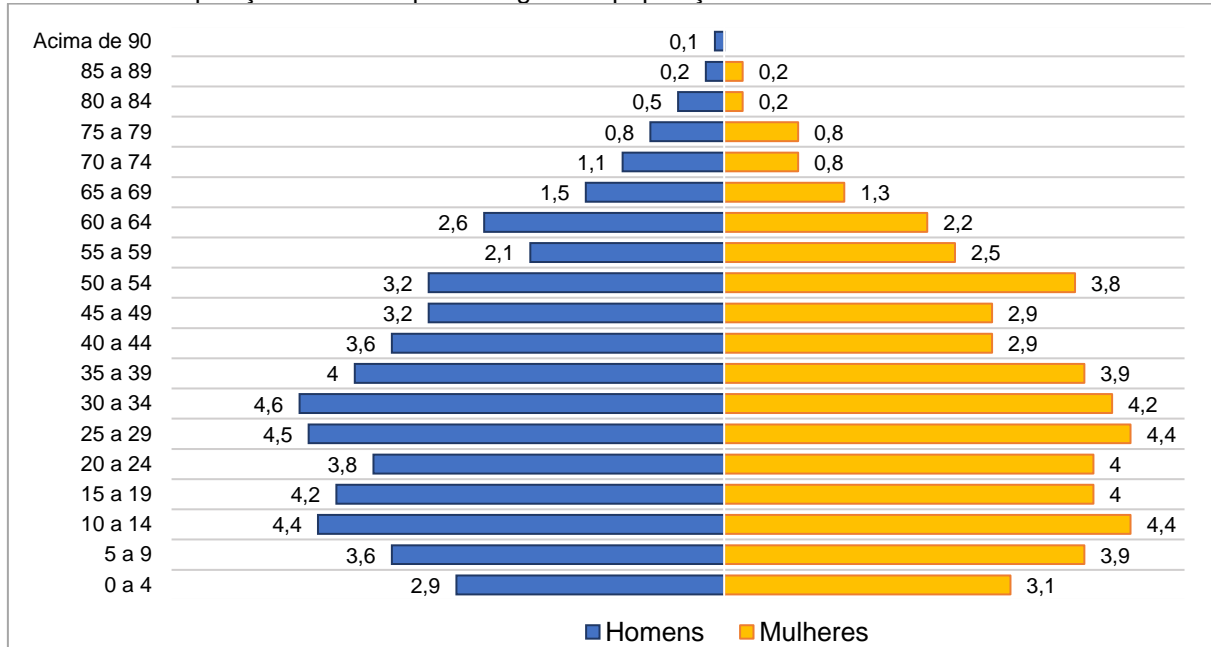
2.4.1 Estrutura etária da população

Observa-se que houve um aumento do número de pessoas idosas no Município de Caldazinha desde sua emancipação política. Em 2000, a taxa percentual de pessoas idosas total do Município, a partir dos 65 anos de idade, correspondia em 8,14% e a taxa de envelhecimento era de 5,6%. No ano de 2010, a taxa correspondente aos idosos era de 7,36%, enquanto a taxa de envelhecimento da população foi de 7,37%. Porém, entre 2000 e 2010, ocorreu um aumento na taxa de envelhecimento da população no município em 1,77%, conforme os dados representados nos gráficos 6 e 7.

Gráfico 6: Composição etária em porcentagem da população 2000

Fonte: IBGE, 2000

Considerando que em 2000, a população jovem de Caldazinha abaixo dos 15 anos de idade, representava 783 pessoas, o que correspondia a 27,4% da população total do município, sendo destas, 412 homens e 371 mulheres. Já a população idosa era de 160 pessoas, sendo 88 pessoas do sexo masculino e 72 do feminino.

Gráfico 7: Composição etária em porcentagem da população 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

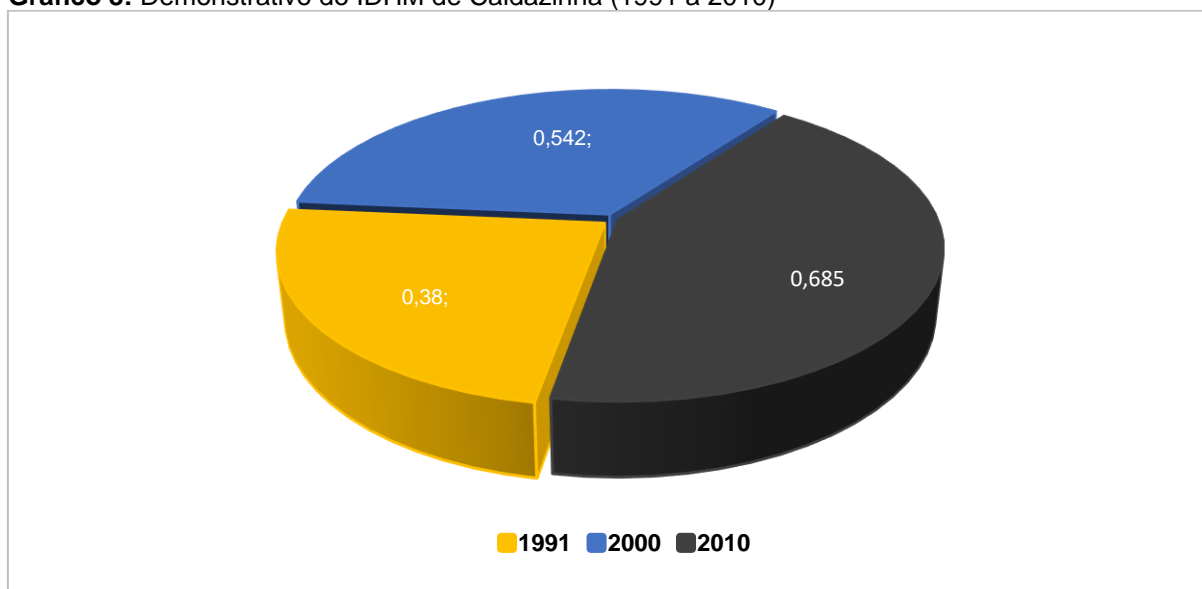
Em 2010, a população jovem era composta de 742 pessoas, o que representava 22,3%, destas, 364 homens e 378 mulheres. Por outro lado, a população idosa correspondia a 245 pessoas, destas, 140 eram homens e 105 mulheres.

Essa baixa contingente populacional no Município, interfere nas relações sociais e por extensão nas relações culturais, o que leva uma significativa parcela da população a preservar suas tradições e identidade cultural, levando a permanecer no território práticas identitárias que os aproximam, sem contar também o nível de parentesco nessas pequenas cidades. Essa estrutura de caráter familiar tende a contribuir para que costumes e práticas culturais permaneçam.

2.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é o principal indicador social utilizado para medir a riqueza ou a pobreza de uma sociedade e para classificar os países em desenvolvido ou subdesenvolvido e segue as mesmas dimensões do IDH geral. O IDHM é uma medida composta pelos indicadores: expectativa de vida, taxa de escolaridade e renda per capita. O índice é medido de 0 a 1. Quanto mais o índice se aproximar de 1, maior o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, será aplicado o índice para avaliar o desenvolvimento do Município de Caldazinha através dos três componentes: longevidade, educação e renda. O gráfico 8 demonstra crescimento nos indicadores sociais e econômicos em Caldazinha entre os anos de 1991 a 2010.

Gráfico 8: Demonstrativo do IDHM de Caldazinha (1991 a 2010)



Fonte: IBGE, 2000; IBGE, 2010.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Caldazinha foi inferior ao Índice Nacional que ficou em 0,765. Entre 2000 e 2010, o IDHM apresentou uma melhora, saltando de 0,542 em 2000 para 0,685 em 2010, um crescimento de

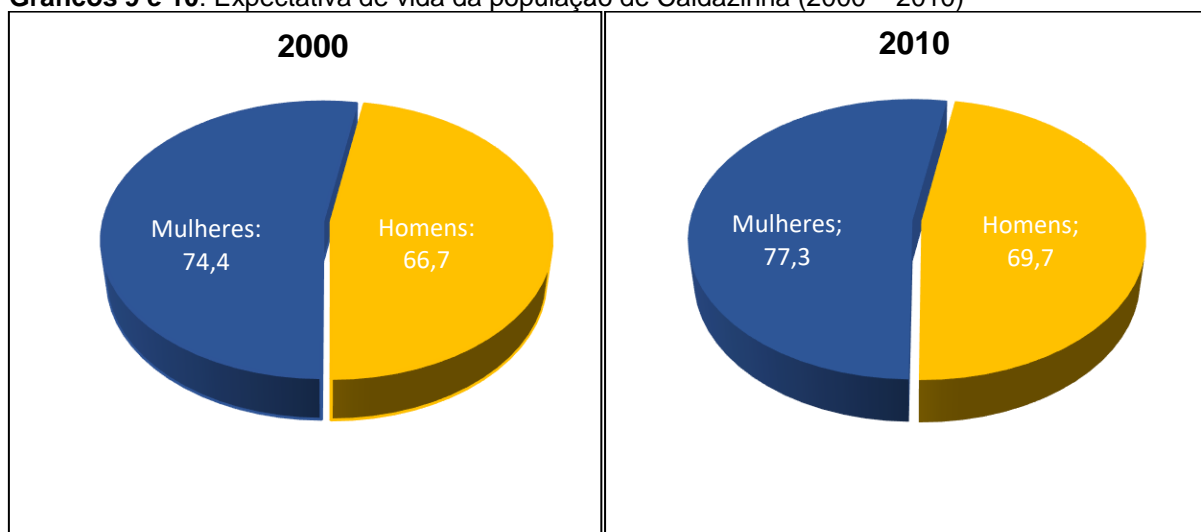
26,38%. Comparando o IDHM em relação aos 5.565 municípios brasileiros, Caldazinha ocupa a 2309ª posição e em relação aos 246 municípios goianos, ocupa a 163ª posição. (IBGE, 2010). A dimensão que apresentou melhor desempenho foi a Educação, com crescimento de 0,281, em seguida, a Longevidade e a Renda.

2.4.3 Longevidade

Segundo o IBGE (2021), a expectativa de vida da população brasileira que em 2018 era de 76,3 anos, subiu para 76,6 anos em 2019, graças a melhorias na qualidade de vida da população em geral. A longevidade ou expectativa de vida é um conceito baseado em dados estatísticos que exprime o bem-estar dos indivíduos. Indica o tempo médio de vida aproximada de uma determinada sociedade de acordo com suas características socioeconômicas e culturais, tais como: acesso à saúde, educação e cultura, redução da criminalidade, alimentação saudável, saneamento básico etc.

Nessa perspectiva, verifica-se que a população de Caldazinha também elevou sua expectativa de vida ao longo dos anos devido aos melhoramentos nas condições de vida dos habitantes. À medida em que a cidade foi se urbanizando e se desenvolvendo, as pessoas passaram a ter mais recursos financeiros, acesso a tratamento médico, educação, transporte e moradia, o que contribuiu para elevar a expectativa de vida da população local. Em 2000, a expectativa de vida das mulheres de 74,4 anos e dos homens era de 66,7 anos. Em 2010, houve um aumento considerável da esperança de vida dos habitantes do município que alcançou 77,3 anos para as mulheres e 69,7anos para os homens.

Após a emancipação política do município de Caldazinha, a cidade passou por melhorias, tanto na infraestrutura urbana quanto nas condições socioeconômicas dos moradores da região, e essas melhorias contribuíram para aumentar a expectativa de vida da população local. Os gráficos 9 e 10, indicam crescimentos nas expectativas de vida da população de Caldazinha nos anos de 2000 e 2010.

Gráficos 9 e 10: Expectativa de vida da população de Caldazinha (2000 – 2010)

Fonte: IBGE, 2021

Considerando a população de Caldazinha acima dos 70 anos de idade, observa-se que no ano 2000, ela correspondia em 3,3% do total, já em 2010 essa parcela da população somava 4,7%, o que corresponde a um aumento do número de idosos a partir dessa faixa etária de 42,42% residentes no município.

2.4.4 Educação

A comunidade estudantil atendida pelo sistema educacional de Caldazinha abrange uma faixa etária a partir dos 04 anos de idade, desde à Educação Infantil no CMEI, nas modalidades do Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos. Os estudantes são oriundos de todo o Município e de municípios vizinhos, tanto do meio urbano quanto do rural, sendo filhos de fazendeiros, pequenos agricultores e também filhos de comerciantes, trabalhadores autônomos, funcionários públicos, empresários e operários. O nível socioeconômico das famílias dos discentes do Município é bastante diferenciado, a maioria são oriundos de famílias de classe média, tanto da Zona urbana quanto da Zona Rural. Mais de 40% dos alunos são do meio rural e depende do transporte escolar Municipal (PPP/CEHL, 2020).

O sistema educacional de Caldazinha é composto por duas redes de ensino, uma estadual e outra municipal. O CMEI Amélia Marques de Faria Caetano, atende crianças da Educação Infantil, a Escola Municipal Professor Sebastião Rodrigues de Oliveira que atende alunos da primeira fase do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e o Colégio Estadual Horácia Lobo, que atende alunos da segunda fase do Ensino Fundamental do 6º ano 9º ano e o Ensino Médio, do 1º ao 3º ano e EJA. Em 2010, a

rede municipal atendeu 262 alunos durante o ano letivo, na rede estadual foram 422 alunos atendidos. Totalizando 684 alunos matriculados no Município. (PPP-CEHL, EMPSRO, 2010).

A Escola Municipal de Caldazinha foi criada pela Lei Municipal nº 119/98, de 21 de janeiro de 1998, com a denominação de Centro Educacional Municipal Criança Esperança. Em 2012, a Unidade Escolar foi renomeada para Escola Municipal Professor Sebastião Rodrigues de Oliveira, em homenagem ao saudoso professor Sebastião, pioneiro na educação de Caldazinha.

O Colégio Estadual Horácia Lobo foi fundado e autorizado a funcionar no ano de 1964 e inaugurado em 1978, possui duas leis de criação: a Lei de número 9.977, de 14 de janeiro de 1986 e a Lei de número 10.905, de 14 de julho de 1989. As tabelas 3 e 4, demonstram a distribuição e a quantidade de alunos matriculados por turnos nas escolas no município de Caldazinha nos anos de 2010 e 2020,

Tabela 3: Demonstrativo dos alunos matriculados em Caldazinha - 2010

Turma	Matutino	vespertino	Noturno	Total
Ens. Fund. 1ª fase	130	132	-	262
Ens. Fund. 2ª fase	146	88	-	234
Ensino Médio	19	46	96	161
Correção de Fluxo	-	-	27	27
Total Geral	295	266	123	684

Fonte: CEHL, EMPSRO, 2021.

Em 2020, a quantidade de alunos na educação básica em Caldazinha saltou para 785, destes, 322 alunos da rede municipal e 463 da rede estadual. Percebe-se que houve um aumento na quantidade de alunos matriculados no Município de 14,7% em relação a 2010. (PPP-CEHL, EMPSRO, 2020).

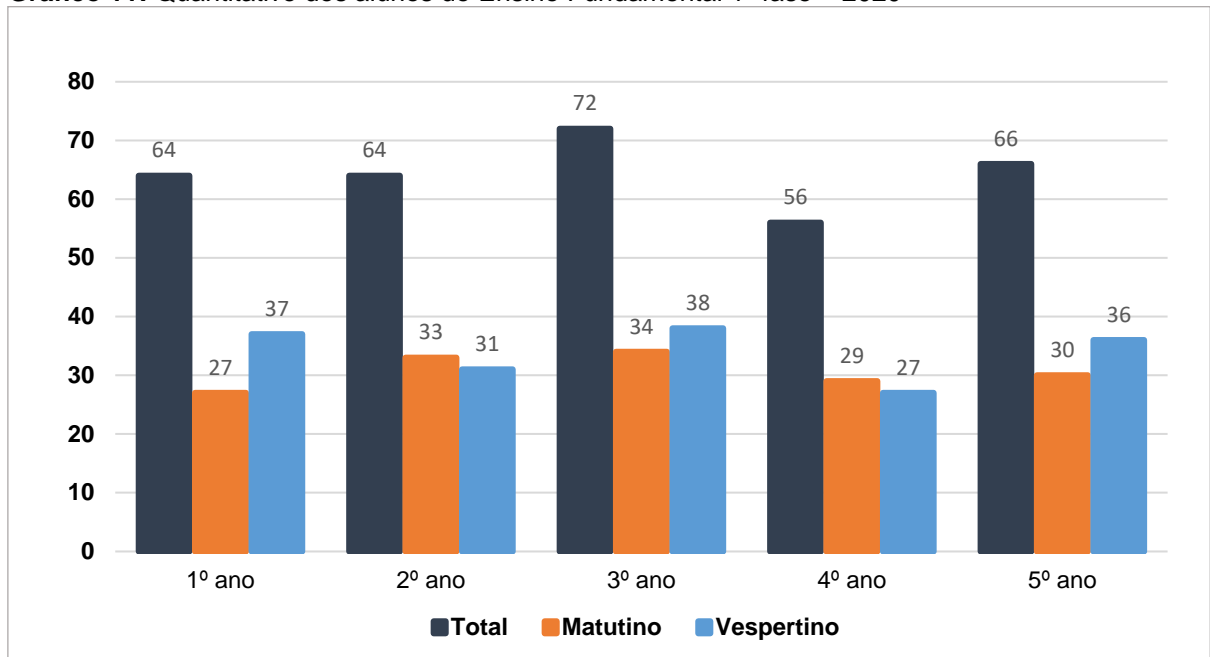
Tabela 4: Demonstrativo dos alunos matriculados em Caldazinha – 2020.

Turma	Matutino	vespertino	Noturno	Total
Ens. Fund. 1ª fase	153	169	-	322
Ens. Fund. 2ª fase	122	118	-	240
Ensino Médio	50	62	68	180
EJA	-	-	18	18
Educação Especial	-	-	-	25
Total Geral	325	349	86	785

Fonte: CEHL, EMPSRO, 2021.

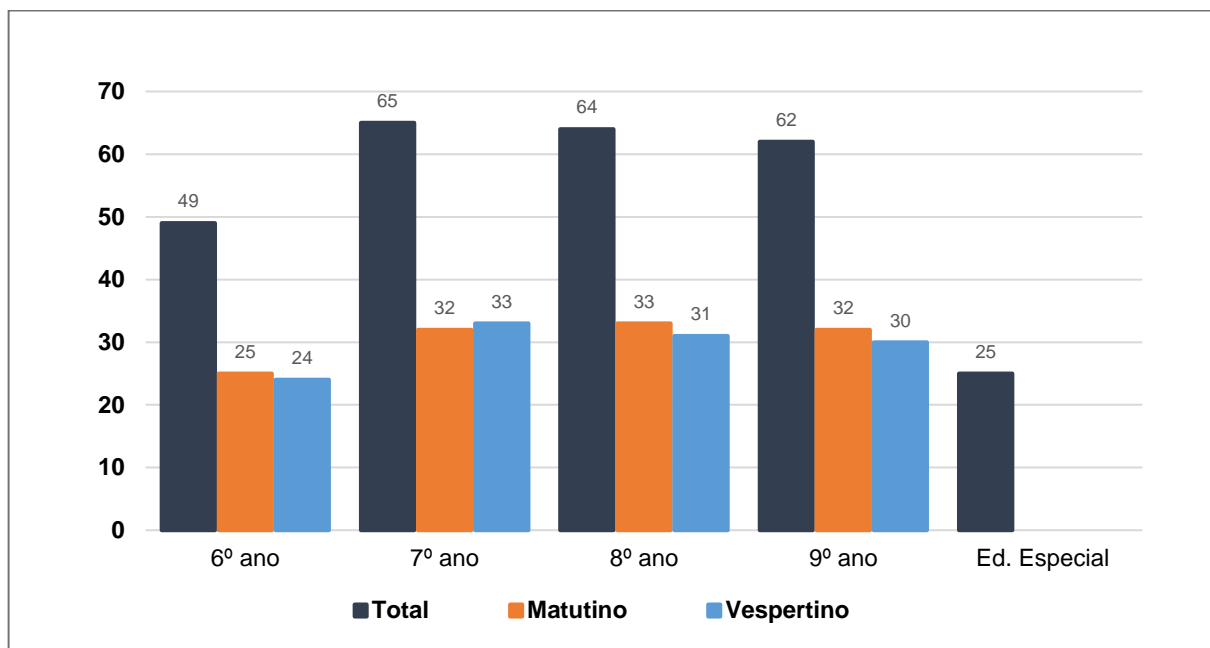
Os gráficos 11, 12 e 13, dispõem sobre a quantidade de alunos matriculados por séries e turnos em Caldazinha no ano de 2020. Dos 463 alunos matriculados a educação básica em Caldazinha vinculados à rede estadual, 288 são da Zona Rural que utilizam o transporte escolar para ir e voltar da escola, o que corresponde a um percentual de 62% dos alunos.

Gráfico 11: Quantitativo dos alunos do Ensino Fundamental 1ª fase – 2020

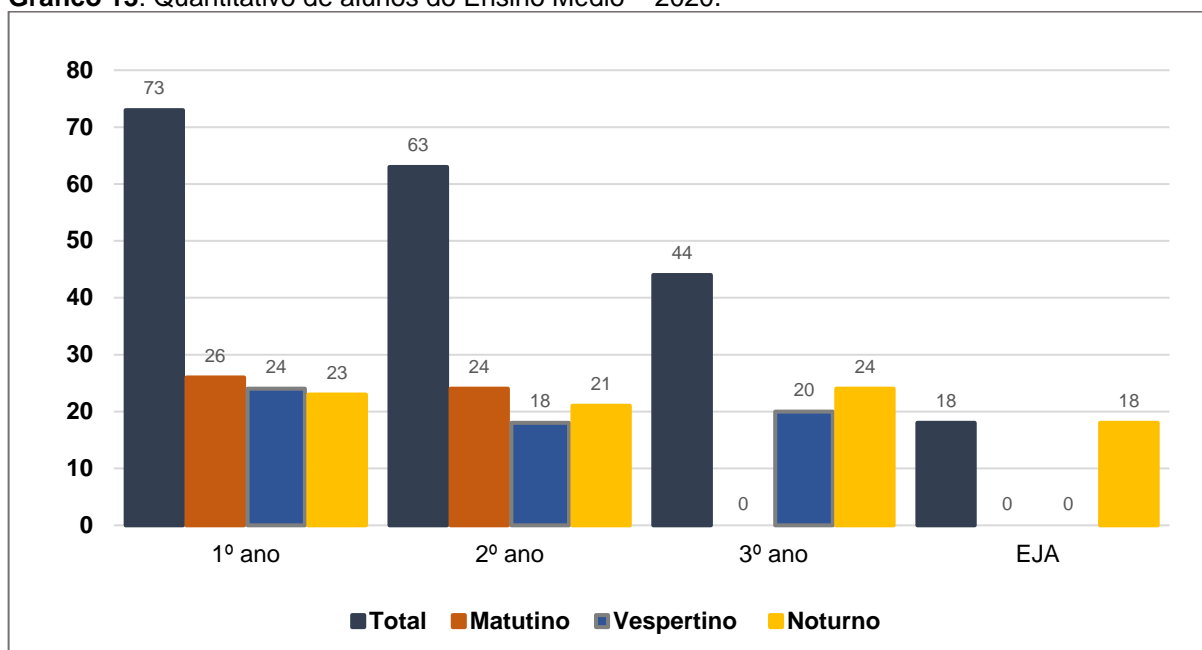


Fonte: EMPSRO, 2021.

Gráfico 12: Quantitativo de alunos do Ensino Fundamental 2ª fase – 2020.



Fonte: CEHL, 2021.

Gráfico 13: Quantitativo de alunos do Ensino Médio – 2020.

Fonte: CEHL, 2021.

A educação no Município de Caldazinha deu um salto de qualidade nos últimos anos em relação a melhorias no ensino. A rede municipal alcançou a nota de 5.8 no IDEB⁵ de 2019 e a rede estadual alcançou sua maior nota de 5.5 no Ensino Fundamental e 4.8 no Médio em 2019. O Sistema Educacional de Caldazinha tem como objetivo principal desenvolver uma política pedagógica que visa a crescente humanização do ser humano, no qual o indivíduo seja capaz de construir o próprio espaço de sua liberdade e consciente de suas responsabilidades, “com identidade própria e valores que norteiam seu posicionamento diante do mundo e da vida” (PPP-CEHL, 2020).

2.4.5 Renda

De acordo com dados do IBGE (2019), a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total do Município de Caldazinha era de 10.6%. Na comparação com os outros municípios do Estado de Goiás, ocupava as posições 104º de 246 e 189º de 246, respectivamente. Levando em consideração os domicílios com rendimentos de até meio salário mínimo mensal per capita, correspondia 39.4% da população do Município nessas condições, o que o colocava na posição 44º de 246

⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Ministério da Educação. Ideb. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>.

dentre as cidades do Estado e na posição 2818º de 5.570 dentre as cidades do Brasil. Entre os anos de 2000 e 2010, o percentual da população economicamente ativa, ou seja, a partir dos 18 anos de idade, passou de 64,98% em 2000 para 66,05% em 2010. Conforme a tabela 5, verifica-se nesse período que a PEA que se encontrava desocupada passou de 4,2% em 2000 para 8,41% em 2010.

Tabela 5: Demonstrativo taxa ocupação em Caldazinha 2000 a 2010.

Descrição	2000 (%)	2010 (%)
Taxa de atividade – 18 anos ou mais	64,98	66,05
Taxa de desocupação – 18 anos ou mais	4,20	8,41
Taxa dos ocupados com Fundamental completo – 18 anos ou mais	27,22	51,46
Taxa dos ocupados com Ensino Médio completo – 18 anos ou mais	15,98	30,57
Taxa dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. 1 – 18 anos ou mais	49,31	20,08
Taxa de ocupados com rendimento de até 2 s.m. – 18 anos ou mais	80,30	89,40

Fonte: Ferreira, 2014, p.31

Em 2009, O Produto Interno Bruto (PIB) de Caldazinha foi equivalente a 33.231 Reais, a agropecuária foi a principal fonte desse indicador monetário. Naquele período, a Região Metropolitana de Goiânia obteve o PIB equivalente a 31.520.068 Reais, o que correspondeu a 36,4% do PIB do Estado de Goiás. O setor de serviços foi responsável por mais da metade da geração do PIB na Região. Enquanto o PIB da cidade de Goiânia representou 67,85% do PIB da Região Metropolitana de Goiânia e 25% do PIB do Estado de Goiás. Conforme verifica-se na tabela 6, o demonstrativo do PIB dos municípios que compõem a RMG.

Tabela 6: PIB de Goiás, da Região Metropolitana de Goiânia e de seus Municípios 2009-2010

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Indústria (R\$ mil)	Serviços (R\$ mil)	Impostos (R\$ mil)	PIB3 (R\$ mil)	População	PIB Per capita (R\$)
Abadia de Goiás	5.595	6.549	24.530	2.301	38.975	6.868	5.674,86
Aparecida de Goiânia	6.646	1.003.355	3.066.615	524.757	4.601.373	455.735	10.096,6
Aragoiânia	6.807	7.711	26.554	1.943	43.015	8.375	5.136,11
Bela Vista de Goiás	47.995	137.476	118.288	26.482	330.241	24.554	13.449,8
Bonfinópolis	13.578	4.864	25.402	1.684	45.528	7.536	6.041,4
Brazabrantes	13.201	8.858	13.040	2.027	37.125	3.240	11.458,33
Caldazinha	16.520	2.378	13.509	824	33.231	3.325	9.994,28
Caturai	17.989	3.189	17.475	1.412	40.064	4.670	8.579,01
Goianópolis	7.099	8.476	40.842	3.596	60.013	10.681	5.618,66
Goiânia	27.480	3.285.233	14.943.751	3.130.066	21.386.530	1.301.892	16.427,26
Goianira	15.205	51.337	108.820	13.960	189.322	34.061	7.188,73
Guapó	14.444	19.565	49.007	5.628	88.644	14.002	6.330,8
Hidrolândia	33.252	112.622	88.666	23.182	257.723	17.398	14.813,37
Inhumas	70.685	91.352	256.644	33.878	452.559	48.212	9.386,85
Nerópolis	13.328	158.406	133.552	33.016	338.302	24.189	13.985,77
Nova Veneza	15.868	22.777	30.609	5.190	74.444	8.129	9.157,83

Santo Antônio de Goiás	12.679	5.590	17.572	1.877	37.718	4.690	8.042,21
Senador Canedo	8.113	195.971	2.007.694	446.657	2.658.435	84.399	31.498,41
Terezópolis de Goiás	4.963	7.100	30.571	4.588	47.221	6.562	7.196,13
Trindade	43.248	246.031	411.410	58.917	759.605	104.506	7.268,53
RGM Total Geral	394.695	5.378.840	21.424.551	4.321.985	31.520.068	2.173.141	14.504,38
Estado de Goiás	10.593.189	20.409.683	44.548.965	10.063.506	85.615.344	6.003.788	14.260,22

Fonte: IMB/OMT (2013) adaptado

Conforme dados do IBGE (2021), entre 2000 e 2010, houve um crescimento do PIB per capita de Caldazinha em 38,22%, passando de 5.788,00 R\$ em 2000 para 8.000,00 R\$ em 2010. Percebe-se que a taxa de desocupação da PEA a partir dos 18 anos aumentou em 100,24% entre 2000 e 2010, enquanto a taxa de ocupados com Ensino Fundamental completo cresceu 89%, a taxa de ocupados com Ensino Médio completo cresceu 91,3%. “Em 2010, 14,65% da PEA trabalhavam no setor agropecuário, 0,51% na indústria extrativa, 9,11% na indústria de transformação, 6,24% na construção, 2,25% utilidade pública, 11,73% no comércio e 38,92% serviços” (FERREIRA, 2014, p. 31).

2.5 ECONOMIA DO MUNICÍPIO

A economia do Município de Caldazinha é sustentada principalmente por atividades agropastoris, com a produção de leite in natura e derivados. Das 1022 propriedades rurais cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), 470 propriedades são produtoras de leite. De acordo com o produtor rural, senhor Nivaldo⁶ quando a atividade leiteira era ainda rudimentar, sem a utilização de tecnologias, em sua propriedade era produzido diariamente, cerca de 50 litros de leite e todo o produto coletado na propriedade era vendido *in natura* para a população da cidade de Caldazinha. Depois que passou a usar a tecnologia e realizar alguns cursos de aperfeiçoamento, a produção de leite na propriedade aumentou e atingiu a marca diária de mil litros, sendo comercializado na indústria de laticínios na região.

A grande maioria dos produtores de leite no Município aderiram à tecnologia, somente alguns pequenos proprietários ainda utilizam de práticas rudimentares para exercerem suas atividades produtivas. Alguns pequenos proprietários fabricam queijos na propriedade e comercializam nas cidades vizinhas que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

⁶ Depoimento do Senhor Nivaldo Antônio de Matos, pequeno produtor rural em Caldazinha, cedido ao Programa Minha Cidade / Caldazinha, veiculado no dia 26 de fevereiro de 2000, na Rede de TV Brasil Central em Goiás. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sL-ulyMuyBY>.

Caldazinha se destaca, também, pelo turismo ecológico que atrai, diariamente, pessoas das cidades próximas que se deslocam de bicicletas para a região em busca de contatos com a natureza e contemplação das paisagens naturais que circundam a cidade.

Imagem 7: Ciclismo na trilha da Mata Feia, Caldazinha 2021



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=QRQ2kaa4ho0> (2021)

Como as atividades agrícolas não proporcionam uma renda viável para a estabilidade social dos pequenos agricultores, neste caso, o turismo no meio rural se destaca como forma alternativa para aumentar a oferta de emprego e renda, pois muitos buscam os pequenos centros urbanos e, principalmente, a zona rural para descanso e lazer, afim de buscar na natureza o que não se encontram nas grandes cidades: ar puro e a simplicidade da vida no campo, conectando o ser com seu eu mais profundo, purificando o corpo e o espírito poluído pela sociedade industrial. Desta forma, a sociedade urbana busca cada vez mais se refugiar na natureza para descansar da rotina excessivamente exaustiva do cotidiano. Assim, o meio rural se torna o principal objetivo de turismo ou segunda moradia, complementando a manutenção necessária dos moradores da grande metrópole. Caldazinha já está bem estruturada, tendo um fluxo constante aos finais de semana para a zona rural, justamente por oferecer todo o conforto e tranquilidade que as pessoas dos grandes centros estão buscando.

Por outro lado, na zona urbana do município, não há instalação de indústria. A atividade que mais absorve mão de obra local é o comércio, porém, em números

reduzidos, devido a existência de poucos estabelecimentos comerciais na cidade. A Cidade de Caldazinha, atualmente, conta com uma boa infraestrutura urbana, é atendida por uma linha de transporte coletivo que interliga a cidade à capital do Estado, possui boa rede de comunicação que atende tanto a zona urbana quanto a rural. Nos últimos dez anos, houve uma expansão do perímetro urbano no município, com a abertura de novos loteamentos e, conseqüentemente, novos moradores passaram a habitar a cidade. De acordo com dados do IBGE, a população do município de Caldazinha está estimada em 3.900 habitantes em 2021.

Imagem 8: Fotografia aérea da Cidade de Caldazinha-GO, 2019.



Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.

Mesmo estando próximo da capital, Goiânia, a vida dos moradores da cidade de Caldazinha é muito tranquila e as pessoas ainda conseguem permanecer por várias horas da noite reunidos nas calçadas das casas, conversando com seus vizinhos. Para os moradores locais, Caldazinha é um lugar bom para se viver, pois, o índice de violências é baixo, tornando a cidade num lugar pacato e seguro, comparando-se às cidades interioranas do século passado. É um lugar onde as pessoas mantêm um bom relacionamento social, todos se conhecem e interagem entre si, através de laços de amizades e dos vínculos familiares que são muito fortes no município.

2.6 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES DE CALDAZINHA

Outro fator que diferencia a cidade de Caldazinha das cidades maiores da Região Metropolitana são os elementos culturais internalizados pela população local que norteiam seus hábitos e práticas cotidianas e constroem suas identidades. Portanto, a cultura rural faz-se presente na vida dos moradores da cidade, as atividades festivas, a religiosidade, o linguajar típico do sertanejo fazem parte da cultura identitária do povo Caldazinhense. Nesse sentido, a população a seus laços afetivos e, interagindo socialmente, transcende os próprios limites da subjetividade individual e constrói sua identidade, introjetando o sentimento de pertencimento à coletividade.

Assim, para entender os conceitos de identidade cultural é imprescindível o entendimento prévio de identidade e cultura e a convergência reflexiva desses dois conceitos. Quando pensamos a cultura nas diversas formas em que ela se apresenta nas manifestações sociais, percebemos que há uma interligação direta com a definição da identidade, porque os indivíduos em suas relações sociais, estão diretamente ligados a um ou mais tipos de culturas, que, inicialmente, se dá por meio do convívio familiar, com a comunidade, e, posteriormente, através dos diferentes meios de socialização interpessoais.

Para Perucelli (2019), para conceituar e estabelecer uma compreensão da identidade de forma ampla e contextualizada, no conjunto social deve-se, em primeiro lugar, buscar o conhecimento dos indivíduos, pois, são eles que constroem sua própria identidade, mesmo que os resultados desta construção ou desconstrução resultam da ação e compreensão dos grupos sociais e suas particularidades.

Para compreender a temática da identidade, é necessário percorrer por várias discussões teóricas no campo social, em que as velhas identidades vão perdendo sua importância. Porém, esse declínio que perpassa a identidade, mesmo que se estabilizando por um certo período, possibilitou novas formas de concepção da identidade, mesmo reduzindo o campo de representação do indivíduo moderno (PERUCELLI, 2019).

Nesse sentido, percebe-se que a identidade é resultante daquilo que sentimos e vivenciamos como indivíduos no contexto social, portanto, é um processo em andamento que se constrói e reconstrói ao longo do tempo.

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir

de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 2006, p. 39).

Perucelli (2019), preconiza que os valores, as crenças e os significados que a cultura se manifesta nos indivíduos são os fatores que mais sobressaem no processo de identificação na hora da escolha de uma identidade. E além desses elementos, a família, o trabalho, os estudos, os amigos influenciam também na formação identitárias.

Em Caldazinha, assim como em outras cidades pequenas no interior de Goiás, há uma cultura muito peculiar entre os moradores urbanos, desde os mais jovens até os idosos, todos cultivam as heranças tradicionais do mundo rural e essas heranças estão interiorizadas nos hábitos e nos modos de vida da população em geral. Os gostos pelas cavalgadas, as festas de folia de reis e outras que mobilizam e aglutinam muitas pessoas durante os eventos, as vestimentas típicas do sertanejo, dentre outras. Esses elementos culturais são naturalmente internalizados pelas pessoas, construindo suas identidades.

Cabe aqui ressaltar que a memória também contribui para o processo de identidade. Há relatos dos moradores da cidade de que no passado tudo era diferente, mesmo com as dificuldades enfrentadas pela população, a vida era melhor. Quando moravam na roça, as pessoas eram mais felizes, eram solidárias umas com as outras. Se alguém estivesse com dificuldades para cuidar da lavoura, os vizinhos faziam os mutirões para ajudar o dono da roça a preparar o terreno para o plantio, ou realizar a colheita etc. A vida no campo era simples, não existia televisão, nem telefone, todo o trabalho era feito manualmente. Depois, veio o progresso e as coisas foram mudando. O velho carro de boi, a carroça que eram os principais meios de transportes na região foram substituídos pelas máquinas modernas e veículos motorizados.

Nessa perspectiva, Bispo & Mendes (2012), consideram que a uma correlação preeminente entre as atividades produtivas com a terra, mesmo que as formas como essas múltiplas relações acontecem no espaço rural sejam complexas.

No rural os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita entre outras atividades. É do trabalho realizado sobre a terra que os rendimentos são extraídos, seja em forma de produtos para o autoconsumo, seja em forma de produtos para comercialização (BISPO & MENDES, 2012, p. 14).

De acordo com as autoras, o trabalho diretamente com a terra e sua proximidade com a natureza, não significa que o trabalhador rural seja mais livre e

que não esteja apto a desempenhar atividades mais complexas e modernas. A imagem 9 mostra os principais meios de transportes que fizeram parte da história dos moradores de Caldazinha e que, atualmente, foram esquecidos em algum lugar do passado.

Imagem 9: carro de boi e carroça na Fazenda Bom Jardim, Caldazinha (2021)



Fonte: (própria) 2021.

Caldazinha é um lugar onde o velho e o novo ou o passado e o presente estão intrinsecamente interligados por laços culturais heterogêneos.

Por ser uma cidade pequena, com uma população que apresenta fortes traços da cultura rural, Caldazinha mantém uma relação muito próxima com as tradições e hábitos cotidianos dos habitantes do meio rural e essa ligação cultural entre os moradores rurais e urbanos contribui para o surgimento das ruralidades que permeiam o espaço urbano.

2.7 RURALIDADES, DIFERENCIAÇÃO ENTRE O VELHO E O NOVO RURAL

Dentre as diferenças entre o urbano e o rural, Froehlich (2002), descreve que a sociabilidade do mundo rural é qualificada pelos atributos de rusticidade e simplicidade que caracteriza a vida camponesa advinda de uma ideologia histórica associada à natureza, muitas vezes desvalorizadas pela modernização urbana. Porém, a visão tradicional do rural que se contrapunha ao urbano sendo subjugado a este sem nenhuma relação ou questionamento de ambos, merece discussão. Há uma

imbricação entre rural e urbano, entre campo e cidade. Uma pessoa mesmo morando na zona urbana ou num grande centro traz consigo muitos elementos da cultura rural, como a música caipira, as danças típicas do folclore sertanejo, ou mesmo através de “estórias”, lendas, ou no jeito de falar. Nesse sentido, importa pensar no conceito de ruralidades, segundo Carneiro (1998), Gaviria e Moreira (2005), entre outros. Talvez devamos verificar quais ruralidades se fazem presentes no meio urbano.

Nessa perspectiva, Froehlich (2002, p. 3) interpreta a ruralidade como “um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão do mundo que orienta práticas sociais distintas em ambientes culturais heterogêneos”. Afirma que:

A ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de reestruturação dos elementos culturais locais com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implicaria um movimento bidirecional no qual se pode identificar, de um lado, a reapropriação de elementos das culturas locais a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pelos urbanos de bens culturais e naturais do mundo rural (FROEHLICH, 2002, p.3).

É preciso fazer uma releitura dos elementos identitários que caracterizam a cultura do mundo rural e do urbano para compreendermos o que engendra o sentimento de pertencimento entre esses dois polos. Para Wanderley (2001), as especificidades do rural e do urbano integram dois polos extremos, porém sem destruir as particularidades de ambos. A configuração do espaço urbano artificializado não representa o fim do rural, mas reiteram as singularidades que repercutem nas identidades sociais dos indivíduos tanto no campo quanto nas cidades.

Por esta razão, Medeiros (2017), ressalta que as reflexões sobre a ruralidade devem pautar-se no reconhecimento dos elementos pertencentes ao mundo rural em suas próprias relações, concomitantemente com o urbano. Todas as especificidades e representações do rural devem ser levadas em consideração quando se trata de compreender as novas ruralidades presentes nos espaços vividos, socialmente construídos. Porém, no contexto da modernidade, há um certo tensionamento nas relações entre o mundo rural e o urbano devido a uma valoração exacerbada do espaço urbano, tido como desenvolvido e moderno, enquanto, o rural é visto como tradicional e atrasado.

Portanto, a ruralidade pode ser entendida como:

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e

externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem as novas condições resultantes das influências externas. MEDEIROS, (2017, p. 182).

Nessa perspectiva, a ruralidade está intimamente ligada ao rural, não devendo haver distinção entre ambos e expressa o modo de vida da população rural quando transcende os limites territoriais e, na medida que alcança o meio urbano e são internalizadas pelos indivíduos, cria novas formas de sociabilidade e convivência sociocultural. Blanco (2004), esclarece que as novas ruralidades além de aproveitar as novas funções e atividades no campo, também, expandem essas funções através do envolvimento das famílias rurais com o poder público e iniciativa privada. Portanto, o meio rural assume uma multifuncionalidade através da modernização e do avanço tecnológico.

Medeiros (2017), compreende que a ruralidade é resultante da vivência estabelecida pelas pequenas comunidades que habitam determinados espaços geográficos e com ele mantem uma relação de fidelidade e pertencimento. É nas pequenas comunidades humanas em que os valores e práticas sociais, através da proximidade e convivialidade cotidiana, estreitam os laços afetivos de seus membros que mantem uma coesão social determinante e por meio das relações pessoais, constroem uma cultura identitárias que as singularizam das demais categorias de comunidade.

Contudo, essa definição de ruralidade pode sofrer mudanças conceituais devido às constantes diversificações do mundo rural. Nesse período de modernidade, tudo está passando por um contínuo e acelerado processo de transformação, como por exemplo: “as atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens se transformam, a gestão do território muda, a distribuição do povoamento se altera assim como, as relações de vizinhança” (MEDEIROS, 2017, p. 181). Portanto, a dinâmica da modernidade continua surpreendendo com sua capacidade de conservação e de transformação da funcionalidade do mundo rural, que não perde particularidade e sua influência na vida urbana.

É nos pequenos municípios que nota-se a influência da ruralidade nos hábitos cotidianos de seus habitantes. Em Caldazinha não poderia ser diferente, nessa localidade, os elementos identitários da cultura rural se mesclam com a cultura urbana, onde a história de seus moradores perpassa por esses vieses e constroem suas identidades.

3 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RURALIDADE EM CALDAZINHA: novas perspectivas diante da diferenciação campo-cidade

A partir do surgimento dos aglomerados urbanos, na antiguidade, a vida dos habitantes do campo vem se diferenciando da dos moradores das cidades por diversos motivos. Nessa perspectiva, Sorokin, Zimmerman, Galpin (1981), preconizam algumas diferenciações entre o universo simbólico que orientam as práticas sociais nesses espaços sociais heterogêneos.

Na medida em que as cidades foram se desenvolvendo, houve um crescimento significativo entre o mundo social e cultural que distingue o campo da cidade. Porém, muitos traços diferenciais que separam o modo de vida da população rural da urbana são imperceptíveis nas fases iniciais dessa diferenciação, e foram tornando-se mais evidente nos estágios secundários que nortearam os hábitos cotidianos dessas populações.

De acordo com Lefebvre (2001), desde os tempos feudais, os modos de produção sempre foram fatores determinantes para a relação cidade-campo, tornando-a complexa, pois, em determinado momento era conflitante, em outro, pacífico. Isso foi se acentuando com o processo de urbanização, com a substituição do meio rural pelo meio urbano causado pelo crescimento das cidades, envolvendo além dos meios de produção, a cultura, paisagem e fisionomia.

3.1 DIFERENCIAÇÃO ENTRE O MEIO URBANO E RURAL

Muitas das diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano foram se tornando mais claras a partir do desenvolvimento dos processos de urbanização das sociedades humanas. Ao passo que a população se urbanizava, adquiria-se novos hábitos que singularizam suas práticas sociais cotidianas. No entanto, é preciso analisar e estabelecer variáveis diferenciais para explicar as causas do aparecimento de outras diferenças. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN 1981).

Essa condição é percebida com relevância nas práticas culturais apresentadas no município de Caldazinha. As atividades agropecuárias presentes no município, como já apontado, prima por cultivo de grãos e atividade da pecuária leiteira, trazendo as atividades cotidianas rurais também para o meio urbano.

Para Sorokin, Zimmerman, Galpin (1981, p. 200), enquanto “a sociedade rural é composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade

agrícola, como a coleta e o cultivo de plantas e animais”, a população urbana ocupa uma diversidade de atividades ocupacionais e fica alijada desses elementos naturais por causa da vivência em ambientes artificializados das cidades. Porém, vale ressaltar que esse caráter artificializado, com as construções urbanas que causam segregação dos indivíduos no convívio social, desde os tempos remotos, já causavam um distanciamento de seus habitantes dos elementos da natureza. Percebe-se, então, o que define a população rural é sua ocupação, geralmente agrícola e constante e que mantém uma estreita ligação com a natureza e seus recursos naturais disponíveis, como solo, flora, fauna, água, ar etc. “O caráter da ocupação agrícola faz com que os agricultores trabalhem ao ar livre mais do que fazem os trabalhadores na maioria das ocupações urbanas”. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN 1981, p.200).

Por outro lado, a população que habita nas cidades é marcada por uma maior complexidade em suas atividades produtivas, devido à dinâmica e mobilidade urbana e a cidade apresenta uma estrutura social com maior diferenciação e estratificação. Portanto, é composta por grupos sociais distintos e com funções especializadas. As cidades, desde sua origem, constituem-se pela multiplicidade e heterogeneidade dos diferentes grupos que formam a sociedade.

A cidade diferenciando de uma vila devido à sua multiplicidade, (...). Isto significa que ela foi, desde os primórdios, um corpo social mais diferenciado do que uma vila rural. Esta diferenciação transparece em uma segmentação da cidade em várias partes, cada uma com suas peculiaridades próprias (...), um aumento da diferenciação ocupacional e da divisão do trabalho entre a população urbana, sem uma localização dentro do território da cidade, ou finalmente, em uma diversidade mais rica das tradições, traços, costumes, crenças, opiniões, gostos etc. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p. 205-206).

Ao comparar os aglomerados urbanos e os aglomerados rurais, percebe-se que a cidade apresenta maior diferenciação do que o campo. Enquanto que no campo, os indivíduos vivem na simplicidade, apresentam proximidade e afetividade em suas relações pessoais, na cidade elas não se conhecem, não interagem umas com as outras, cada um vive individualmente sua rotina, alheios aos anseios sociais e a mercê da sua própria sorte.

Nessa perspectiva, Neto (2017), preconiza que mesmo com as inovações da modernização, os tabus preconceituosos contra o trabalhador do campo perpassam o imaginário das pessoas que habitam o meio urbano e criam os estereótipos preconceituosos contra a imagem do camponês como roceiro, jeca, matuto. Para o

morador da cidade, o camponês considerado um indivíduo atrasado, é um ser incapaz de compreender e assimilar a cultura urbana e se adaptar aos tempos pós-modernos.

Enquanto as atividades agrícolas são uniformes e não possibilita que os trabalhadores rurais tenham uma melhor qualidade de vida e ascensão social, devido aos laços empregatícios estabelecidos pelos proprietários das terras que ocupam, os habitantes das cidades possuem maior mobilidade social.

Percorrendo nessa linha de raciocínio, outras diferenças são percebidas nas teses defendidas por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), que afirmam:

A população das comunidades rurais tende a ser mais homogênea em suas características psicossociais do que a população das comunidades urbanas. Por homogeneidade é entendido, em primeiro lugar, similaridade de características psicossociais adquiridas, tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrões de comportamento etc. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p. 204).

Nesse sentido, percebe-se que os trabalhadores do campo compartilham de uma mesma cultura rural, devido às suas funções específicas e tradicionais, pois convivem com pessoas que cultivam os mesmos hábitos e costumes. Geralmente, esses trabalhadores exercem atividades, predominante, agrícolas e mais uniformes do que os trabalhadores urbanos que, devido à variedade de atividades que exercem e à rotatividade empregatícia, estão mais susceptíveis ao desemprego.

As famílias que residem e trabalham no campo, mantêm uma estreita e duradoura relação social, pois desenvolvem atividades que quase sempre são compartilhadas com os demais membros da família. Os laços socioafetivos são mais pessoais e duradouros, enquanto os trabalhadores rurais vivem num ambiente com mais simplicidade, os habitantes das cidades estão habituados a um estilo de vida urbana mais dinâmico e diversificado, o que possibilita uma maior diferenciação interativa nas relações interpessoais.

Isso significa que a cidade é um universo mais dinâmico do que o campo, não somente pelo fato de que o seu sistema de interação é mais complexo, dinâmico e interativo do que o sistema de interação da população rural. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p.218).

Conforme apontam Pina, Lima e Silva (2008), a segregação entre o meio rural e urbano, definidas pelo espaço geográfico, laços socioafetivos, formas de trabalhar e lazer são nítidas em todos os estados brasileiros, principalmente, comparando estados menos e mais desenvolvidos. Entretanto, esses fatores não impedem que pessoas do campo migrem para as cidades em busca de melhor qualidade de vida e maior fonte de renda, em contrapartida, as pessoas das grandes cidades migram para

o campo em busca de uma vida mais tranquila, próximo da natureza e longe do estresse causado pelo trânsito e correria cotidiana.

Corroborando com a análise de Pina, Lima e Silva (2008), Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) afirmam o seguinte:

As correntes de população indo do campo para a cidade ou das ocupações agrícolas para as predominantemente urbanas foram sempre mais fortes e trouxeram mais população para a cidade do que as correntes migratórias das comunidades urbanas em direção às rurais. (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p.217).

Para Wanderley (2001), o espaço rural está inserido num contexto que mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o recortam como uma realidade própria do qual fazem parte”. Entretanto, o mundo rural enquanto espaço social, apresenta especificidades físicas e culturais que o diferencia de outros espaços resultantes das relações sociais e produtivas. Contudo, as dimensões sociais existentes nos espaços rurais estabelecidas entre os moradores do campo resultam das relações sociais e nos modelos de produção capitalista determinantes nesses espaços habitados.

A dicotomia que diferencia o mundo rural do urbano remete-se aos primeiros estágios da diferenciação campo/cidade e foram, gradativamente, desenvolvendo-se com a urbanização e crescimento das cidades brasileiras ao longo do tempo.

Desse contexto infere-se as diferenciações significativas do rural e urbano que tenderiam a aparecer nas regiões metropolitanas. Em relação a Caldazinha não se nota tal diferenciação entre o espaço rural e o urbano, principalmente em relação as práticas culturais. Embora o processo de urbanização tenha ocorrido de forma acelerada em Goiás, o que se nota é a preservação e o contínuo de práticas rurais ainda presentes, não só nos pequenos municípios, como também na metrópole goiana.

3.2 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM CALDAZINHA

Inicialmente, é necessário delimitar que o conceito de cultura se aplica a todo e qualquer grupo de pessoas e contexto social, visto que a cultura é própria e tem suas particularidades. As pessoas não podem ser definidas com ou sem cultura, pois todos são conhecedores e construtores da sua própria cultura. Conceito presente nas correntes teóricas mais rebuscadas e nas reflexões cotidianas menos refinadas, podemos afirmar que cultura, de acordo com Santos (2007), é uma preocupação marcante na contemporaneidade, podendo ser compreendida como uma lente por

meio da qual os indivíduos filtram, sentem e percebem o mundo ao seu redor. A cultura não é estática, visto que seu dinamismo pode passar por mudanças constantemente.

Nessa perspectiva, Santos (2007, p. 07), afirma que a cultura “é como uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas perspectivas de futuro”.

Perucelli (2019), usando as definições de Santos (2007) prediz que a discussão sobre cultura não é recente, pois, desde o século passado, vem sendo discutida por teóricos e pesquisadores que procuram entender sobre as culturas humanas. Porém, esses estudos foram impulsionados na medida em que os povos e nações intensificaram seus contatos. Contudo, esses contatos nem sempre foram pacíficos, devido as várias discussões e debates acerca da definição de cultura.

Ao retratar o termo polissêmico de cultura pode se entender muita coisa decorrente à multiplicidade de significados assumida pelo conceito que lhe é marcante. SANTOS (1994, p. 46), apresenta-nos duas concepções básicas de cultura: a primeira dessas concepções “preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Dessa forma, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação”. Esse é o significado moderno do conceito que passa a ser assumido, notadamente no século XIX, atrelado ao desenvolvimento de teorias científicas sobre a vida e a sociedade e passa a tratar da totalidade das características de uma realidade social. A segunda concepção refere-se ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Desta forma, cultura, diz respeito a este círculo da vida social.

Sobre isso, SANTOS (1994) nos diz:

Se a cultura não mudasse, não haveria o que fazer senão aceitar como naturais as suas características e estariam justificadas, assim, as suas relações de poder. A cultura deve ser encarada como um conjunto de práticas observáveis para se tornar um conjunto de sistemas simbólicos praticáveis em todos os níveis da sociedade, de forma amplamente plural. (SANTOS, 1994, p. 83).

Entretanto, a palavra cultura, etimologicamente, está relacionada ao trabalho rural, podendo ser também compreendida como civilização. Portanto, faz parte do processo civilizatório da humanidade através de seus hábitos, costumes e atitudes morais na época. Caso esses elementos fossem inexistentes, os indivíduos seriam denominados de selvagens. (EAGLETON, 2011).

De acordo com Perucelli (2019), durante a evolução da cultura na evolução das sociedades, muitas vezes, os conflitos eram inevitáveis, devido ao debate entre a tradição e a modernidade. Entretanto, a cultura passa a abranger uma diversidade de formas, deixando de lado o modelo unilinear da humanidade. No debate conceitual da cultura, podemos ter várias perspectivas de enfoques antropológicos de abstração do comportamento humano, como por exemplo, as ideias, crenças, valores, atitudes, normas de comportamentos, padrões etc.

Para a autora, a cultura enquanto processo social não admite apenas descrever a compreensão de uma realidade, mas, também, o de nortear novos caminhos para sua transformação. Possibilitando o entendimento do processo histórico do qual a sociedade é construída, pois, ela tem o poder de revelar as diversas facetas das relações de poder que causam rupturas no jogo de interesses de classes no interior de uma sociedade. Todavia, esses processos contribuem para o entendimento sobre nossa própria realidade social e das transformações pelas quais passam nossa sociedade contemporânea.

Nós sabemos que é comum estabelecer uma diferenciação entre cultura como um conceito coletivo de uma sociedade e o conceito de identidade para delimitar as especificidades de um indivíduo dentro da própria sociedade. A cultura não é só sinônimo de civilização. Ela deve ser pensada de maneira mais pluralizada, desconstruindo o pensamento individualizado colonial hierarquizado nas diferenças da sociedade e indivíduos; enquanto a identidade se junta à perspectiva do reconhecimento do indivíduo dentro desta sociedade e sua cultura.

Nesse contexto, Perucelli (2019), descreve que quando os indivíduos passam a compor determinados ambientes, estes, por sua vez, já têm consolidada uma cultura e que irá influenciar diretamente na formação de sua identidade. Porém, os diversos vieses pelos quais passam a identidade, há uma multiplicidade de caminhos em que os indivíduos possam percorrer, posto que eles mesmos são responsáveis pela construção dessa identidade.

Portanto, a discussão sobre cultura perpassa por diversos vieses de entendimento conceitual, muitos entraves são dificultadores de uma definição única na análise do processo de identificação dos próprios elementos que compõem a cultura. Contudo, o sentimento de pertencimento do indivíduo no grupo que representa sua identidade caracteriza sua existência enquanto ser social. Nesse contexto, corroborando com Perucelli, Laraia (2005) conclui que:

O homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2005, p. 45).

Enquanto ser social, o homem produz sua própria cultura através das relações e contatos sociais que estabelecem uns com os outros, portanto, a cultura é criada e recriada pelas sociedades no tempo e no espaço e é transmitida de geração a geração. Desde que o ser humano nasce em um grupo social, ele começa a receber e interiorizar os elementos culturais que caracterizam e constroem as identidades dos indivíduos que compõem as sociedades. Quando um indivíduo se insere em uma determinada cultura da qual não pertence, ele passa pelo processo de enculturação, compartilhando práticas, costumes e o modo de ser e pensar dos habitantes das comunidades locais. Através da socialização entre os indivíduos de uma comunidade, os elementos culturais são compartilhados por todas as pessoas que integram o grupo social.

Dessa discussão conceitual buscamos o arcabouço teórico para a compreensão das manifestações culturais de Caldazinha e seu contexto indenitário, o que será tratado nas próximas sessões desse capítulo.

As manifestações culturais em Caldazinha são voltadas para as tradições religiosas e folclóricas que fazem parte da cultura brasileira. Entre as tradições religiosas que fazem parte da cultura da população caldazinhense, está a romaria para Trindade em louvor ao Divino Pai Eterno. Algumas famílias se preparam o ano todo para, no início do mês de julho, irem em temporada para Trindade.

O trajeto do deslocamento até a cidade de Trindade é percorrido de várias maneiras. Há aqueles que se deslocam por meio convencional, em automóveis; e há os que se deslocam a pé em cumprimento de promessas ou por cultivar uma tradição. E, numa perspectiva tradicional mais enraizada, há no município um grupo de proprietários e trabalhadores rurais que forma uma comitiva de carreiros e seguem em romaria com carros de boi, resgatando a tradição; e principalmente inserindo os jovens para que esses deem continuidade a esse feito cultural de fundamental relevância para o registro histórico e as memórias narradas sobre o processo de urbanização do município Caldazinha.

Tratando-se da devoção como fator cultural, vale ressaltar que no município de Caldazinha acontece, tradicionalmente no mês de agosto, a festa em louvor à Nossa Senhora D'Abadia, padroeira da cidade. Dos nove dias de celebração, um dia de novena é específico dos cavaleiros que se reúnem em comitivas e fazem uma cavalgada em louvor à Santa. Desse ato de devoção e cultura, fora produzido, em 2019, um documentário feito por estudantes do Ensino Médio e participantes das cavalgadas locais e romarias em carros de bois. Esse documentário foi premiado nas Olimpíadas de Língua Portuguesa⁷, levando jovens carreiros ao podium para receberem medalha de bronze e divulgarem em escala nacional suas culturas e tradições.

Imagem 10: Jovens carreiros, medalhistas de bronze OLP– 2019.



Fonte: Plataforma facebook – 2022.

Esses eventos promovem uma enriquecedora fusão de diversidades etárias, sociais e culturais. Além da mescla entre gerações, acontece também consolidação da mistura entre o povo rural e o povo da cidade. Essa mistura, de fato, é cotidiana, visto que os estudantes moradores do meio rural estudam na cidade; e os moradores da cidade buscam atividades de lazer no meio rural; além disso, é tão comum

⁷ Evento ocorrido na cidade de São Paulo entre os dias 11 e 14 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100010181076573>.

acontecer cavalgadas nas festas da cidade quanto ter sons automotivos em festas rurais. Assim, a diversidade cultural do rural e urbano se imbricam produzindo uma identidade local que preserva tradições sem se fechar para o novo.

3.3 ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO

A Romaria de Trindade é o maior evento religioso do Brasil Central, que reúne diferentes públicos, independente do sexo, idade ou classe social, com uma única finalidade de estabelecer uma conexão de gestos e preces a uma divindade e adorá-la, a fim de realizar um pedido com base na fé, oferecendo em troca o cumprimento de uma promessa ou agradecimentos. Por meio das conversas informais, sabemos que essas tradições se iniciaram no século XIX pelas pessoas ligadas a tradição agrícola, cheias de fé e devoção.

Ao longo do tempo, essas conversas se tornaram memórias que simbolizam a construção de uma cultura realizada dia após dia com crenças e costumes. Essa tradição formada por um conjunto de ações, experiências que perpassa de geração para geração ao longo do tempo, constituindo uma história em torno desse ato religioso cheio de fragmentos necessários que a cada ano se complementam sem deixar de representar suas raízes, reforçando a identidade cultural voltada as práticas do uso do carro de boi.

De origem romana, o carro de boi brasileiro já foi o principal meio de transporte da população durante séculos, porém, estava um tanto abandonado, mas em Caldazinha ele está bem ativo. Conforme o colaborador “C” (2021), por volta de 2006, quando ainda era criança, ao observar seu avô arando terras para o plantio com utilização dos bois carreiros, ele convidou o avô para fazer um carro de boi para irem à festa da Trindade. Inicialmente, o avô não se interessou muito pela ideia, pois já havia muito tempo que não manjava o carro de boi, porém, com o interesse e insistência demonstrada pelo menino, seu avô acabou aceitando a ideia. A partir de então, o menino começou a amansar alguns bezerros na propriedade e convenceu seu avô a comprar um carro de boi e montou a tralha⁸.

Em 2008, depois de receber a visita de um amigo morador de Bela Vista de Goiás, que também era carreiro e que conhecia o caminho até a cidade de Trindade, eles organizaram uma comitiva para irem para a Romaria do Pai Eterno pela primeira

⁸ Popular: conjunto de peças que compõem as juntas de bois unidas ao carro.

vez. Em 2009, ele concretizou o sonho de ir para a romaria dos carreiros em Trindade. Para o colaborador, é muito gratificante representar a cidade de Caldazinha na festa da romaria do Divino Pai Eterno. Atualmente, a comitiva é composta por cinco carros de bois que mantêm viva a tradição, uma vez que a cidade de Caldazinha foi construída com o carro de boi, ele se sente muito feliz em ser considerado um carreiro do município.

Imagens 11 e 12: Carreiros de Caldazinha rumo à Trindade – GO (2019)



Fonte: cedida, 2021

Mesmo com a inovação tecnológica e utilização de maquinarias nas atividades agrícolas, é importante manter a tradição. No trabalho, o colaborador afirma que em sua propriedade ele produz açúcar, cachaça, rapadura e tudo é carreado com o carro de boi e que seus animais são tratados com todo carinho e cuidado, como um “bicho” de estimação.

3.4 A VIDA NO CAMPO

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010) 42,32% da população absoluta do Município de Caldazinha viviam na Zona Rural. Essa população é composta por diversas categorias: fazendeiros, chacareiros, zeladores e trabalhadores rurais. Esse último exerce a função de diarista ou prestadores de serviços temporários, não possui carteira assinada nem as garantias trabalhistas conforme legislação vigente. Dentre os trabalhadores rurais, uma parcela reside no meio urbano e trabalham no campo, outra, mora nas propriedades onde presta serviços.

Geralmente, são nos municípios pequenos, com menor densidade populacional que a população rural é mais significativa, tendo em vista que as cidades

pequenas apresentam um déficit social muito grande, a falta de emprego e moradia faz com que a maioria dos seus habitantes busquem meios de sobrevivência através de atividades predominantemente agrícolas e contribui para a permanência do homem do campo nas fazendas onde vivem e trabalham. Esse cenário duplo, pode ser considerado um “continuum” rural-urbano, já que o meio rural está intimamente ligado com o meio urbano, sem que haja limites bem definidos entre eles (CORRÊA; 2011).

No entanto, a atividade agrícola exercida por milhares de trabalhadores rurais dificulta que essas pessoas residam nos aglomerados urbanos, devido à precariedade ou mesmo ausência de transportes adequados para levarem esses trabalhadores para o trabalho no campo. Isso faz com que eles passam a residir permanentemente nas proximidades das terras cultivadas. Como a maioria dos trabalhadores rurais não são donos das terras que ocupam, eles passam a ser empregados temporários ou assalariados permanentes nas propriedades rurais.

De acordo com o colaborador “C” (2021), pequeno proprietário na região, a rotina no campo é árdua, o trabalho começa bem cedo, às quatro horas da manhã. Como ainda pratica atividades rudimentares para manter a propriedade funcionando, é preciso levantar-se muito cedo para tirar o leite do gado, ao raiar do dia, já está finalizado a extração do leite e uma nova etapa de trabalho se inicia. Na propriedade se produz muito dos alimentos consumidos pela família, desde a cachaça, a rapadura, o açúcar e os cereais necessários, além da carne suína e de frango caipira.

Para o preparo da terra para o plantio, utiliza-se o arado puxado pelos bois carreiros que substitui os maquinários motorizados. Quando um vizinho está em dificuldade para preparar a terra, os outros se unem em mutirão para fazer o trabalho. Conforme representa a imagem 13. Essa é uma maneira que os pequenos agricultores estão encontrando para superar as dificuldades financeiras que inviabilizam essas pessoas de produzirem alimentos em suas terras.

Imagem 13: mutirão para aração da terra na fazenda Bom Sucesso em Caldazinha (2020)



Fonte: cedida, 2021.

Essa prática está se tornando um costume entre os moradores do campo em Caldazinha, além de superar os obstáculos financeiros que penalizam a vida no campo, também contribui para estreitar os laços socioafetivos entre esses indivíduos. Melhorando suas interações interpessoais que distingue a vida do camponês com os moradores urbanos.

3.5 A VIDA URBANA

Enquanto os moradores do campo estão diretamente ligados a atividades rurais, levando uma vida simples em contato direto com a natureza, os habitantes da cidade seguem os hábitos da vida moderna, onde o trabalho está ligado ao comércio e ao serviço público. Os trabalhadores de Caldazinha que se deslocam para prestar serviços em outras localidades, deixam seu local de moradia muito cedo, enfrentando horas de viagem para chegar ao trabalho, tendo que sair de suas casas a partir das cinco horas da manhã e só retornar à noite para suas residências. Essa mobilidade urbana transforma essas pessoas em potenciais migrantes pendulares. Devido aos altos custos do padrão de vida socioeconômicos das grandes cidades, trabalhadores e estudantes realizam diariamente essa migração pendular, assim como muitos dos habitantes de Caldazinha. O que dificulta o processo de desenvolvimento da pequena cidade de Caldazinha, necessitando de alternativas que proporcionem melhores condições de vida para seus moradores da zona rural e urbana, uma vez que, assim diminua esse processo migratório.

Segundo o Instituto Mauro Borges (2012), A cidade de Goiânia se destacou por receber o maior número de trabalhadores dos municípios que compõem a Região Metropolitana, vindos do entorno da Capital, principalmente, de regiões periféricas, esses trabalhadores buscam melhores condições de trabalho, estudo, saúde e lazer. Como, por exemplo, os moradores de Caldazinha que trabalham em outras cidades e utilizam o transporte coletivo para se deslocarem até Senador Canedo, depois para Goiânia. Dessa forma, a Capital Goiana, por concentrar o maior número de atividades industriais e de estabelecimentos comerciais, seguida por Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianira e Trindade, oferece maiores oportunidades de emprego e se torna o local de maior concentração de migrantes pendulares entre as cidades do Estado de Goiás.

A cidade de Goiânia é o maior polo urbano do Estado, recebe o maior número de pessoas que se deslocam diariamente dos quatros municípios vizinhos: Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Hidrolândia. Conforme demonstram os dados da tabela 7, em Aparecida de Goiânia, dos 455.735 habitantes do Município, 115.705 habitantes se deslocam diariamente para trabalharem em Goiânia, totalizando 25,4% da população local. Trindade conta com uma população de 104.506 habitantes, desse total, mais de 20 mil pessoas realizam o deslocamento diário para trabalhar ou estudar na Capital, perfazendo cerca de 19% da população local. O município de Senador Canedo abriga uma população absoluta de 84.399 habitantes, praticamente 30% da população trabalha ou estuda na Capital e o município de Hidrolândia, com uma população de 17.398 habitantes, contribui com a migração pendular na RMG com 13% de seus habitantes. (IBGE, 2010).

Tabela 7: Municípios da RMG: estimativa da população e movimentação pendular acima de 15% do total de habitantes (2010)

Município	Estimativa da população total	Estuda em município diferente	Trabalha em município diferente	Estuda e trabalha em município diferente	Total da população pendular	População pendular (%)
Senador Canedo	84.399	3.118	20.836	1.147	25.101	29,7
Goianira	34.060	1.108	7.527	365	9.000	26,4
Aparecida de Goiânia	455.735	20.163	88.718	6.824	115.705	25,4
Abadia de Goiás	6.876	238	1.284	81	1.603	23,3
Bonfinópolis	7.536	224	1.385	64	1.673	22,2
Santo Antônio de Goiás	4.703	115	768	34	917	19,5
Trindade	104.506	3.057	16.227	780	20.064	19,2
Brazabrantes	3.232	217	361	42	620	19,2
Caldazinha	3.325	116	417	18	551	16,6

Fonte: IBGE (2010) e IMB (2012), adaptação

Percebe-se que a cidade de Goiânia recebe cerca de 35% de toda a movimentação pendular do Estado de Goiás. A quantidade de migrantes pendulares dos municípios da RGB que se deslocam diariamente para a Capital corresponde a 191 mil pessoas (IMB, 2012).

Nesse contexto, ao comparar os dados do município de Caldazinha com os demais municípios da RGM, percebemos que mesmo com uma população relativamente pequena, comparada com os outros municípios, equivalente à 3.325 habitantes, a quantidade de pessoas que praticam a migração pendular ultrapassa os 16%. Isso se deve ao fato de o comércio local absorver pouca mão-de-obra dos trabalhadores ativos por não oferecer níveis superiores de ensino para a juventude, essa demanda obriga grande parte das pessoas de Caldazinha buscarem empregos nas cidades mais desenvolvidas. Após concluir o Ensino Médio no Município, os jovens que queiram continuar seus estudos precisam deixar a família e buscar residência em cidade que ofereçam cursos superiores em universidades públicas ou privadas. Por esse motivo, há um esvaziamento da população jovem no município.

3.5.1 O lazer e a vida noturna em Caldazinha

Diferente da vida noturna agitada das grandes cidades, a movimentação da população caldazinhense gira em torno da gastronomia (bares, pizzaria e lanchonete, feira), devido à ausência de espaços culturais e espaços de lazer no perímetro urbano, os jovens e famílias migram para as cidades vizinhas (Senador Canedo e Goiânia) onde tem maior diversidade de opções.

Imagem 14: Pizzaria e lanchonete localizados no centro de Caldazinha (2022)



Fonte: Foto do Autor – 15 de junho de 2022.

Em contrapartida, os moradores mais antigos com uma vida mais sedentária, geralmente, se reúnem na porta de casa com familiares e vizinhos para conversar, já as crianças e adolescentes se reúnem na praça central da cidade.

Nessa praça, é habitual uma concentração de pessoas aos sábados à noite, após a missa semanal. Nesse evento, acontece uma fusão entre moradores do meio rural e os moradores do meio urbano, entre religiões e entre classes. Embora o principal motivo da movimentação neste lugar seja a missa semanal, a população não católica também frequenta o mesmo espaço em busca de socialização e de usufruir da gastronomia típica oferecida na pequena feira que se instala próximo à igreja. Essa homogeneização sociocultural se deve ao fato de ser uma cidade pequena, com ambiente urbano compacto oferecendo singularidade de espaço a ser ocupado pela pluralidade cultural e social que compõem a população e seus espaços de uso coletivo.

3.6 GRUPO DE FIANDEIRAS DE CALDAZINHA

As manifestações culturais em Caldazinha reproduzem-se no modo de vida da população local e está voltada para o resgate das tradições que impulsionaram a vida das sociedades passadas. A população buscar resgatar as tradições que fizeram parte da história que remonta o Brasil Colônia através dos elementos identitários que construíram a identidade brasileira no tempo e no espaço. Dentro desse universo cultural que singulariza a história do povo brasileiro, está a tecelagem tradicional que além de suprir as necessidades dos indivíduos em prover agasalhos e vestimentas, também é um resgate das manifestações culturais tradicionais e da arte popular.

Na Cidade de Caldazinha, existe um grupo de fiandeiras que há décadas se dedica em manter viva a tradição da tecelagem manual através da confecção de fios nas rodas de fiar e vestimentas rústicas feitas manualmente nos teares. De acordo com a Colaboradora “D” (2021), a partir do período da emancipação política do Município, algumas mulheres se organizaram e criaram o grupo das fiandeiras de Caldazinha, que tinha como objetivo produzir peças de roupas para o consumo familiar e para comercializar. Os valores arrecadados com os produtos vendidos eram distribuídos entre o grupo de forma paritária, de acordo com a produtividade de cada membro. O grupo sempre teve uma união consolidada e isso fez com que se mantivesse forte e ativo até o presente momento.

Imagem 15: grupo de fiandeiras de Caldazinha (2018)



Fonte: Programa Frutos da Terra – YouTube, 2021.

Antes da pandemia que assolou o país e fez com que as pessoas se isolassem socialmente, o grupo se reunia todas as quartas-feiras no Centro Comunitário do Idoso (CCI) para produzir as peças e socializar-se. O grupo tem o desejo que as pessoas mais jovens aprendam a função para manter viva a tradição das fiandeiras no Município.

3.7 TRADIÇÃO RELIGIOSA EM CALDAZINHA

De acordo com relatos de moradores de Caldazinha, as tradições religiosas no Município são muito fortes e antecedem a própria criação do povoado no início de constituição. Mesmo antes da formação do povoado, os fazendeiros da região já demonstravam sua devoção a São Sebastião, padroeiro dos fazendeiros, chacareiros e trabalhadores rurais, para o qual pediam bênçãos e proteção para seus animais contra as moléstias que assombravam na época, FERREIRA (2014). No ano de 1947, em terras doadas por proprietários da região, a Cúria de Goiás passou a escritura de propriedade à Igreja em Caldazinha em favor de Nossa Senhora D'Abadia, que se tornou a padroeira do Município. Com a doação da imagem da Santa pela primeira-dama do Município de Bela Vista de Goiás, em 1947, foi estabelecido o dia 15 de agosto como data comemorativa da festa da padroeira.

Imagem 16: Estátua de Nossa Senhora D'Abadia em Caldazinha



Fonte: cedida (2021).

Conforme expressa a colaboradora “E” (2021), “o povo de Caldazinha é muito religioso e solidário uns com os outros e cultua sua fé”. Essa fé é expressa por meio das manifestações religiosas atreladas a cultural rural. “As festas e as tradições estão muito ligadas às coisas mais simples, mais humildades, relacionadas com o modo de vida do sertanejo, povo simples da roça. É um povo que expressa sua fé, sua religiosidade através de ações concretas de solidariedade, de partilha com as pessoas”. É um povo que não teoriza sua fé somente no campo da contemplação, mas através de ações práticas que promovam o bem-estar da comunidade em geral.

A cultura religiosa de Caldazinha está muito ligada às rezas, às novenas tanto na cidade quanto no campo, e às festas tradicionais em louvor à Padroeira do Município. Desde os tempos ainda como Patrimônio do Milho Inteiro, no mês de agosto, se realizava a festa em louvor à padroeira. Nesse período, durante os nove dias, a cidade é tomada pelo comércio itinerante e pelos turistas que participam das festividades. Há um envolvimento das pessoas, tanto do campo quanto da cidade, na preparação e realização das atividades festivas durante o período da novena.

A festa, além de reacender a religiosidade da população local, também promove o aquecimento do comércio e a entrada de recursos para o município. O evento acontece todos os anos, no mês de agosto e conta com a participação de moradores locais e visitantes oriundos de outros municípios. Durante a realização da festa, há celebrações de missas todos os dias, e a parte social conta com leilões,

bingos, músicas ao vivo e o tradicional “farró”, momento de descontração e lazer dos festeiros. No encerramento da festa, acontece a procissão com a imagem de Nossa Senhora D’Abadia pelas ruas da cidade, na qual os fiéis expressam sua fé e restauram sua espiritualidade.

Imagem 17: Procissão em louvor à Nossa Senhora D’Abadia em Caldazinha (2019)



Fonte: cedida, (2021)

A população de Caldazinha expressa sua fé em muitos santos do catolicismo, durante a festa de Trindade, grande parte dos moradores do Município vão em romaria para a cidade do Divino Pai Eterno e lá permanecem durante os dez dias da realização da festa. Quando voltam para casa, trazem consigo muito aprendizado que é compartilhado com a comunidade Caldazinhense na festa da padroeira. Na novena da festa em Caldazinha, os devotos da Padroeira procuram evidenciar a própria cultura da cidade através da valorização das pessoas, acontecimentos, do folclore e da história da comunidade desde sua constituição.

Diante do contexto histórico-social de formação das cidades brasileiras, a compreensão empírica dos fenômenos normativos relacionados às categorias de meio urbano e rural cria uma nova visão analítica sobre as transformações ocorridas nesses espaços que envolvem a cultura e o modo de vida de seus habitantes. Nas pequenas cidades, os hábitos cotidianos e as atividades socioprodutivas estão intimamente ligadas ao campo. Nessa perspectiva, o processo de urbanização não invalida a existência de ruralidades presentes nesses espaços urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas durante as abordagens teóricas, ficou claro à medida que o indivíduo estabelece uma relação social com os demais e desenvolve sua capacidade produtiva, constrói sua cultura. Em uma perspectiva antropológica conceitual, concluímos que a cultura não está totalmente pronta e acabada. Pois, há diferenças que englobam aspectos simbólicos de determinados grupos, com a criação de linguagem, símbolos, crenças, valores etc., próprios do indivíduo.

Enfim, para chegar ao entendimento de cultura, foi preciso estabelecer uma linha de compreensão conceitual de que ela é resultado de um conjunto de elementos sociais que os indivíduos produziram ao longo do seu processo civilizatório e que essa cultura decorre das identidades sociais que cada indivíduo sustenta dentro do contexto sociocultural em que vive.

Portanto, para entender os conceitos de identidade cultural é imprescindível o entendimento prévio de identidade e cultura e a convergência reflexiva desses dois conceitos. Quando pensamos a cultura nas diversas formas em que ela se apresenta nas manifestações sociais, percebemos que há uma interligação direta com a definição da identidade, porque os indivíduos em suas relações sociais, estão diretamente ligados a um ou mais tipos de culturas, que, inicialmente, se dá por meio do convívio familiar, com a comunidade, e, posteriormente, através dos diferentes meios de socialização interpessoais.

O processo de urbanização trouxe benefícios e malefícios tanto para as cidades quanto para o campo, entre eles podemos destacar como benefícios para as cidades, a pluralidade de oportunidades de trabalho, modernização e facilitação do modo de vida, incluindo a facilidade para se deslocar por meios de transportes como ônibus, metrô, maior investimento para saúde e educação, por outro lado, exigiu cada vez mais a qualificação dos trabalhadores para o mercado de trabalho, estreitou os laços socioafetivos, diminuiu o contato com a natureza e aumentou a insegurança e a violência urbana.

As abordagens teóricas que fundamentaram o trabalho partiram de uma metodologia qualitativa de análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa. Durante a elaboração do trabalho, buscamos convergências entre os pontos específicos da literatura referenciadas no texto com a história oral contada por moradores locais. Dentre os referenciais, procuramos interpretar a concepção de sujeito social

construída e assumida ao longo do processo histórico que determinam a construção das identidades no processo civilizatório.

Após a realização do estudo, percebemos que a dinâmica migratória no Estado de Goiás, iniciada com a corrida do ouro, no século XVIII, se intensificaram ao longo dos anos, principalmente, com a política de desenvolvimento e modernização do interior do país implantada pelo governo central da República. Concluímos que o território goiano se tornou um importante centro de atração populacional, para onde migrantes se deslocaram em busca de refúgio e uma melhor qualidade de vida.

Em linhas gerais, o estudo baseou-se em uma revisão bibliográfica e um levantamento histórico dos processos de ocupação e crescimento demográfico em Goiás. No qual, evidenciou que a migração e o adensamento populacional no território goiano aconteceram em diferentes períodos históricos e motivações, com predominância durante o ciclo do ouro e a Marcha para o Oeste no governo Vargas. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas implantou uma política de desenvolvimento regional com a finalidade de povoar e colonizar o país. Essa política fomentou a migração e a ocupação do sertão goiano e o surgimento de muitas cidades no Estado.

Com a construção de Goiânia, em 1933 e Brasília, em 1960, o Estado de Goiás experimentou um novo surto migratório inter-regional que culminou com a elevação da densidade demográfica no território goiano e o surgimento de grandes áreas urbanizadas na região. A partir de então, verificou-se em Goiás, a eclosão do êxodo rural decorrente da modernização da agricultura, concentração fundiária, busca por melhores condições de vida e empregos, entre outros fatores. Com o incremento da industrialização no país e em Goiás, o êxodo rural ganhou força, principalmente, entre os anos de 1970 e 1980, quando ocorreu uma inversão na distribuição da população brasileira por situação de domicílio, com a superação da população urbana em relação à rural.

A partir dessa análise, foi possível concluir que além da população rural e urbana se diferenciar, principalmente, em relação ao tamanho dos aglomerados de pessoas e seu comportamento, elas estão intimamente relacionadas em um fluxo contínuo, no qual, as pessoas do campo migram para a cidade e, eventualmente, as pessoas da cidade migram para o campo, ambas em busca de melhorias da qualidade de vida. Portanto, até os dias atuais, a população rural, em sua maioria, se dedica às atividades agrícolas, mas, com a industrialização, essa população foi diretamente

influenciada pelo meio urbano, pois, o trabalho braçal deixou de ser exclusivamente a única força necessária para exercer as funções no trabalho e as máquinas passaram a contribuir com essas atividades.

No início do século XX, o Estado de Goiás passou por importantes transformações em sua infraestrutura. Naquele período, se iniciou a implantação da Estrada de Ferro na região, o que propiciou um salto no desenvolvimento do Estado. Na medida em que a Estrada de Ferro avançava no território goiano, muitos povoados surgiram às suas margens, outros já existentes, tiveram crescimento populacional, devido à migração e assentamento de pessoas de outras regiões do território que trabalhavam na construção da ferrovia. Nesse contexto, em 1937, surgiu o povoado de Caldazinha, que naquela época, ficou conhecida por Patrimônio do Milho Inteiro. Com o passar dos anos, com a chegada de novos moradores, o povoado foi se desenvolvendo e se urbanizando.

Após sua emancipação política, em 1992, o núcleo urbano do Município de Caldazinha recebeu boa infraestrutura, e, por estar localizado muito próximo à capital do Estado, em 2010, integrou à Região Metropolitana de Goiânia. Ao longo dos anos, a população urbana de Caldazinha aumentou, significativamente, a cidade se tornou um importante lugar de visitação de turistas de outras localidades que procuram estar em contato direto com a natureza.

Enfim, concluímos que enquanto a população rural do Município permanecia em suas propriedades ou de terceiros, sem grandes mudanças na rotina cotidiana, a população urbana assemelhava-se às demais da região, caracterizada por uma rotina complexa, com economia que girava em torno de várias formas de trabalho, com grupo social bem diversificado. Mas toda essa heterogeneidade do meio urbano, mesmo com a transição de pessoas do meio rural para o urbano e vice-versa, não garantia que o preconceito não estivesse presente, pois, grande parte da população, muitas vezes, trata as pessoas do meio rural com desdém, isso também acontece, geralmente, com a população que vive nos municípios menores e mais afastado das grandes metrópoles, os quais, os costumes são semelhantes ao meio rural, onde a agricultura ainda é a principal fonte de renda e as rela oes socioafetivas e familiares são mais íntimas. Nesse contexto, Caldazinha configura-se na categoria de cidades pequenas e, mesmo estando muito próxima da capital de Goiás, Goiânia, a sua cultura urbana está carregada de elementos identitários da ruralidade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Ed. Oriente: Goiânia, 1978.
- BISPO, Cláudia Luiz de Souza & MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Rural/urbano e campo/cidade: características e diferenciações em debate**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia-MG: UFG, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br>. Acesso em 21 de agosto de 2021.
- BLANCO, Enrique Sergio. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local**. In: Caderno Virtual de Turismo, v.4, nº 3, 2004.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1987.
- CARVALHO, Ana Paula Rodrigues. **As bandeiras no Estado Novo: o conceito de biodemocracia em a marcha para oeste** Revista Espacialidades [online]. 2018, v. 13, n. 1. ISSN 1984-817X. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v13/2018-dossie11.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2021.
- CASTELLS, M. **A era da informação: O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade, 11, outubro 1998: 53-75.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires: CLACSO, Año 1, n. 1, p. 53-76, 2008.
- COLABORADOR “A”. **A história da criação do Patrimônio do Milho Inteiro**. Arquivo gravado em mp3, enviado por WhatsApp ao entrevistador e transcrito nesta dissertação, Caldazinha: março de 2021.
- COLABORADOR “B”. **A primeira missa no povoado Milho Inteiro**. Arquivo gravado em mp3, enviado por WhatsApp ao entrevistador e transcrito nesta dissertação, Caldazinha: abril de 2021.
- COLABORADOR “C”. **O carro de boi e a romaria para Trindade**. Arquivo gravado em mp3, enviado por WhatsApp ao entrevistador e transcrito nesta dissertação, Caldazinha: maio de 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. Ed. Ática – São Paulo, 2011 (Série Princípios). Disponível em: <https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/O-espaco-C3%A7o-urbano.-Roberto-Lobato-Corr.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2021.
- _____, **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural** GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>. Acesso em 12 de maio de 2019.
- CRUVINEL, Evelyn de Castro. **Migração em Goiás entre 2005 e 2015**. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB: Goiânia, 2017. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em 12 de junho de 2021.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2002.

DERRIDA, J. **Posições Sociais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. (Tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia - Campinas, 1997. Disponível: <http://repositorio.unicamp.br>. Acesso em 12 de março de 2021.

FERREIRA, Denise Gonçalves. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos**. Prefeitura Municipal de Caldazinha. 2014. Disponível em: <https://caldazinha.go.gov.br>. PDF. Acesso em 22 de setembro de 2021.

FROEHLICH, José Marcos. **Rural e Natureza: A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. (Tese de Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.ufsm.br/tese-jose-marcos-froehlich.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2020.

_____, **A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário** (Artigo). Disponível em: <http://coral.ufsm.br/developimentorural/textos/froe.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2000.

MOREIRA, Roberto José e GAVÍRIA, Margarita Rosa. **Territorialidades, Ruralidades e Assimetrias de poder**. Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 18, abril, 2002, pp 47-72.

_____, **Identidades sociais em territórios rurais fluminenses**. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 65-88.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Luís Palacín; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. **História de Goiás em documentos: I Colônia**. 1ª reimpressão – Ed. UFG: Goiânia, 2001.

GOVERNO DE ESTADO DE GOIÁS, **Lei Complementar nº 139**, de 22 de janeiro de 2018. Secretaria de Estado da Casa Civil. Goiânia, 2018. Disponível em: <http://www.legisla.casacivil.go.gov.br>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

_____, Decreto Estadual nº 3.359, de 18 de maio de 1933. **Área para ser edificada a futura capital do Estado**. Palácio da Presidência do Estado de Goiás, 1933. Disponível em: <http://www.legisla.casacivil.go.gov.br>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____, **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____, **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva (org) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade**. In: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 15-33. DOI: 10.21826/9788563800220. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream>. Acesso em 23 de junho de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Governança Metropolitana no Brasil: Região Metropolitana de Goiânia**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Goiás em dados**. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN). Goiânia, 2016 – 2017 – 2020. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/godados.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2021.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: Edusc, 2002.

LARAIA, Lopes de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 18ª ed. Jorge Zahar - Rio de Janeiro, 2005.

LAVINAS, Lena. **A urbanização da fronteira**. (Org), Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, v.1, 1986. (Série Monográfica, 5).

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____, **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins – 1ª reimpressão – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____, **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Leandro Oliveira de. **As Metamorfoses Recentes no Espaço Urbano de Senador Canedo: Rearranjos Nos Espaços Da MetrÓpole Goiana**. (Dissertação), UFG: Goiânia, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.bc.ufg.br>. Acesso em 10 de junho de 2021.

MARINHO, Rômulo Hemilton Rocha. **A formação da Estrada de Ferro Goiás e a urbanização no Sudeste Goiano na primeira metade do século XX**. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 213-234. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Ruralidades: novos significados para o tradicional rural**. p. 179-189, In: *Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios*. NEAG 10 anos / Rosa Maria Vieira Medeiros, Michele Lindner, organizadoras. – Porto Alegre: Evangraf, 2017. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

MELO, Nágela Aparecida; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Modernização no campo e urbanização: reflexões sobre esses processos em Goiás. II Encontro de Grupos de Pesquisa, Uberlândia**, 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t30.pdf>. Acesso em 07 janeiro 2021.

MENDES, Estevane de Paula Pontes & FERREIRA, Idelvone Mendes. **Ocupação e povoamento dos territórios centrais do Brasil: política fundiária e trabalho do**

Século XVIII ao XX. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia-MG: UFU, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

NETO, Antônio Teixeira. **Dinâmicas antigas e modernas: Ruralidades e urbanização do território goiano.** IESA – 2017. Disponível em: <http://www.laboter.iesa.ufg.br.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

NOGUEIRA, Arnaldo. **Perfil Histórico De Caldazinha.** 1ª ed. Goiânia: Kelpes, 1996.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO – OMT. **Estudo da Região Metropolitana de Goiânia.** Goiânia: outubro de 2013. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **A sobrevida da marcha para o oeste.** Estudos, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.pucgoiás.edu.br>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

_____, **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás.** Dissertação (Mestrado), UCG, Goiânia: 2008. Disponível em: <http://www.pucgoiás.edu.br>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás.** (1722-1972), 6ª ed. 2ª reimpressão – Editora UCG: Goiânia, 2001.

PERUCCELLI, Tatiane. **Cultura e Identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural.** Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS, v.2, p.111-133, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufms.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

PINTO, José Vandério Cirqueira. **Fragmentação da Metrôpole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia.** Dissertação (Mestrado), UFG, Goiânia: 2009.

PINA, J. H. A.; LIMA, O. A.; SILVA, V. P. **Município e Distrito: um estudo teórico.** Campo e Território: revista de Geografia Agrária, vol. 3, n 6, p. 125 a 142, ago. 2008.

PROGRAMA FRUTOS DA TERRA. Fiandeiras de Caldazinha, YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DT_8nP9yRBk&list. Acesso em 23 de setembro de 2021.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. **Dossiê Ferrovias: a importância da estrada de ferro para o Estado de Goiás.** Revista UFG / dezembro 2011 / Ano XIII nº 11. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br>. Acesso em 22 de junho de 2021.

ROMANELLI C.; ABIKO, A. K. **Processo de metropolização no Brasil.** São Paulo: EPUSP, 2011. 34 p. (Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/28). Disponível em: <http://www.publicacoes.pcc.usp.br/textos>. Acesso em 22 de junho de 2020.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994

SINDSEMP, Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Goiás. **Região Metropolitana de Goiânia.** 30 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.sindsemp.org.br>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano.** In: MARTINS, Jose de Souza. Introdução crítica à Sociologia rural. São Paulo: HUCITEC, 1981. (p.198-224).

ULLMANN, Reinhold. **Antropologia: o Homem e a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudo sociedade e agricultura: 2001a.

_____, **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto pelo desenvolvimento rural**. In: GIARRACCA, Norma (Org). Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: Asdi/Clacso, p. 89-112, 2001b.

_____, **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Brasília: NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), 2001c. disponível em: <http://www.nead.org.br/atigodomes/index.php>. Acesso em 20 de agosto de 2019.